



2013

Relatório de Gestão do Exercício de 2013



Brasília, 2014.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 (com alterações da DN TCU nº 129/2013), da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

Assessoria de Gestão de Resultados

Brasília, 2014.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	13
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	13
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	14
1.3 Organograma Funcional	16
1.4 Macroprocessos Finalísticos	20
1.4.1 Elaborar Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI).....	21
1.4.2 Classificar Sistemas de Transporte	22
1.4.3 Gerenciar Resultados do PNLI	23
1.4.4 Desenvolver Soluções Tecnológicas	23
1.4.5 Elaborar Planos de Empreendimentos.....	23
1.4.6 Elaborar Planejamento Econômico-Financeiro dos Empreendimentos EPL	24
1.4.7 Captar Recursos para Empreendimentos EPL	24
1.4.8 Constituir Empresa	24
1.4.9 Controlar Planejamento Econômico-Financeiro dos Empreendimentos EPL.....	24
1.4.10 Obter e Manter Licenças Ambientais	24
1.4.11 Planejar Implantação de Projetos/Controlar Projetos EPL/Acompanhar Projetos de Outros Órgãos.....	25
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	29
1.5.1 Realizar Contratações.....	29
1.5.2 Realizar a Gestão de Contratos e Fiscalizar Contratos	29
1.5.3 Gerenciar Riscos	29
1.5.4 Demais Processos de Suporte	30
1.6 Principais Parceiros	30
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	33
2.1 Planejamento da unidade	33
2.1.1 Participação da EPL no Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes	40
2.1.2 Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais.....	43
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	46
2.2.2 Objetivo	46

2.2.3 Ações	49
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	53
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	53
3.1 Estrutura de Governança.....	53
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	58
3.3 Remuneração Paga a Administradores	61
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal... 61	
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	62
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	64
3.4 Sistema de Correição	65
3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos. 65	
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	66
4.1. Execução das Despesas	66
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	69
4.1.3 Realização da Despesa	70
4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	74
4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	74
4.4 Transferências de Recursos.....	74
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	74
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	75
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	75
4.5 Suprimento de Fundos	76
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	76
5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	76
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	77
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	78
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	80
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	81
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	81
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	81

5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	81
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	81
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	82
5.2.5	Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4.....	82
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	82
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	83
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	83
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	85
6.3.1	Análise Crítica	86
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	86
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	86
7.1.1	Análise Crítica	89
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	89
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	90
8.3	Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água	93
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	93
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU	94
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	94
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	95
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	95
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	95
9.3.1	Principais constatações.....	96
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	98
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	98
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	99
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	99
10.1.	Descrição dos Canais de Acesso ao Cidadão ao Órgão ou Entidade para Fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias e Sugestões.....	99
10.2.	Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade.....	99
10.3	Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feitas Três Últimos Anos.....	100



10.3.1 Demandas	101
10.3.2 Os Demandantes	102
10.3.3 Canais de Solicitação	102
10.3.4 Considerações Finais.....	103
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	103
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	103
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	104
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	104
11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	104
11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais	104
11.6 Relatório de Auditoria Independente.....	105
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	105
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	105
12.1.1 Participação da EPL no Programa de Investimentos em Logística (PIL)	105
12.1.2 Elaboração do Estudo de Oportunidades de Investimentos em Infraestrutura de Transporte	106
13. Resultados e conclusões.....	110
ANEXO 1- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	115
A 1.1 Balanço Patrimonial	115
A 1.2 Demonstração de Resultado.....	116
A 1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	117
A 1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	118
A 1.5 Demonstração do Resultado Abrangente.....	119
A 1.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2013.....	120
ANEXO 2- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	124

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 – Identificação Da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	13
QUADRO A.2.1.2 – Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais	43
QUADRO A.2.2.2 – Objetivo	46
QUADRO A.2.2.3.1 – Ações – OFSS	49
QUADRO A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS.....	52
QUADRO A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	58
QUADRO A.3.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	62
QUADRO A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores	64
QUADRO A.4.1.1 – Programação de Despesas	66
QUADRO A.4.1.1.2 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	67
QUADRO A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	69
QUADRO A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	70
QUADRO A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	70
QUADRO A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	71
QUADRO A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	72
QUADRO A.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	74
QUADRO A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	75
QUADRO A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	75
QUADRO A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	77
QUADRO A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	77
QUADRO A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	78
QUADRO A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12.....	78
QUADRO A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12.....	79
QUADRO A.5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	80
QUADRO A.5.2.3 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	81
QUADRO A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	82
QUADRO A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários	82
QUADRO A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	85

QUADRO A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	86
QUADRO A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	90
QUADRO A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	92
QUADRO A.9.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	94
QUADRO A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	95
QUADRO A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	98
QUADRO A.10.2 – Demonstrativo de Satisfação dos Cidadãos - Usuários	99
QUADRO A.11.5.1 – Composição Acionária do Capital Social.....	104

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Organograma Funcional da EPL.....	16
FIGURA 2 - Indicadores do Macroprocesso “Elaborar Plano Nacional de Logística Integrada”	22
FIGURA 3 - Diagrama Explicativo do Observatório Nacional De Transportes	27
FIGURA 4 - Mapa Estratégico da EPL.....	34
FIGURA 5 - Inserção de Ações da EPL no Mapa Estratégico do Ministério dos Transportes.....	41
FIGURA 6 - <i>Status</i> PNLI – RAE.....	42
FIGURA 7 - <i>Status</i> Observatório – RAE	42
FIGURA 8 - Organograma SIC	100
FIGURA 9 - Total de Atendimentos Realizados	101
FIGURA 10 - Demandas por Área Específica.....	101
FIGURA 11 - Perguntas por Área Específica.....	101
FIGURA 12 - Demandantes de Solicitações	102
FIGURA 13 - Projetos Levantados a partir dos Estudos e Planos Disponíveis	107
FIGURA 14 - Metodologia de Priorização dos Projetos Sugeridos	108
FIGURA 15 - Matriz de Priorização.....	108
FIGURA 16 - Elementos do PNLI.....	109

LISTA DE SIGLAS

ABIEC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
AJUR	Assessoria Jurídica da EPL
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ARES	Assessoria de Resultados da EPL
ARTESP	Agência de Transporte do Estado de São Paulo
AUDINT	Auditoria Interna da EPL
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico E Social
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CONIT	Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
CONSAD	Conselho de Administração da EPL
COPPE/UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DIGES	Diretoria de Gestão da EPL
DIPLAN	Diretoria de Planejamento da EPL
DIREX	Diretoria Executiva da EPL
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EGP	Escritório de Gerenciamento de Projetos
EMDEC	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S.A.
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ETAV	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.
EVTEA	Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental
FICO	Ferrovias de Integração Centro-Oeste
FIOL	Ferrovias de Integração Oeste-Leste
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAB	Gabinete da Diretoria da EPL
GEDOC	Gerência Documental
GEFIN	Gerência de Finanças
GEINFRA	Gerência de Infraestrutura
GEIR	Gerência de Investimentos e Riscos

GEMA	Gerência de Meio Ambiente da EPL
GEN	Gerência de Estruturação de Negócios
GEPES	Gerência de Pessoas
GESERV	Gerência de Serviços Logísticos
GESUP	Gerência de Suprimentos da EPL
GETI	Gerência de Tecnologia da Informação
GPDL	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico
GPDT	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INECO	<i>Ingeniería y Economía del Transporte</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MC	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Ministério dos Transportes
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinas
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDTI	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de TI
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PMI	<i>Project Management Institute</i>
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
POP	Procedimento Operacional Padrão
POSIC	Política de Segurança da Informação
RAE	Reunião de Acompanhamento Estratégico
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RFB	Receita Federal do Brasil
RFID	<i>Radio-Frequency IDentification</i>
RIC	Assessoria de Relações Institucionais e Cidadania da EPL
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SEFAZ/MT	Secretaria da Fazenda do Mato Grosso
SELIT/MT	Secretaria de Logística Intermodal de Transporte
SFC/CGU	Secretaria Federal de Controle Interno



SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SINDILOC	Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores, Equipamentos e Bens Móveis do Estado do Paraná
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPU-DF	Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
VALEC	Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

INTRODUÇÃO

Criada em agosto de 2012, por meio da transformação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) incorporou as atribuições da ETAV relativas ao desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade e recebeu, como novo objeto, a prestação de serviços destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País.

O Relatório de Gestão da EPL contempla os atos praticados pela Empresa no ano de 2013. A elaboração do Relatório de Gestão seguiu as determinações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 127/2013, bem como na Portaria TCU nº 175/2013.

Conforme exigido pela Portaria TCU nº 175/2013, os itens abaixo relacionados não constam integralmente neste Relatório de Gestão:

<p>ITEM 3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU</p> <p>Justificativa: Desde a criação da EPL (agosto de 2012) até o final do exercício de 2013, data de elaboração deste Relatório de Gestão, não houve a ocorrência de fraudes e perdas, motivo pelo qual não houve necessidade de utilização do Sistema CGU/PAD. Ademais, esta empresa está elaborando normativo que estabelece competências para inclusão das informações relativas aos Processos Disciplinares no Sistema CGU/PAD, conforme Portaria/CGU nº 1.043/2007 e Portaria/MT nº 42/2008.</p>
<p>ITEM 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ</p> <p>4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios</p> <p>4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação</p> <p>4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica</p> <p>4.6.2 Renúncias Tributárias</p> <p>4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação</p> <p>4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida</p> <p>4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário</p> <p>4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia</p> <p>4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária</p> <p>4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária</p> <p>4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas</p> <p>4.6.2.8 Comunicações à RFB</p> <p>4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas</p> <p>4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal</p> <p>4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela SRF</p> <p>4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica</p> <p>Justificativa: A EPL não realiza a gestão de benefícios fiscais ou creditícios.</p>
<p>ITEM 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário</p> <p>6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial</p> <p>6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional</p> <p>6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ</p> <p>Justificativa: Não existem tais bens patrimoniais sob responsabilidade da EPL.</p>

ITEM 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Justificativa: No exercício de 2013, não houve caso de dano ao erário.

Durante o ano de 2013, em consonância com suas finalidades institucionais, a EPL concentrou sua atuação nas seguintes atividades:

I. Apoio técnico aos órgãos responsáveis pela modelagem econômica, financeira e jurídica das concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, todas previstas no Programa de Investimentos em Logística (PIL), bem como na obtenção do licenciamento ambiental necessário à realização de duplicações e melhorias nas rodovias a serem concedidas no âmbito do programa;

II. Elaboração do estudo de “Oportunidades de Investimentos em Infraestrutura de Transportes”, apresentado ao Ministério dos Transportes em 28 de novembro de 2013, o qual, amparado em uma metodologia consistente, priorizou e sugeriu, de modo objetivo e estruturado, um conjunto de investimentos em infraestrutura de transportes com o intuito de subsidiar as decisões governamentais no setor;

III. Concepção, planejamento e início das atividades necessárias à institucionalização do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), o qual deverá, quando concluído, transformar, em um processo permanente, o planejamento governamental relacionado à infraestrutura e aos serviços de transportes. O PNLI irá subsidiar as proposições do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), e as ações do Ministério dos Transportes (MT) e dos demais órgãos e instituições envolvidas no processo;

IV. Concepção, planejamento e início das atividades necessárias à implantação do Observatório Nacional de Transportes e Logística, onde serão armazenados dados e informações sobre a utilização da infraestrutura de transportes em seus diversos modais;

V. Concepção e desenvolvimento de atividades do Monitoramento de Eventos Logísticos, o qual permitirá padronizar a tecnologia de identificação de dispositivos por radiofrequência (*Radio-Frequency IDentification – RFID*) no território nacional, assim como automatizar a coleta e o tratamento da roteirização de veículos, de cargas, bem como de seus dados fiscais; e

VI. Concepção e planejamento das atividades necessárias ao desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade entre as cidades de Campinas e Rio de Janeiro.

A seguir, apresentamos o Relatório de Gestão da EPL referente ao exercício de 2013.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Neste capítulo são apresentadas as seguintes informações: 1.1 Identificação da Unidade; 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade; 1.3 Organograma Funcional; 1.4 Macroprocessos Finalístico; 1.5 Macroprocessos de Apoio; e 1.6 Principais Parceiros.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes			Código SIORG: 119672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Empresa de Planejamento e Logística S.A.			
Denominação Abreviada: EPL			
Código SIORG: 119672	Código LOA: 39253		Código SIAFI: 395001
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 15.763.423/0001-30	
Principal Atividade: Transporte Ferroviário de Passageiros Intermunicipal e Interestadual			Código CNAE: 49.12-4-01
Telefones/Fax de contato:	(61) 3426-3727	(61) 3426-3719	(61) 3426-3715
Endereço Eletrônico: agenda@epl.gov.br			
Página na Internet: http://www.epl.gov.br			
Endereço Postal: SCS Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C - 7º e 8º andares Brasília/DF – CEP 70.308-200			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012 - Autoriza a criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL; Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012 - Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. Decreto nº 7.755, de 14 de junho de 2012 - Cria a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), especifica o seu capital social e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> Estatuto Social da Empresa de Planejamento e Logística, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 6 de setembro de 2012. Resolução CONSAD nº 002, de 19 de dezembro de 2013 – Aprova o Regimento Interno da Empresa de Planejamento e Logística S.A. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> RI-001-2013-GAB-Regulamento Interno sobre Atos Administrativos RI-001-2013-GEPES-Regulamento Interno sobre a Concessão de Férias RI-001-2013-GESUP-Regulamento Interno sobre o uso de Veículos Oficiais RI-002-2013-GESUP-Regulamento Interno sobre uso de aparelhos de Telefonia Fixa e Móvel RI-003-2013-GESUP-Regulamento Interno que estabelece o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos POP-001-2013-GESUP-Procedimento Operacional Padrão para Fiscalização de Contratos POP-001-2013-GPDT-Procedimento Operacional Padrão sobre a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de Solução Tecnológica POP-002-2013-GPDT-Procedimento Operacional Padrão para o Registro de Patentes e Marcas POP-001-2013-GEMA-Procedimento Operacional Padrão sobre a elaboração de Formulário de Solicitação de Abertura de Processos (FAP) Preenchido 			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
395001	Empresa de Planejamento e Logística S.A.
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
39253	Empresa de Planejamento e Logística S.A.
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
395001	39253

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A EPL, conforme descrito na Lei nº 12.404, de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012, tem por finalidade a realização dos seguintes objetos:

Objeto I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

Objeto II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

Tais objetos estão repartidos em competências institucionais, conforme descrito na Lei nº 12.404, de 2011, art. 5, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012:

[...] I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;
 II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as

modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República.

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

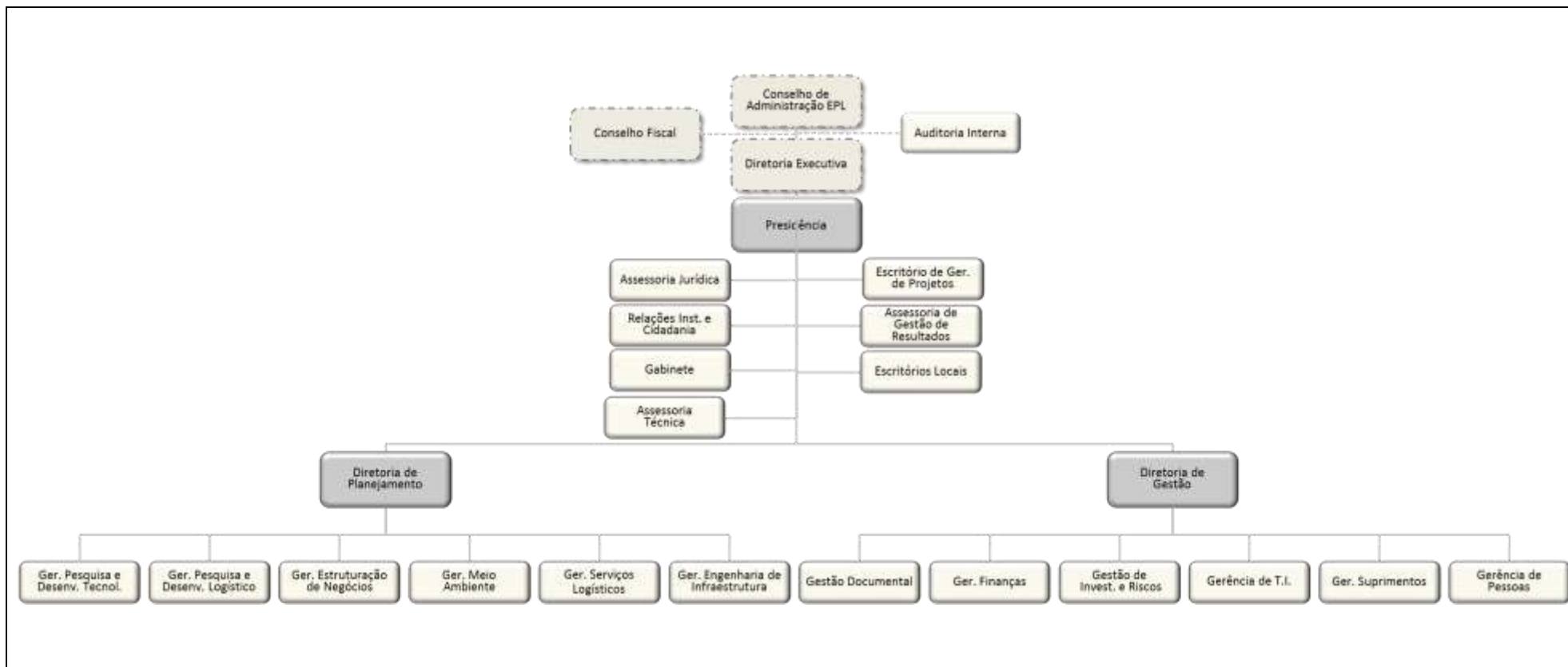
XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto social [...].

1.3 Organograma Funcional

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA EPL



A EPL foi criada com intuito de prestar serviços destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País; bem como para realizar o planejamento, a exploração, a operação e o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade.

A Diretoria Executiva é composta pela Presidência, Diretoria de Planejamento e Diretoria de Gestão. Vinculados à Presidência da Empresa por possuírem interface com todas as demais gerências, encontram-se as seguintes unidades:

I. **Gabinete (GAB):** assiste aos Diretores na realização de suas atividades; interage com as áreas visando o adequado encaminhamento e solução dos assuntos de responsabilidade da Diretoria; presta apoio logístico às reuniões do CONIT e realiza o planejamento, a organização, bem como secretaria reuniões dos órgãos colegiados (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva) com elaboração de atas e outros documentos pertinentes;

II. **Assessoria Técnica:** presta assessoria técnica ao Diretor-Presidente nas questões que lhe forem demandadas;

III. **Assessoria Jurídica (AJUR):** analisa processos e emite pareceres sobre editais, contratos e convênios; presta suporte às áreas quanto à fiscalização de contratos; apoia a EPL na definição do modelo regulatório de empreendimentos; apoia a EPL na avaliação dos aspectos normativos das soluções de desenvolvimento logístico e de mobilidade propostas; apoia outros órgãos na definição do modelo regulatório de empreendimentos; presta assessoria jurídica às áreas internas da EPL por meio de pareceres, *e-mails* e demais formas de comunicação; presta assessoria jurídica na elaboração de normas internas; assessora a EPL em atividades de desapropriações e reassentamentos; gerencia contencioso judicial, civil, administrativo, tributário, trabalhista, de responsabilidade ambiental; assessora a EPL em relação aos aspectos societários para constituição de empresas; e providencia o atendimento às demandas dos órgãos de controle, quando for o caso;

IV. **Assessoria de Relações Institucionais e Cidadania (RIC):** estabelece relacionamento com a sociedade (portal EPL, revistas, jornais, internet, televisão, rádio); assessora a Diretoria nas questões relacionadas à comunicação e política; presta informações de utilidade pública à sociedade por meio de publicidade; monitora assuntos de interesse da EPL na imprensa (*clipping* e análise); promove interação social com público interno e externo; fornece, sob demanda, informações à sociedade por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); gere relações com órgãos dos três poderes, nas instâncias federal, estadual e municipal, parlamentares e partidos políticos, entidades representativas, sindicais e comunitárias, organizações sociais e representações diplomáticas; gere relacionamento com representantes de outras instituições; e analisa as informações de interesse da EPL no Congresso e propõe medidas;

V. **Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP):** dá suporte ao planejamento e acompanhamento de projetos, de acordo com a categorização dos projetos e restrições estabelecidas; conduz reuniões periódicas de monitoramento e controle com as equipes e gerentes do projeto; atualiza cronogramas, orçamentos e escopos de projetos; e realiza as medições de desempenho, bem como elabora o *status report* dos projetos junto ao seu gerente e, após aprovação, o envia às partes interessadas definidas no plano de comunicação;

VI. **Assessoria de Gestão de Resultados (ARES):** elabora e gerencia o Planejamento Estratégico da EPL, bem como realiza a gestão de processos e resultados da EPL; acompanha e

avalia os resultados do PNLI; elabora as metas do PNLI e demais planos de desenvolvimento logístico; mapeia, documenta e mantém atualizada a cadeia de processos da EPL; realiza a gestão e divulgação dos resultados da EPL, dos projetos do PNLI e dos Planos Setoriais; registra lições aprendidas referentes ao controle e captura dos resultados dos processos da EPL e PNLI; e coordena a elaboração dos Relatórios de Gestão, de Prestação de Contas Anual e de Administração da EPL;

VII. Escritórios Locais: presta assessoria nas questões que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

A Diretoria de Planejamento concentra as atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos da EPL e está subdividida em seis gerências, a saber:

I. Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (GPDT): realiza e promove pesquisas tecnológicas de inovação e planeja e promove a absorção de tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transporte e logística, bem como em outros setores;

II. Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico (GPDL): realiza estudos e pesquisas e elabora planos de desenvolvimento de logística e mobilidade, bem como monitora os sistemas logísticos e de mobilidade; realiza pesquisas de mercado; realiza estudos de demanda e custos logísticos, como também identifica e avalia ações de desenvolvimento relativas à logística e mobilidade; gere sistema de simulação operacional de rede logística e é responsável por elaborar o PNLI;

III. Gerência de Estruturação de Negócios (GEN): promove a estruturação econômico-financeira de empreendimentos vinculados ao setor de transportes e logística; elabora modelos de exploração de empreendimentos; realiza a estruturação institucional e gerencial de empreendimentos vinculados ao setor de transportes e logística, como também consolida e gere a integração dos estudos das áreas técnicas nos planos dos empreendimentos;

IV. Gerência de Engenharia de Infraestrutura (GEINFRA): elabora estudos técnicos de engenharia para a avaliação de oportunidades no desenvolvimento da infraestrutura de logística e mobilidade; realiza o monitoramento e a análise técnica e gerencial de estudos e projetos de engenharia de outros órgãos; elabora estudos técnicos e projetos preliminares de engenharia de soluções de infraestrutura para os planos de desenvolvimento da logística e mobilidade;

V. Gerência de Serviços Logísticos (GESERV): elabora estudos técnicos para identificação e avaliação de oportunidades para o desenvolvimento de serviços logísticos e de mobilidade; monitora e analisa esquemas operacionais de serviços realizados por outros órgãos quando solicitado; monitora e avalia mercado de serviços logísticos; realiza estudos e pesquisas para o desenvolvimento de padrões de atendimento à demanda (perfil do usuário, intensidade e requisitos operacionais, etc.);

VI. Gerência de Meio Ambiente (GEMA): obtém licenças ambientais para empreendimentos; acompanha o processo de obtenção de licenças ambientais por outros órgãos quando solicitado; realiza estudos de impacto socioambientais para empreendimentos e corredores logísticos estratégicos.

Da mesma forma, as gerências vinculadas à Diretoria de Gestão concentram, entre suas atribuições, atividades relacionadas à execução de macroprocessos em suporte às ações da empresa. A Diretoria de Gestão está subdividida em seis gerências, apresentadas a seguir:

I. Gerência de Gestão de Investimentos e Riscos (GEIR): realiza o planejamento e controle financeiro de empreendimentos da EPL; define e controla plano de captação de recursos para empreendimentos; exerce a gestão da carteira de investimentos da EPL e de seus empreendimentos vinculados; desenvolve e gerencia modelo de gestão de riscos para empreendimentos próprios e de outros órgãos; orienta e acompanha os atos societários dos empreendimentos com participação da EPL;

II. Gerência de Finanças (GEFIN): desenvolve e executa o planejamento financeiro da EPL; gerencia a sua disponibilidade orçamentária e financeira; elabora relatórios de execução orçamentária e financeira; coordena a elaboração de propostas para os objetivos, diretrizes e metas do Plano Plurianual e para as suas revisões anuais; subsidia a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; coordena a elaboração da proposta orçamentária anual e solicita retificações por meio de créditos adicionais; monitora e avalia as metas e os resultados da execução dos planos e programas anuais e plurianuais do sistema orçamentário, em articulação com as áreas finalísticas;

III. Gerência de Gestão Documental (GEDOC): realiza atividades de planejamento, implementação e execução da gestão de documentos na EPL; gerencia o protocolo, o arquivo, a biblioteca e a tramitação da documentação geral da EPL; propõe a Política de Segurança da Informação (POSIC) e os planos específicos para sua implementação; coordena a elaboração e atualização das normas internas da empresa; e providencia as publicações oficiais;

IV. Gerência de Tecnologia da Informação (GETI): define os padrões e procedimentos para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, sítios e administração de base de dados da EPL; promove a avaliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação da EPL; elabora e coordena a execução do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI); implanta a governança de TI alinhada aos objetivos estratégicos da EPL;

V. Gerência de Suprimentos (GESUP): analisa pedido de abertura de licitação, contratação direta, formalização de convênios e termos de cooperação onerosos, processos de compras e contratações, bem como valida modalidades; auxilia as diversas áreas da EPL na elaboração de termos de referência; elabora e divulga editais; realiza procedimento de licitações; elabora contratos de compra e prestação de serviços, acordos, convênios e instrumentos congêneres, a serem celebrados pela EPL; gerencia e divulga contratos e convênios; providencia a inclusão, aprovação e monitoramento dos convênios no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV); administra o almoxarifado, bens patrimoniais e os serviços gerais de apoio da EPL, tais como os de limpeza, recepcionista, motorista e copeiragem;

VI. Gerência de Pessoas (GEPES): planeja e implementa as políticas de contratação e desenvolvimento; realiza rotinas de admissão, desligamento e movimentações e controle do quadro de pessoal via sistema; gerencia dados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) para geração da folha de pagamento; elabora e acompanha orçamento de pessoal; controla frequência, férias, afastamentos e licenças; planeja e realiza concursos públicos, como também o recruta e a seleciona empregados e estagiários; desenvolve e gerencia o plano de

carreira de empregados; gere banco de talentos interno; realiza avaliações de desempenho; desenvolve e gerencia o plano de capacitação de empregados; é responsável por desenvolver e implantar o Código de Ética e Conduta da EPL, controlando seu cumprimento e aplicando penalidades, em caso de não conformidade; bem como por desenvolver e implantar o Plano de Qualidade de Vida; acompanhando o funcionamento da Comissão de Ética; operacionaliza programas de cidadania e mobilização (responsabilidade social); entre outras atribuições relacionadas à gestão de empregados.

Finalmente, também integram a estrutura da EPL o Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada da Sociedade, responsável pela administração da empresa em conjunto com a Diretoria Executiva; e o Conselho Fiscal, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. A Auditoria Interna é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, incumbido de executar atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, de engenharia, patrimonial e operacional.

Em suporte à execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos vinculados a macroprocessos finalísticos da EPL, foi criada a função de gerente de projeto. As gerências de projeto são desprovidas de estrutura e atribuições perenes, sendo estas associadas ao projeto para o qual se estabeleceu o gerenciamento.

Assim, a Empresa possui equipes que funcionam em formato matricial, isto é, compostas por pessoas de diversas especialidades, reunidas com o objetivo de realizar tarefas com características temporárias.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A estruturação da EPL foi planejada de forma que a empresa pudesse ser considerada uma referência a ser seguida no setor público, apresentando, para tanto, quadro de pessoal reduzido, com processos de trabalhos modernos, eficientes e adequados. Assim sendo, foi desenvolvido, em suporte à direção e aos empregados da empresa, o projeto “Estruturação da Empresa de Planejamento e Logística”.

Este projeto foi repartido em duas grandes frentes: definição da estrutura organizacional da EPL e planejamento e implantação dos seus processos de trabalho prioritários.

Durante o ano de 2013, foram realizadas, mensalmente, reuniões estratégicas com a Diretoria Executiva da Empresa para monitoramento da implantação dos processos de trabalho prioritários; reuniões táticas com os diretores responsáveis por um conjunto específico de processos, possibilitando a identificação de dificuldades e a discussão de soluções; e, por fim, reuniões operacionais quinzenais com gerentes e empregados da empresa envolvidos na implantação e desenho dos procedimentos, padrões gerenciais, regulamentos e indicadores de resultados específicos.

De um total de 69 processos pertencentes à cadeia de processo da EPL, foram identificados 14 macroprocessos finalísticos relacionados às competências da EPL e outros 55 processos de suporte.

Os processos finalísticos foram: Elaborar Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI);



Classificar Sistemas de Transporte; Gerenciar resultados do PNLI; Desenvolver Soluções Tecnológicas; Elaborar Planos de Empreendimentos; Elaborar Planejamento Econômico-Financeiro da Carteira EPL; Captar Recursos para Empreendimentos EPL; Constituir Empresa; Controlar Planejamento Econômico-Financeiro dos Empreendimentos EPL; Obter e Manter Licenças Ambientais; Conceber Projetos; Planejar Implantação de Projetos; Controlar Projetos EPL; Acompanhar Projetos de Outros Órgãos.

Considerando o nível de maturidade e estrutura da empresa recém-criada, decidiu-se priorizar o mapeamento e a implantação de 13 processos finalísticos. Assim, o processo “Conceber Projetos” não foi implantado nesta etapa.

Finalmente, cabe destacar que, enquanto determinado conjunto de processos teve sua implantação iniciada sem uma situação concreta que permitisse avaliar a sua execução, alguns processos tiveram que conviver com a execução de atividades paralelamente ao desenho de suas interfaces. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, o estágio da implantação dos principais macroprocessos finalísticos da EPL, bem como descrevemos resumidamente as atividades relacionadas a cada um deles.

1.4.1 Elaborar Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

O *status* de execução deste processo encontrava-se 50% concluído em dezembro de 2013. O PNLI é um plano de governo no qual se identifica, para um horizonte de vinte anos, os investimentos necessários para prover o País de uma logística eficiente. A primeira versão do PNLI será apresentada em 2014 – 2015, para o período 2015 – 2035.

A construção do PNLI engloba atividades de planejamento do sistema de transportes, quais sejam: coleta de dados em campo, por meio de pesquisas origem/destino e contagem de veículos; coleta de dados socioeconômicos; elaboração das matrizes de movimentação de cargas e pessoas; e processo de simulação de cenários com sistemas de modelagem de transportes.

Estas simulações permitirão analisar e avaliar, a curto e longo prazo, os efeitos do crescimento da economia e das mudanças na dinâmica da produção referentes aos fluxos de cargas e pessoas, à infraestrutura de transportes e os serviços prestados, bem como aos impactos sobre os custos logísticos, às alterações na matriz de transporte, às emissões atmosféricas de poluentes, entre outros.

Por fim, foram consolidados indicadores que permitem acompanhar e avaliar a elaboração do PNLI, conforme disposto na Figura 2.

FIGURA 2 - INDICADORES DO MACROPROCESSO “ELABORAR PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA INTEGRADA”

Índice de Qualidade do PNLI	Indicador	Fórmula	Peso
Pesquisas de campo	Efetividade na coleta de dados sem reexecução	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de coletas de dados por turno realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de coletas de dados por turno planejadas}} \times 100$ Se $n > 100\% = 100\%$; Obs.: Não devem ser consideradas as coletas de reexecução.	30%
Coleta de dados (para macrossimulação)	Base de dados para macrossimulação obtidas conforme planejadas	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de bases de dados consistentes obtidas}}{\text{n}^\circ \text{ de bases planejadas}} \times 100$ Obs.: novas bases podem ser incluídas, mas não excluídas	10%
Classificação da rede	Classificação dos atributos da rede por modal	$\frac{\sum (\text{links classificados em cada atributo por modal}) + \sum (\text{n}^\circ \text{ classificados em cada atributo})}{\sum (\text{links de cada modal} \times \text{total de atributos por modal}) + \sum (\text{n}^\circ \text{ classificados em cada atributo})} \times 100$ Meta global definida (50%) + Metas desdobradas (50%)	10%
Definição e desdobramento de metas	Metas definidas e desdobradas	$\frac{\text{Metas}}{\text{Desdob.}} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de metas definidas}}{\text{n}^\circ \text{ total de desdobramentos necessários}} \times 100$	20%
Coleta de dados (para microssimulação)	Bases de dados obtidas para a microssimulação conforme planejadas	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de base de dados para microssimulação obtidas}}{\text{n}^\circ \text{ de base de dados planejadas}} \times 100$	10%
Elaboração de projetos preliminares	Projetos analisados	Das oportunidades identificadas e ranqueadas, quantas tiveram projeto preliminar elaborado (PPS + PPE) (100% dos projetos indicados no PNLI)	20%

1.4.2 Classificar Sistemas de Transporte

Em dezembro de 2013, este macroprocesso possuía 43% de sua implantação concluída. A definição de padrões de serviços, negócios, tecnologias e infraestrutura envolve a seleção de instrumentos que, a partir de sua classificação, possibilitam a elaboração de Projetos Preliminares de Engenharia (PPE) e projetos Preliminares de Serviços (PPS) para cada uma das intervenções constantes do PNLI.

Os PPS apresentam soluções para atendimento às necessidades logísticas dos agentes envolvidos no transporte de mercadorias, bem como dos potenciais centros geradores de cargas. Essas soluções possuem esquemas operacionais por modal e por estruturas associadas a essas cadeias logísticas, objetivando promover a elevação do nível de serviço prestado. Nos PPS, haverá a indicação de estimativas de custos e prazo de implantação das soluções propostas, em função das características dos serviços projetados.

O PPE, por sua vez, abrange um conjunto de atividades necessárias para detalhar as características de engenharia do modal de transporte e permitir a elaboração do orçamento referencial e cronograma do empreendimento, em função da identificação dos entraves logísticos.

Para os PPE de rodovias e ferrovias, são elaborados, por meio de ferramenta computacional, traçados referenciais de simulações que consideram: modelos digitais de elevação; imagens de satélite; infraestrutura de transportes existente; linhas de transmissão; usinas de energia; redes de comunicação; adutoras; gasodutos; oleodutos; reservatórios; aquedutos; áreas indígenas, quilombolas e assentamentos; patrimônio histórico, cultural e artístico; áreas de proteção ambiental nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal; manchas urbanas e de produção; e exploração agrícola e mineral.

Em suma, os PPE e PPS constituem um instrumento que possibilita maior precisão nas decisões sobre os investimentos propostos, maximizando a qualidade dos serviços e minimizando os desvios dos custos estimados e o descumprimento de prazos devido a adequações de projetos. Garante-se, por fim, respeito integral à conservação ambiental e ao desenvolvimento da sociedade.

1.4.3 Gerenciar Resultados do PNLI

Este processo envolve o mapeamento e a execução das ações necessárias para avaliação de resultados a partir da verificação do atingimento de metas estabelecidas no PNLI.

A avaliação dos resultados e a identificação de desvios das metas estabelecidas servem de insumos a propostas de correções e retroalimentação do Plano. No ano de 2013, entre as atividades de mapeamento do processo, destaca-se a apresentação de estudo com a identificação e propostas de metodologias para a definição de indicadores de metas globais.

1.4.4 Desenvolver Soluções Tecnológicas

A implantação deste processo prevê o desenvolvimento de 73 ações. Cerca de 30% destas ações estavam concluídas em dezembro de 2013. O processo tem por objetivo permitir à EPL o desenvolvimento, a transferência e a absorção de soluções tecnológicas aplicadas ao sistema de desenvolvimento logístico e de mobilidade. Assim, os principais produtos são as tecnologias desenvolvidas.

Ao longo de 2013, foram elaborados os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para a elaboração da estratégia de desenvolvimento de solução tecnológica e para o registro de marcas e patentes. Por fim, não houve, no ano, demandas específicas para a utilização dos procedimentos operacionais já implantados, de forma que as ações concentraram-se no mapeamento e finalização das demais ações do processo.

1.4.5 Elaborar Planos de Empreendimentos

Este processo objetiva consolidar as informações econômico-financeiras, de riscos, jurídicas, de engenharia, meio ambiente e de serviços em um plano de empreendimento, seja este proposto pela EPL ou sob demanda de outros órgãos do governo.

Trata-se de um processo que permeia diversos setores da EPL, na medida em que consolida os principais estudos setoriais em um documento intitulado “Plano do Empreendimento”. Quando demandada, a EPL elaborará, independente do modal de transporte, o Plano do Empreendimento, sendo, portanto, um dos mais importantes produtos a serem entregues pela Empresa.

Dentre os principais resultados, no decorrer de 2013, foram discutidas e definidas as estruturas e o conteúdo dos principais estudos componentes do Plano. Foi elaborado o cronograma padrão e as minutas dos principais documentos relativos aos estudos setoriais, tais como minutas de documentos para contratação dos estudos e sua respectiva estrutura de apresentação.

De um total de 71 ações previstas para este processo, 33% das ações haviam sido concluídas até dezembro de 2013. O término da implantação das ações está previsto para dezembro de 2014.

1.4.6 Elaborar Planejamento Econômico-Financeiro dos Empreendimentos EPL

Este processo envolve o planejamento e execução das atividades voltadas aos prognósticos econômico-financeiros esperados para a carteira de empreendimentos sob responsabilidade da EPL. Ao final de 2013, este processo apresentava 15% de suas 47 ações concluídas. Entre estas, merece destaque o desenvolvimento de um modelo geral de planejamento econômico-financeiro de empreendimentos. O término da implantação das ações está previsto para setembro de 2014.

1.4.7 Captar Recursos para Empreendimentos EPL

Este processo envolve o mapeamento das fontes mais adequadas e disponíveis de recursos para fundear a realização dos empreendimentos EPL, seja por meio de parceiros privados, de recursos da União, de recursos próprios ou de financiamentos. Até o final de 2013, 17% das 18 ações previstas estavam concluídas. Entre estas, merece destaque a definição da sistemática de comunicação do processo de orçamentação para os envolvidos na captação de recursos, bem como a definição jurídica sobre procedimento para autorização de realização de IPO em subsidiária integral e empresa participada. O término da implantação das ações está previsto para outubro de 2014.

1.4.8 Constituir Empresa

O mapeamento das ações do processo “Constituir Empresa” foi concluído em 2013. O seu objetivo era identificar as ações referentes às constituições das empresas para os empreendimentos EPL, com ou sem sócio, por meio de aprovações legais, integralização do capital inicial e formalização da abertura da empresa.

Em 2013, havia a expectativa que a EPL adquiriria participação societária na eventual vencedora do Leilão de operação do Trem de Alta Velocidade (TAV) entre as cidades de Campinas/SP e Rio de Janeiro/RJ. Nesta oportunidade, o processo seria utilizado. Entretanto, em função do adiamento do Leilão do TAV, não houve demandas específicas para a utilização dos procedimentos implantados. Por fim, merece destaque a elaboração e aprovação de minuta padronizada para o Estatuto Social de empresa participada.

1.4.9 Controlar Planejamento Econômico-Financeiro dos Empreendimentos EPL

Este processo envolve o controle do desempenho da carteira de empreendimentos propostos pelo processo “Elaborar Planejamento Econômico-Financeiro dos Empreendimentos EPL”. Ao final de 2013, este processo apresentava 15% de suas 47 ações concluídas. O término da implantação das ações está previsto para setembro de 2014.

1.4.10 Obter e Manter Licenças Ambientais

O objetivo deste processo é dotar a EPL de procedimentos adequados, que permitam à empresa elaborar estudos de viabilidade ambiental e obter e manter as licenças ambientais para os empreendimentos EPL ou de outros órgãos.

Ao longo de 2013, cerca de 80% das ações relativas ao mapeamento deste macroprocesso foram concluídas. No exercício, em suporte à execução de concessões previstas no PIL do Governo Federal, a EPL assumiu a responsabilidade pelo licenciamento ambiental de nove lotes de rodovias a serem concessionados.



Assim, foram contratados e iniciados estudos ou publicados editais para o licenciamento ambiental de oito lotes de rodovias federais.

1.4.11 Planejar Implantação de Projetos/Controlar Projetos EPL/Acompanhar Projetos de Outros Órgãos

Estes três processos envolvem o planejamento e acompanhamento da implantação de projetos da EPL e de outros órgãos.

Estes processos foram concluídos e suas ações foram centralizadas no Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), o qual possui competência para controlar prazos, custos, qualidade, bem como outros indicadores selecionados para os projetos. O EGP também deve garantir a avaliação e o controle dos resultados dos projetos encerrados.

Após a constituição do EGP, foram identificados 52 projetos. Em cada um destes, foram realizadas classificações conforme o seu prazo, custo, interfaces internas, interfaces externas, incerteza quanto ao escopo, incerteza quanto à tecnologia e relevância estratégica. Assim, foram definidas ferramentas específicas para seus acompanhamentos.

O modelo de controle adotado pelo EGP é similar àquele utilizado na implantação de processos, com a realização de reuniões estratégicas com a alta direção da empresa, táticas com diretores responsáveis por um conjunto de projetos, e operacionais com os gerentes e empregados.

Ao final de 2013, dos 52 projetos identificados, 45% já estavam mapeados e em acompanhamento pelo EGP.

Os projetos que foram mapeados e em execução pelo EGP são os seguintes: TAV (com 19 subprojetos); PNLI (com 2 subprojetos); Observatório Nacional de Transporte e Logística (com 4 subprojetos); Monitoramento de Eventos (com 6 subprojetos); PIL; PDTI; Acordos de Empréstimos BIRD; Acordos de Empréstimos BID. Estão descritos, a seguir, os projetos considerados mais relevantes e que apresentaram resultados em 2013.

1.4.11.1 Trem de Alta Velocidade (TAV)

O TAV é um serviço de transporte ferroviário de passageiros que irá ligar as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram cerca de 50% da indústria produtiva do Brasil, 45% do total do PIB, e os centros financeiros e comerciais mais importantes do país. Por sua vez, a Região Metropolitana de São Paulo é a mais populosa do Brasil, com cerca de 19 milhões de habitantes, e uma densidade demográfica de 2.065 hab/km, enquanto que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro conta com uma população de 11 milhões de habitantes, sendo a segunda maior área metropolitana do Brasil, com densidade demográfica de 1.120 hab/km².

O TAV representa um novo marco tecnológico para o País, ao inaugurar um sistema de transporte que irá oferecer aos passageiros preços competitivos, qualidade, conforto, segurança e rapidez nas viagens. O projeto vai reduzir a pressão exercida pelo crescente deslocamento de passageiros nas rodovias e aeroportos que compõem o eixo destas cidades.

Tendo como princípio as suas obrigações em relação ao projeto do TAV, ao longo de

2013, a EPL elaborou e publicou edital de contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, supervisão e apoio técnico às atividades de projeto necessárias para implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas (RDC nº 03/2013).

Há de se considerar, entretanto, que, em 16 de agosto de 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) adiou “sine die” o cronograma de licitação do TAV.

Em vista de tal motivo, a licitação para a contratação da gerenciadora do projeto do TAV, em execução pela EPL, foi revogada. Cabe destacar que a EPL trabalhava com a previsão de que o projeto funcional do empreendimento, peça fundamental na elaboração do projeto, seria fornecido pelo eventual vencedor do leilão.

Paralelamente, o segundo semestre de 2013 reservou-se, em linhas gerais, ao desenvolvimento de atividades voltadas à melhoria do traçado referencial sob o ponto de vista geológico – geotécnico, à instrumentalização da EPL, por meio da aquisição dos direitos de uso dos softwares *Trimble Quantm* e *ArcGIS*, à capacitação do quadro técnico, ao desenvolvimento de base de dados em alta resolução e à preparação de termos de referência para a contratação ao longo de 2014 das seguintes atividades:

- I. Aerolevanteamento;
- II. Investigações geológico-geotécnicas;
- III. Mapeamento de riscos; e
- IV. Gerenciadora do projeto TAV.

1.4.11.2 Programa Nacional de Logística Integrada (PNLI)

Conforme mencionado na descrição de seu macroprocesso, o PNLI é um plano de governo no qual se identifica, para um horizonte de vinte anos, os investimentos necessários para prover o País de uma logística eficiente.

De forma complementar ao mapeamento deste processo, a EPL considerou necessária a criação de um projeto específico para o PNLI 2014/15. Por meio deste projeto, os prazos de cada uma das etapas do PNLI são acompanhados, os riscos são avaliados e mitigados. Em suma, são realizadas intervenções para controlar e garantir a execução das atividades e o cumprimento de prazos associados à iniciativa.

1.4.11.3 Observatório Nacional de Transportes e Logística

O Observatório Nacional de Transportes e Logística é um projeto que objetiva construir e perenizar um sistema de informações de transportes. Esta base será modelada por meio de informações provenientes de diversas fontes externas (DNIT, ANTT, IBGE, IBAMA, FUNAI, CPRM) e pelo monitoramento do fluxo de mercadorias com tecnologia por radiofrequência.

No Observatório, serão armazenados dados estatísticos e informações sobre a infraestrutura de transportes, em seus diversos modais e demais componentes de interesse (meio-ambiente, reservas indígenas, recursos geológicos e minerais etc.), bem como sobre a utilização desta infraestrutura. Por meio da base de conhecimento, será possível identificar fluxos de veículos

nos principais corredores rodoviários, ferroviários e hidroviários, como também o volume de toneladas transportado, o tempo de embarque, o tipo de mercadoria, dentre outras informações necessárias ao planejamento da logística de transportes do País.

Na medida em que os dados estiverem integrados, eles também serão utilizados para atividades de estudos, produção de diagnósticos e construção de cenários sobre a logística brasileira de transportes.

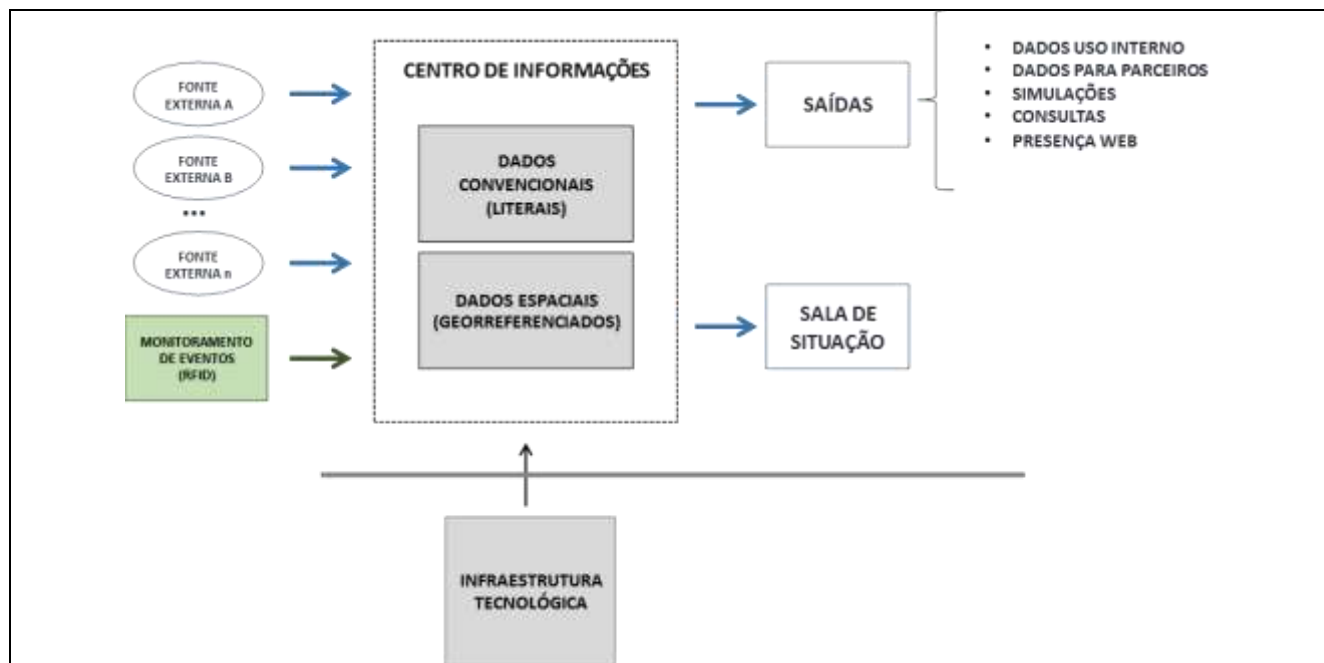
O desenvolvimento do projeto Observatório prevê, em seu planejamento, três etapas.

Na primeira etapa, os dados serão coletados e armazenados com baixo índice de integração, possibilitando uma visualização simultânea das informações produzidas pelos diversos órgãos governamentais e não governamentais.

Na segunda etapa, está prevista a análise e tabulação dos dados por especialistas na área de transportes, de forma a integrá-los com a utilização de técnicas e ferramentas apropriadas, o que permitirá a modelagem de um ambiente de *Data Warehousing* (Base de Conhecimento).

Na terceira etapa, serão selecionadas e implantadas ferramentas para a prospecção de informações, o que viabilizará aos técnicos da EPL e demais instituições interessadas na realização de estudos especializados, a simulação e construção de cenários na área de logística de transportes do País.

FIGURA 3 - DIAGRAMA EXPLICATIVO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE TRANSPORTES



Por fim, o maior benefício do Observatório Nacional de Transportes e Logística será dotar a EPL de informações que permitam a realização de ações preventivas. Antes que os problemas ocorram, será possível desenhar soluções de forma que as ações governamentais, a serem incorporadas ao futuro PNLI, atuem preventivamente.

Em 2013, foram executadas atividades de prospecção e preparação da contratação das duas

primeiras etapas da solução tecnológica que sustentará o Observatório. Em paralelo, foi iniciada a pesquisa e busca de dados externos, com ênfase nos dados espaciais (georreferenciados).

1.4.11.4 Monitoramento de Eventos

O projeto Monitoramento de Eventos consiste em um conjunto de medidas que visam universalizar e homogeneizar a adoção da tecnologia de identificação de dispositivos por radiofrequência (RFID) no território nacional, assim como centralizar a coleta e o tratamento da roteirização dos veículos, cargas e dos dados contidos em documentos fiscais e de transportes.

Enquanto a universalização garantirá que a amostra de dados se aproxime do universo completo de veículos e cargas do Brasil, a homogeneização da tecnologia garantirá a centralização de informações sobre a circulação de cargas, veículos de carga e passageiros nos diferentes modais de transportes, a começar pelo rodoviário.

Para alcançar tais objetivos, é necessário que a EPL tenha pleno domínio da tecnologia e garanta a redução de custos de adoção do RFID, o que está sendo desenvolvido, pelo contratado Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun, por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento de leitoras de RFID e dispositivos de microeletrônica.

A automação da coleta de dados e a integração de documentos fiscais e de transportes reduzirão significativamente o custo de realização de pesquisas de campo, tais como: origem/destino, volumetria e custos logísticos. Ainda, propiciarão a identificação das rotas utilizadas pelos veículos de cargas na prestação de serviços.

No ano de 2013, os primeiros resultados do Monitoramento de Eventos foram satisfatoriamente alcançados, tendo como resultado a elaboração do plano de negócios, contendo portfólio de serviços, modelo de operação e modelo de negócios para o projeto.

O plano mapeou o portfólio de serviços que a EPL poderá prestar a entes públicos e privados para garantir a sustentabilidade econômico-financeira do projeto, o modelo de execução e estrutura organizacional necessários à sua implantação e o modelo de negócio propriamente dito.

Finalmente, ainda em 2013, a EPL estabeleceu parceiras com diversas instituições visando preparar o ambiente para ampla utilização da tecnologia baseada em RFID.

1.4.11.5 Programa de Investimentos em Logística (PIL)

Conforme descrito no macroprocesso “Obter e Manter Licenças Ambientais”, em suporte à execução de concessões previstas no PIL, a EPL assumiu a responsabilidade pelo licenciamento ambiental de nove lotes de rodovias a serem concessionados. Dessa forma, este projeto objetiva controlar as etapas e prazos de contratação e execução dos licenciamentos ambientais destas concessões.

1.4.11.6 Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação (PDTI)

O PDTI tem por objetivo estabelecer metas e ações na área de Tecnologia da Informação e Comunicações, em atendimento às orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 4 de 2010. A sua execução é acompanhada pelo EGP.

O escopo deste PDTI compreende o período de 2013 a 2015. Serão efetuadas revisões periódicas, objetivando a manutenção do alinhamento das ações TI com o Planejamento Estratégico do órgão, bem como a avaliação da execução do PDTI. O Escritório de Projetos da EPL acompanha e controla as etapas e o cronograma de execução deste plano.

O PDTI é composto de 72 macro necessidades e 7 Projetos para atendimento às áreas de negócio da empresa, sendo 49 relacionadas à aquisição de *software*, 16 à aquisição de serviços e 14 à aquisição de equipamentos. Destas, 19 foram iniciadas em 2013, sendo que 3 foram finalizadas ainda no período de 2013.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Nas etapas de planejamento e implantação dos processos prioritários, foram identificados 55 processos relacionados ao funcionamento da empresa, e que garantem o suporte adequado à execução de seus macroprocessos finalísticos.

Entre este universo de processos, foi priorizado o mapeamento e a implantação de 4 processos de suporte considerados essenciais, quais sejam: Realizar Contratações; Realizar a Gestão de Contratos; Fiscalizar Contratos e Gerenciar Riscos.

1.5.1 Realizar Contratações

O processo “Realizar Contratações” envolve o mapeamento e a padronização das atividades associadas a contratações dos itens e serviços necessários às áreas da EPL, garantindo a qualidade, idoneidade e o cumprimento do prazo.

Este processo envolve as ações de abertura do processo administrativo, elaboração de termo de referência ou projeto básico, definição da modalidade da contratação e realização da contratação. Para cada uma destas atividades, ao longo de 2013, foram elaborados modelos padrões de documentos como, por exemplo, modelos padrões de termos de referência, projetos básicos editais e contratos. Em dezembro de 2013, do total de 80 ações previstas no mapeamento do processo, cerca de 50% haviam sido concluídas.

1.5.2 Realizar a Gestão de Contratos e Fiscalizar Contratos

Tais processos envolvem as atividades de gestão e fiscalização dos contratos da empresa. Como suporte, ao longo de 2013, foi elaborado internamente e disponibilizado a todos os empregados da EPL, o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos. Este manual contém, de forma detalhada, todas as obrigações e responsabilidades relacionadas às atividades de gestão e fiscalização de contratos, bem como o mapeamento dos principais processos relacionados a estas atividades. Em dezembro de 2013, do total de 166 ações previstas no mapeamento destes processos, cerca de 80% haviam sido concluídas.

1.5.3 Gerenciar Riscos

Este processo tem como objetivo identificar e qualificar os riscos operacionais e dos empreendimentos, propondo a forma de identificação, monitoramento e o plano de resposta a eles.

Dentre os principais movimentos observados ao longo de 2013, destaca-se a deflagração das atividades voltadas à constituição de sistema de gerenciamento de riscos operacionais.



De um total de 78 ações previstas, 12% das ações haviam sido concluídas até dezembro de 2013. O término da implantação das ações está previsto para o fim de 2014.

1.5.4 Demais Processos de Suporte

Por fim, cabe destacar que foi iniciada, em 2013, tendo conclusão prevista para 2014, a qualificação de empregados da EPL para o desenvolvimento e implantação dos demais processos já identificados e não mapeados nesta etapa inicial.

Assim, a EPL proverá, de forma contínua, o mapeamento e padronização dos demais processos de suporte da empresa, bem como no aperfeiçoamento e acompanhamento dos processos já mapeados, por meio de uma equipe qualificada de empregados da Empresa.

Neste sentido, foram realizadas reuniões quinzenais para a realização de treinamentos e disseminação de metodologias voltadas às ações de desenvolvimento gerencial da EPL.

1.6 Principais Parceiros

Ao longo de 2013, a EPL executou inúmeras atividades com o apoio de diferentes instituições.

Para a execução de atividades relacionadas ao PNLI, foram executadas as seguintes parceiras:

I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Celebrado Termo de Cooperação visando à disponibilização de informações, à conjugação de esforços, competências e conhecimentos para o desenvolvimento de uma matriz origem/destino de cargas e passageiros para o território brasileiro;

II. Secretaria de Aviação Civil (SAC) – Celebrado Acordo de Cooperação Técnica visando à conjugação de esforços, conhecimentos, dados e apoio técnico necessário à realização de pesquisa de dimensionamento e caracterização da matriz origem/destino do transporte aéreo no Brasil;

III. Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) – Realizado Termo de Cooperação visando garantir a segurança na execução e a eficácia da pesquisa de origem/destino de veículos de cargas/passageiros e contagem volumétrica classificatória no território brasileiro;

IV. Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) – Executado convênio com objetivo estabelecer as condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco, de forma a permitir a identificação, quantificação, caracterização da movimentação de carga por meio da Nota Fiscal Eletrônica.

Já em relação ao projeto de implantação do Monitoramento de Eventos Logísticos, foram celebradas parcerias com as seguintes instituições:

I. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) – Celebrado Convênio de Cooperação Técnico-Científica para o desenvolvimento e disponibilização, pela EPL, à RFB e às Secretarias Estaduais de Fazenda de uma solução composta do núcleo (*Back Office*), conjunto de

softwares componentes do Brasil-ID e sistemas complementares de integração inteligente de informações.

II. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de projetos de interesse comum por meio de intercâmbio e compartilhamento de informações, estudos técnicos e pesquisas, visando ao apoio recíproco nas ações para desenvolvimento do transporte terrestre em seus diferentes modais.

III. Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) – Protocolo de Intenções objetivando a promoção de padrões e regulamentações em diversos setores da economia brasileira e em outros modais de transporte, em todo território nacional, por meio de ação conjunta da ARTESP com a EPL, visando menores custos e interoperabilidade entre os vários serviços de transporte, bem como suporte tecnológico aos parceiros promotores das tecnologias RFID 915 MHz.

IV. Secretaria da Fazenda do Mato Grosso (SEFAZ/MT) e Secretaria de Logística Intermodal de Transporte (SELIT/MT) – Convênio para o desenvolvimento de projetos relacionados à identificação, rastreamento e monitoramento de ativos, mercadorias e documentos baseados no padrão Brasil-ID, e estruturação de uma base de dados central, segura, voltada ao atendimento das demandas específicas do estado, objetivando o compartilhamento de informações sobre o setor de transporte e logística.

V. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – Acordo de Cooperação Técnica para apoio conjunto nas atividades de pesquisa e desenvolvimento que busquem soluções tecnológicas para o setor de transportes; desenvolvimento colaborativo de projetos que envolvam a transferência e absorção de tecnologia de transportes; e disponibilização de sistemas de informação que consolidem os dados do setor de transportes.

VI. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – Acordo de Cooperação Técnica para o intercâmbio de conhecimentos logísticos, troca de informações, compartilhamento de estudos técnicos e pesquisas, execução e gestão de projetos, e apoio nas ações relativas ao desenvolvimento de projetos de implantação de plataformas logísticas. Neste ponto, destaca-se a possibilidade de realização de estudos que considerem a complexidade de definição da localização dessas plataformas de maneira a permitir novas ligações entre polos e novas possibilidades de escolha de modais de transporte, ao longo da respectiva cadeia de suprimento e distribuição.

VII. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) – Acordo de Cooperação Técnica referente ao estabelecimento de um conjunto de padrões para automação dos processos relacionados ao controle da produção e distribuição da carne brasileira baseados no sistema Brasil-ID.

Com o objetivo de consolidar a sua participação no PIL do Governo federal, a EPL estabeleceu a seguinte parceria:

I. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – celebrada parceria visando o desenvolvimento de estudos para definição da localização geográfica e modelo de exploração comercial dos pátios de cargas ferroviárias, bem como para a proposição do Regulamento do Operador Ferroviário e para a criação de plataforma tecnológica de sinalização e comunicação que assegure a interoperabilidade na malha ferroviária brasileira.

Finalmente, a EPL manteve relacionamentos institucionais, com variados fins, entre as seguintes instituições:

I. **Ministério de Obras Públicas do Chile (MOP)** – Memorando de Entendimento com o objetivo de desenvolver um Programa de Cooperação Técnica e Jurídica, capacitação, práticas profissionais e outros aspectos considerados de interesse mútuo na área de infraestrutura e transportes.

II. **Governo do Reino Unido Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** – Memorando de Entendimento com o objetivo de expandir e aprofundar a cooperação entre os dois países para o fortalecimento das capacidades no setor de logística e transportes com base no interesse e benefício mútuo.

III. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** – Acordo de Cooperação Técnica Internacional para a proposição de modelos de gestão da melhora de eficiência econômica, social e ambiental para o planejamento do sistema de transportes brasileiro por meio do desenvolvimento institucional da EPL e o intercâmbio de experiências com o Governo Espanhol, por intermédio da empresa pública, daquele país, *Ingeniería y Economía del Transporte* (INECO).

IV. **Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)** – Acordo de Cooperação Técnica para realização conjunta de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de redes e suas aplicações avançadas para o setor de transportes, educação e pesquisa; elaboração colaborativa de projetos de uso e aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); implantação e compartilhamento de infraestrutura de rede própria para o setor de transportes, educação e pesquisa; qualificação de recursos humanos em educação continuada aplicada à logística de transportes; e apoio na implantação de metodologia de transferência e absorção da tecnologia em programas voltados para o setor de transportes.

V. **Movimento Brasil Competitivo (MBC)** – Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto a conjugação de esforços para execução de duas frentes de apoio à EPL, quais sejam: Definição da Estrutura Organizacional e Mapeamento de Processos e Projetos Prioritários.

VI. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério das Relações Exteriores (MRE)** – Acordo de Cooperação Técnica para realização de ações de promoção, no exterior, de investimentos em infraestrutura do Brasil, associados à redução de custos logísticos do agronegócio.

VII. **Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S.A. (EMDEC)** – Abrange, dentre outras, as seguintes atividades voltadas ao planejamento do TAV: levantamento das informações disponíveis; definição da área de abrangência e funcionalidade de interesse comum; análise dos projetos; proposição de soluções articuladas de implementação; e estruturação do Plano de Trabalho.

VIII. **Ministério das Comunicações (MC)** – Acordo de Cooperação Técnica para apoio recíproco nos processos de planejamento e execução de projetos com a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações e promover a integração do setor de transportes, por meio das TIC; desenvolvimento colaborativo de projetos visando ampliar a disponibilidade e o uso de infraestrutura de comunicações por meio ótico, em todas as rodovias e ferrovias brasileiras; e

realização conjunta de atividades com o objetivo de ampliar o acesso à internet em banda larga e obter, processar e divulgar informações com valor agregado sobre o setor de transportes a todos os cidadãos.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 2.1 Planejamento da Unidade; 2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados; e 2.3 Informações sobre outros Resultados da Gestão.

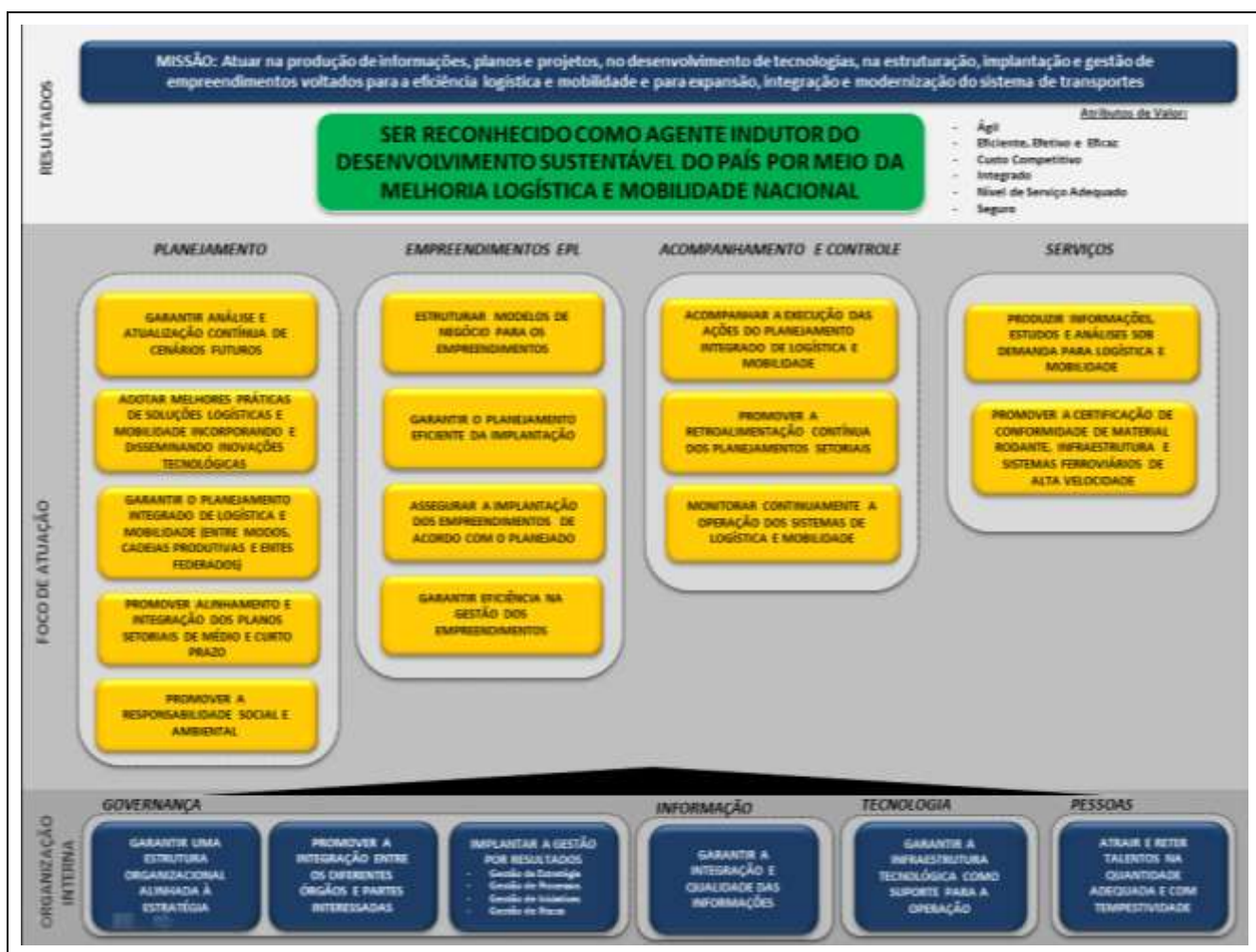
Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 175/2013, estão indicados abaixo os itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
2.2.1 Programa Temático
Justificativa: Conforme orientação da Portaria TCU nº 175, de 2013, só devem preencher as informações referentes a programa temático, as Unidades Jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou secretaria com status de ministério.
2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS
Justificativa: Conforme orientação da Portaria TCU nº 175, de 2013, as informações constantes do Quadro 2.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS somente devem ser elaboradas nos casos em que a UJ seja responsável apenas por um ou mais subtítulos da ação. Se a UJ foi responsável por executar integralmente a ação, deve utilizar o Quadro 2.2.3.1., que foi o utilizado pela EPL.
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI
Justificativa: A EPL não faz parte do Orçamento de Investimentos, todos os seus recursos para a sua manutenção e desenvolvimento das atividades inerentes às suas competências são provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

2.1 Planejamento da unidade

Ao longo de 2013, a EPL iniciou o seu Planejamento Estratégico por meio da elaboração de seu Mapa Estratégico. Esta iniciativa foi amplamente suportada e discutida com o Ministério dos Transportes e com as demais entidades vinculadas a esse Ministério.

FIGURA 4 - MAPA ESTRATÉGICO DA EPL



O Mapa Estratégico da EPL está repartido em 8 “focos de atuação” os quais, divididos entre diversas iniciativas estratégicas, procuram atender a todos os objetivos institucionais da EPL, conforme definido na Lei nº 12.404, de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012.

1º FOCO DE ATUAÇÃO - PLANEJAMENTO

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de cinco iniciativas estratégicas:

I. Garantir análise e atualização contínua de cenários futuros

- Envolve atividades relacionadas à realização e à atualização de planos e estudos sobre a logística das cadeias produtivas brasileiras;
- Esta iniciativa tem como subatividades a atualização das pesquisas de origem/destino, dos cenários econômicos que compõem a modelagem do sistema de transportes e das premissas dos cenários logísticos;
- Os cenários devem ser acompanhados a partir do andamento da execução das ações planejadas, prevendo os impactos e ajustando o planejamento integrado;

d. Os indicadores desta iniciativa estratégica são: índice de assertividade das premissas dos cenários do PNLI e índice de tratamento de desvios nos cenários. O início das medições está previsto para 2016;

e. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se à construção de matrizes origem/destino, à conclusão do georreferenciamento da rede de transportes e à construção de cenários logísticos (simulações).

II. Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas

a. Compreende a identificação das melhores práticas, nacionais e internacionais, de logística e mobilidade, com foco na inovação tecnológica; bem como ações que estimulem, via universidades, institutos e centros tecnológicos, intercâmbios externos, buscando a absorção das novas tecnologias aplicáveis à logística e à mobilidade;

b. Os indicadores desta iniciativa estratégica são: índices de utilização de padrões e inovações tecnológicas adotadas. O início das medições está previsto para o segundo semestre de 2015;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se ao estabelecimento de normas e padrões de projetos empreendimentos.

III. Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados)

a. Envolve a elaboração do Planejamento Integrado da Logística e Mobilidade, inclusive em relação aos planos de governos regionais. Neste sentido, prevê a apresentação, ao CONIT, de um conjunto de ações ou planos com foco na integração nacional e regional e entre modos de transporte;

b. O objetivo estratégico vinculado a esta iniciativa compreende a avaliação do Portfólio de Ações do PNLI, conforme planejamento dos Estados/Municípios/Entidades Setoriais; bem como a integração deste portfólio a tais planejamentos;

c. Os indicadores desta iniciativa estratégica são: percentual de projetos contidos no Portfólio de Ações do PNLI que foram aprovados pelo CONIT; e prazo de aprovação deste portfólio. O início da medição está previsto para 2015.

IV. Promover alinhamento e integração dos planos setoriais de médio e curto prazo

a. Promove ações que objetivam garantir que os planos setoriais reflitam as diretrizes do PNLI. Esta iniciativa também prevê a identificação dos desvios entre o PNLI e planos setoriais e o encaminhamento ao CONIT dos ajustes necessários;

b. Nesta iniciativa, considera-se também a promoção das ações direcionadas ao planejamento da logística e da mobilidade em âmbito federal, regional, estadual, municipal e junto às entidades de classe;

c. Os indicadores desta iniciativa estratégica são: índices percentuais que avaliam a representatividade do PNLI nas ações estratégicas de investimento do Governo; e o número de eventos de promoção/divulgação do portfólio de ações;

d. Finalmente, o objetivo estratégico vinculado a esta iniciativa compreende o monitoramento do portfólio de ações contido no PNLI, tendo como principais entregas o mapeamento da utilização do portfólio de ações do PNLI nos planos setoriais; relatório sobre a manutenção dos padrões propostos pelo PNLI nestes planos, e relatórios com propostas de ajustes no PNLI ou nos planos setoriais.

V. Promover a responsabilidade social e ambiental

a. Compreende ações que objetivam garantir que a EPL seja responsável social e ambientalmente nas suas atividades. Adicionalmente, busca, no âmbito do CONIT, integrar as políticas de logística e mobilidade com a política social e ambiental;

b. Os indicadores desta iniciativa estratégica medem: o prazo dos licenciamentos executados pela EPL; a sua variação de custos e o número de licenças vencidas. O início da medição está previsto para 2014;

c. O objetivo estratégico vinculado a esta iniciativa envolve o acompanhamento da elaboração dos estudos ambientais contratados pela EPL de forma a garantir a sua qualidade.

2º FOCO DE ATUAÇÃO - EMPREENDIMENTOS EPL

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de quatro iniciativas estratégicas:

I. Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos

a. Envolve ações que objetivam estruturar modelos de negócios e definir como será a participação da EPL, governo e parceiros nos mesmos;

b. O indicador desta iniciativa controla: o número de projetos estruturados implantados em relação aos empreendimentos estruturados sem interesse de implementação por parceiros e governo;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa tem como principais produtos a estruturação econômico-financeira de empreendimentos propostos no Portfólio de Ações do PNLI; e a estruturação econômico-financeira do Observatório Nacional de Transportes e Logística.

II. Garantir o planejamento eficiente da implantação

a. Objetiva garantir um processo completo de planejamento para cada empreendimento, desde a concepção do empreendimento passando pelo envolvimento das partes interessadas, obtenção das licenças necessárias, bem como o planejamento e preparação das licitações necessárias, seguindo as melhores práticas em gestão de projetos;

b. O indicador desta iniciativa estratégica mede: o desvio entre o escopo planejado em relação ao escopo executado para o projeto;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa envolve a elaboração de um manual com metodologia para implantação dos empreendimentos definindo os procedimentos que permitam avaliar a sua concepção.

III. Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado

a. Visa assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos sob responsabilidade da EPL. Esta iniciativa prevê aplicar técnicas do PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) desenvolvidas pelo PMI (*Project Management Institute*) para controle da execução dos empreendimentos;

b. O indicador desta iniciativa mede: o cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa prevê a execução do monitoramento econômico-financeiro dos Projetos EPL.

IV. Garantir eficiência na gestão dos empreendimentos

a. Objetiva garantir que os acordos, bem como os contratos com parceiros/governo, sejam cumpridos; inclusive por meio da adoção das melhores práticas de governança corporativa nos empreendimentos em que a EPL participa;

b. O indicador desta iniciativa mede a assertividade do retorno planejado para o empreendimento em relação ao retorno alcançado;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa tem como produtos a elaboração de um *Rating* de Governança Corporativa e de um Manual de Governança Corporativa.

3º FOCO DE ATUAÇÃO - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de três iniciativas estratégicas:

I. Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade

a. Esta iniciativa prevê o acompanhamento da execução das ações estabelecidas no planejamento e deliberadas pelo CONIT, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal;

b. Os indicadores desta iniciativa estratégica acompanham o custo, cronograma de implantação e atrasos nos projetos do PNLI aprovados pelo CONIT;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa está relacionado à elaboração de relatórios de acompanhamento.

II. Promover a retroalimentação contínua dos planejamentos setoriais

a. Objetiva promover a atualização periódica do planejamento (PNLI), inclusive com os ajustes necessários, conforme a concretização ou não das premissas utilizadas;

b. Os indicadores desta iniciativa estratégica medem a identificação e tratamento de desvios dos planos setoriais em relação ao PNLI, bem como as propostas de ajustes no PNLI acatadas;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa prevê a avaliação periódica dos resultados do PNLI, conforme metas preestabelecidas, sugerindo atualizações.

III. Monitorar continuamente a operação dos sistemas de logística e mobilidade

a. Concentra ações direcionadas a monitorar a malha logística e a mobilidade nacional;

b. Os indicadores desta iniciativa estratégica acompanham a implantação do Observatório Nacional de Logística e Transportes, bem como o percentual das diversas infraestruturas de transportes que serão monitoradas pela EPL;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se à implantação do Observatório Nacional de Transportes e Logística.

4º FOCO DE ATUAÇÃO - SERVIÇOS

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de duas iniciativas estratégicas:

I. Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade

a. Compreende a produção de estudos, informações e relatórios sobre a movimentação de cargas e pessoas por modal de transporte; sobre a oferta atual do sistema de transportes, para carga e passageiros; bem como identificar as necessidades de melhorias no sistema de transporte;

b. Estão previstos, neste objetivo, a execução de estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental para projetos e análises da cadeia logística;

c. O indicador desta iniciativa estratégica acompanha: a execução do cronograma e orçamento dos estudos executados pela EPL. O início da medição está previsto para 2014;

d. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa refere-se ao acompanhamento destas ações da EPL por meio do seu escritório de projetos.

II. Promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e sistemas ferroviários de alta velocidade

a. Envolve a certificação da tecnologia adquirida para material rodante, infraestrutura e sistemas ferroviários de alta velocidade;

b. O indicador desta iniciativa acompanha a evolução do processo/metodologia de certificação de conformidade a ser construído pela EPL;

c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa tem como produto o desenvolvimento de Manuais de Certificação.

5º FOCO DE ATUAÇÃO - GOVERNANÇA

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de três iniciativas estratégicas:

I. Garantir uma estrutura organizacional alinhada à estratégia

- a. Ações direcionadas a introduzir na EPL um conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e processos que definem como as tarefas serão distribuídas, agrupadas e coordenadas para atingir a estratégia da organização;
- b. O indicador desta iniciativa estratégica controla o percentual de processos organizacionais chave implantados;
- c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa determina a realização de Treinamento de Lideranças da EPL.

II. Promover a integração entre os diferentes órgãos e partes interessadas

- a. Ações para garantir a comunicação e divulgação eficaz das ações da EPL entre os diferentes órgãos e partes interessadas;
- b. Os indicadores desta iniciativa estratégica medem: a disponibilização pública de informações da EPL, bem como o nível de atendimento das demandas do SIC;
- c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa relaciona-se à manutenção e publicação de dados/informações atualizados no site da EPL.

III. Implantar a gestão por resultados

- a. Ações de monitoramento e controle interno de modo a garantir que os resultados previstos no planejamento estratégico sejam atingidos;
- b. O indicador desta iniciativa acompanha a operacionalização e o grau de implantação do Planejamento Estratégico da EPL.

6º FOCO DE ATUAÇÃO - INFORMAÇÃO

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de uma iniciativa estratégica:

I. Garantir a integração e qualidade das informações

- a. Ações executadas de forma a garantir que as informações utilizadas para o planejamento e gestão sejam confiáveis e íntegras; bem como o assegurar o seu armazenamento correto;
- b. Os indicadores desta iniciativa estratégica estão vinculados à implantação da POSIC da EPL;
- c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa prevê a implantação da POSIC da EPL.

7º FOCO DE ATUAÇÃO - TECNOLOGIA

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de uma iniciativa estratégica:

I. Garantir a infraestrutura tecnológica como suporte para a operação

- a. Objetiva munir a EPL de infraestrutura tecnológica de alta disponibilidade, inovadora, eficiente, eficaz e integrada com a estratégia da EPL;
- b. O indicador desta iniciativa acompanha: o cumprimento das metas estabelecidas no PDTI;
- c. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa avalia o processo de implantação e atualização do PDTI na EPL.

8º FOCO DE ATUAÇÃO - PESSOAS

Este foco de atuação da EPL compreende a execução de uma iniciativa estratégica:

I. Atrair e reter talentos na quantidade adequada e com tempestividade

- a. Objetiva manter um banco de talentos a fim de atender tempestivamente uma demanda da empresa e definir o perfil de cada área da EPL, a fim de elaborar um plano de cargos e salários que atenda às necessidades da empresa para alcançar seus objetivos;
- b. O objetivo estratégico vinculado à execução desta iniciativa acompanha a elaboração do Plano de Cargos e Salários da EPL.

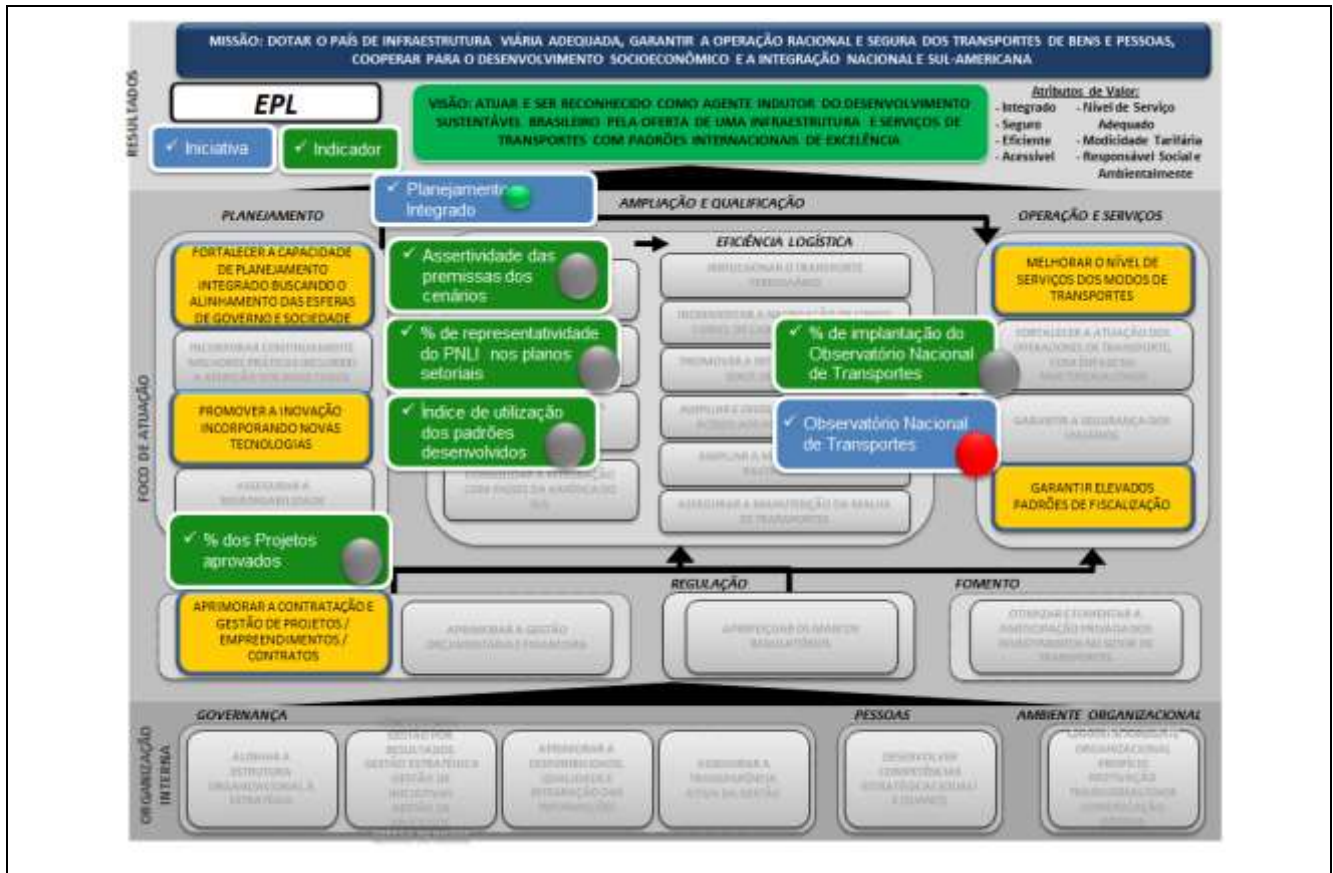
2.1.1 Participação da EPL no Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes

Dentro do Planejamento Estratégico do sistema transportes, o Ministério dos Transportes selecionou um conjunto de iniciativas estratégicas de cada uma de suas entidades vinculadas, inclusive a EPL, para as quais são executadas ações de acompanhamento periódico.

A seleção das iniciativas da EPL relaciona-se com os seguintes objetivos estratégicos do Ministério dos Transportes:

- I. Fortalecer a capacidade de planejamento integrado, buscando o alinhamento das esferas de governo e sociedade;
- II. Promover a inovação, incorporando novas tecnologias;
- III. Aprimorar a contratação e gestão de projetos, empreendimentos e contratos;
- IV. Melhorar o nível de serviços dos modos de transportes e garantir elevados padrões de fiscalização.

FIGURA 5 - INSERÇÃO DE AÇÕES DA EPL NO MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



Desta forma, as iniciativas de construção do PNLI e de implantação do Observatório Nacional de Transportes e Logística permeiam, em suas etapas, diversos objetivos estratégicos da EPL, bem como do Ministério dos Transportes.

De acordo com sistemática de acompanhamento da execução destas iniciativas, são realizadas reuniões trimestrais, onde os principais resultados, cronograma e decisões são monitorados em conjunto com o Ministério dos Transportes, avaliando-se os impactos da evolução dessas ações sobre o planejamento do setor como um todo.

A primeira Reunião de Acompanhamento Estratégico (RAE) foi realizada em novembro de 2013, em que foram apresentadas as iniciativas da EPL, bem como os seus cronogramas e pontos de similaridade e dependência com iniciativas de outras entidades do sistema transportes, como pode ser observado nas figuras abaixo.

FIGURA 6 - STATUS PNLI – RAE

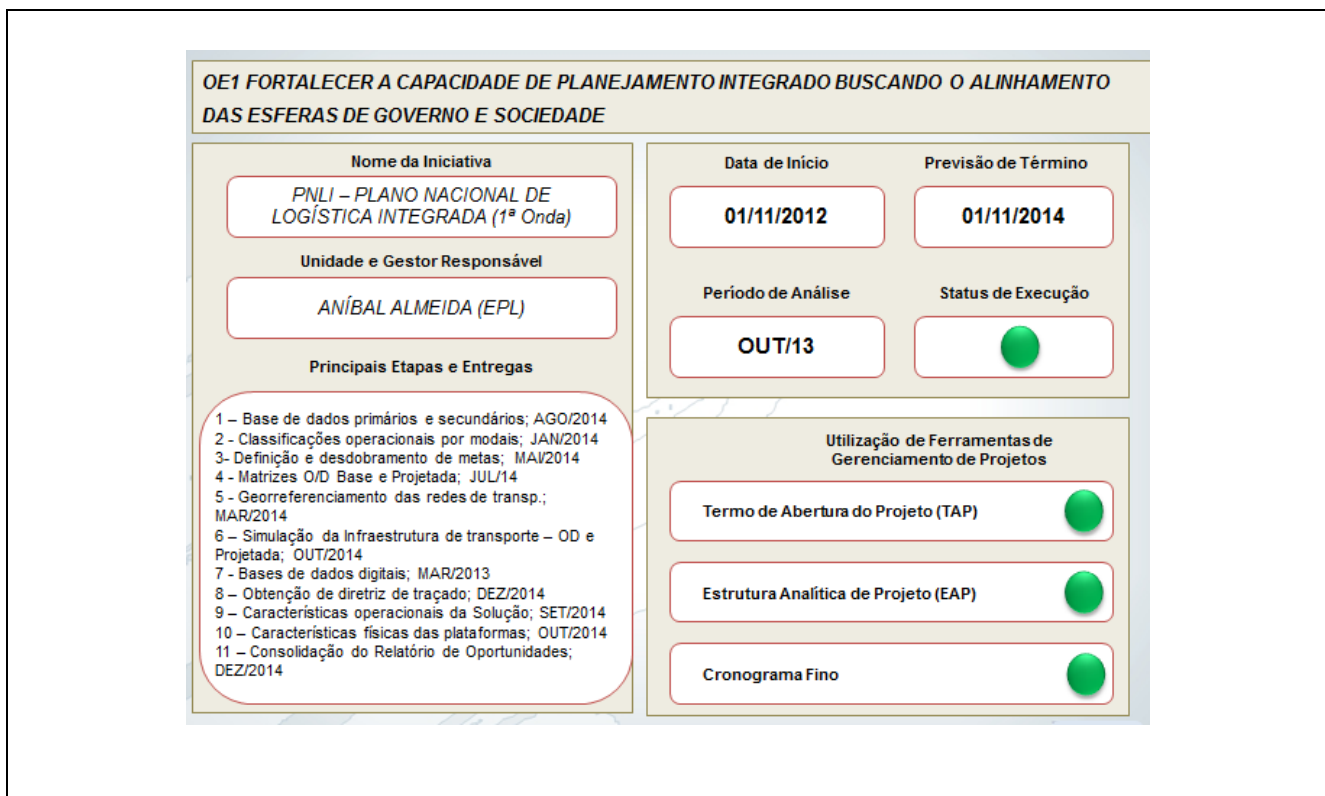
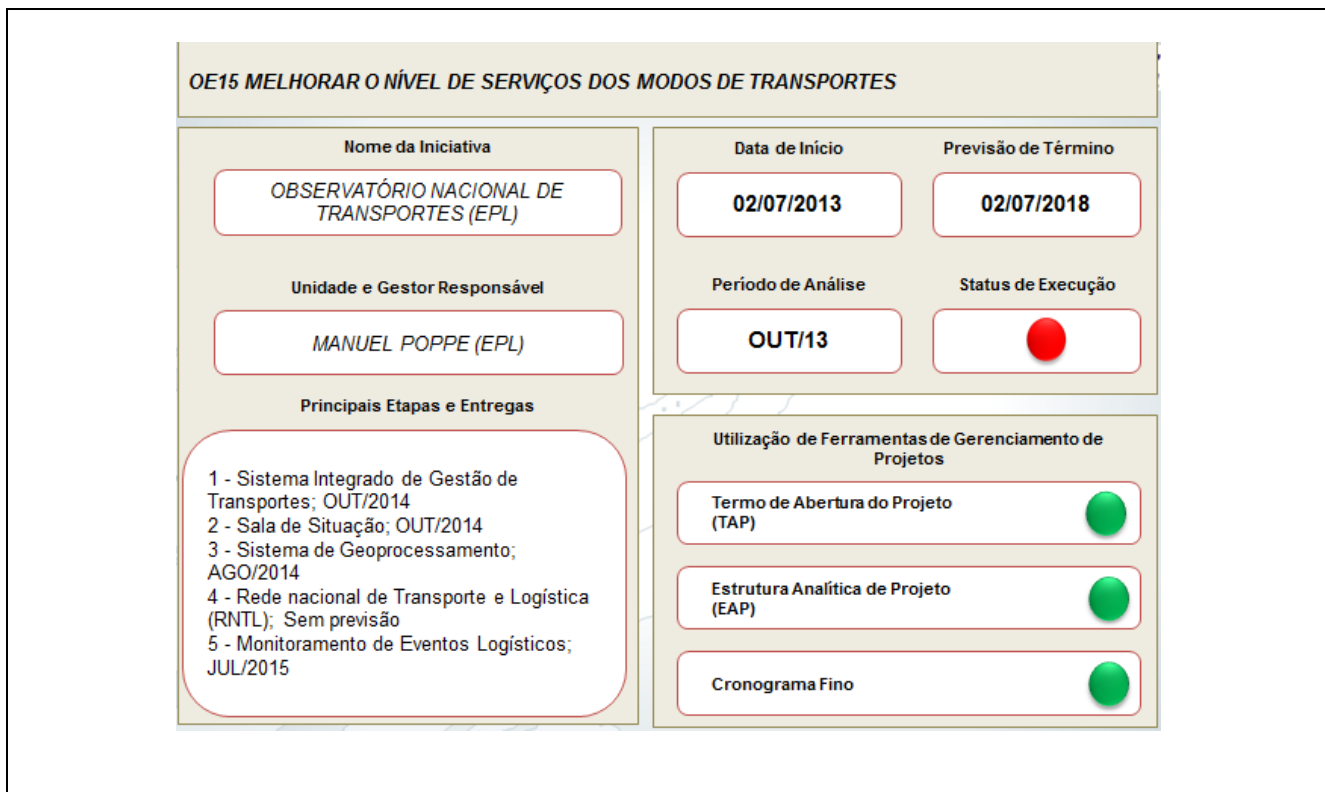


FIGURA 7 - STATUS OBSERVATÓRIO – RAE



A partir desta reunião, foi elaborada uma agenda de encaminhamentos a serem monitorados, trimestralmente, em conjunto ao Ministério dos Transportes e entidades vinculadas.

2.1.2 Vinculação do Plano Estratégico da EPL com suas Competências Legais

A EPL, cuja criação foi autorizada pela Medida Provisória nº 576, de 2012, e convertida na Lei nº 12.743, de 2012, tem por objeto prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, bem como planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte.

O art. 5º da Lei nº 12.404, de 2011, estabelece as competências da EPL, para as quais, de maneira a facilitar a exposição, estão elencadas no quadro abaixo, junto aos objetivos constantes no mapa estratégico da EPL e suas principais iniciativas de 2013.

QUADRO A.2.1.2 – VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA EPL COM SUAS
COMPETÊNCIAS LEGAIS

Competências Legais da EPL (Art. 5º da Lei 12.743)	Objetivos Estratégicos da EPL	Atividades Executadas em 2013
I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Estudo sobre Regulamento de Operadores Ferroviários Independentes e sobre padrões de sinalização de Ferrovias Estudos de Licenciamento de Rodovias do PIL do Governo Federal.
II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas. 	Contratação do Desenvolvimento de solução em RFID para permitir a rastreabilidade de eventos logísticos.
III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas. 	Contratação do Desenvolvimento de solução em RFID para permitir a rastreabilidade de eventos logísticos.
IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o 	Contratação do Desenvolvimento de solução em RFID para permitir a rastreabilidade de eventos logísticos.

	planejado.	
V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas. 	Contratação do Desenvolvimento de solução em RFID para permitir a rastreabilidade de eventos logísticos
VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados) ▪ Promover alinhamento e integração dos planos setoriais de médio e curto prazos ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade] ▪ Promover a retroalimentação contínua dos planejamentos setoriais. 	Elaboração do Relatório de Oportunidades de Investimentos e concepção das etapas necessárias a Elaboração do PNLI.
VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;	Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas.	Estruturação do Modelo de Negócios para o Observatório de Logística e Transportes.
VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a responsabilidade social e ambiental ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Execução do Licenciamento Ambiental de Rodovias do PIL.
IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a responsabilidade social e ambiental ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Execução do Licenciamento Ambiental de Rodovias do PIL.
X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade. 	Participação das Reuniões técnicas para modelagem econômico-financeira das concessões de Rodovias, Ferrovias e Portos do PIL.
XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Sem atividades em 2013.
XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados) ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando 	Elaboração do Relatório de Oportunidades de Investimentos e concepção das etapas necessárias a Elaboração do PNLI.

	<p>inovações tecnológicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade. ▪ Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	
XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento integrado de logística e mobilidade (entre modos, cadeias produtivas e entes federados) ▪ Adotar melhores práticas de soluções logísticas e mobilidade incorporando e disseminando inovações tecnológicas ▪ Acompanhar a execução das ações do planejamento integrado de logística e mobilidade. 	Definição de Metodologia de Apuração de Metas Logísticas a serem consideradas na elaboração do PNLI.
XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado. 	Sem atividades em 2013.
XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o planejado. 	Sem atividades em 2013.
XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor; e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e sistemas ferroviários de alta velocidade. 	Sem atividades em 2013.
XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação. 	Atividades preliminares de delimitação do escopo de contratação de uma Gerenciadora de Desapropriações associadas ao projeto TAV Rio de Janeiro – Campinas.
XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Garantir o planejamento eficiente da implantação Estruturar modelos de negócio para os empreendimentos ▪ Assegurar a implantação dos empreendimentos de acordo com o 	Sem atividades em 2013.

	planejado.	
XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;	<ul style="list-style-type: none"> Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Sem atividades em 2013
XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;	<ul style="list-style-type: none"> Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Elaboração do Relatório de Oportunidades de Investimentos e início da execução de pesquisas Origem e Destino para o transporte de cargas e movimentação de veículos.
XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes.	<ul style="list-style-type: none"> Produzir informações, estudos e análises sob demanda para logística e mobilidade. 	Definição de Conceitos para elaboração de Projetos Preliminares de Engenharia (PPE) e Projetos Preliminares de Serviços (PPS).

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.2 Objetivo

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	FOMENTAR O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS				
Código	0145	Órgão	MT		
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade	Km		0	0	0
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Vetor Logístico Leste	Km		0	0	0
02	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km		0	0	0

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
-	-

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	ESTRUTURAR O PLANEJAMENTO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA FERROVIÁRIO FEDERAL		
Código	0492	Órgão	MT
Programa	Transporte Ferroviário	Código	2072

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal.
02	Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada

2.2.2.1 Análise Situacional

▪ Objetivo 0145 - Fomentar o Transporte Ferroviário de Passageiros

Há uma grande oportunidade logística e comercial no desenvolvimento do transporte de passageiros com composições de trens de alto e médio desempenho, considerando velocidade, conforto e segurança no deslocamento, garantindo-se velocidades comerciais competitivas com o transporte rodoviário. No Brasil, o ônibus está praticamente sozinho no mercado de transporte terrestre de passageiros de médias e longas distâncias. Subjetivamente, podem-se classificar as composições em função de sua velocidade média de deslocamento:

- a. Composições Ferroviárias Convencionais - até a velocidade de 100 km/h;
- b. Composições Ferroviárias de Media-Velocidade – Compreendida de 100 a 250 km/h;
- c. Composições Ferroviárias de Alta Velocidade – Acima de 250 km/h.

A ideia inicial acerca dos trens regionais foi gestada pelo BNDES, nos anos 90, e teve sua concepção e primeiros estudos realizados pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e

Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). A proposta era aproveitar as linhas existentes promovendo adequações nos traçados, com o objetivo de possibilitar maior velocidade operacional, utilizando-se trens modernos para o transporte de passageiros. Muitos desses trens poderão desenvolver velocidades médias acima dos 100 km/h, mesmo em linhas antigas, desde que devidamente adequada para a tecnologia veicular utilizada. Com a construção de ferrovias como a Norte-Sul, Transnordestina, Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) e Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o transporte ferroviário de passageiros pode ser compartilhado com o de cargas devido às boas condições de trafegabilidade das novas vias.

Em 2012, foi aprovada a modelagem econômico-financeira da concessão do TAV, realizadas as audiências públicas e publicada a licitação da fase 1 para seleção da tecnologia e da responsável pela montagem da superestrutura, operação e manutenção do sistema.

O Edital de Concessão nº 001/2012 para o Leilão de Exploração de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Passageiros por Trem de Alta Velocidade, na EF-222 – Campinas – São Paulo – Rio de Janeiro foi publicado inicialmente em 13 de dezembro de 2012 e novamente, com alterações, em primeiro de julho de 2013, com previsão de realização do leilão para 19 de setembro de 2013.

Apesar dos procedimentos adotados e da atuação dos agentes econômicos envolvidos no projeto de implantação do TAV, o procedimento estava se encaminhando de forma a haver apenas um consórcio participando do leilão. Para evitar tal situação, foi publicado no D.O.U., de 16 de agosto de 2013, pela Comissão de Acompanhamento do processo de licitação do TAV o Comunicado Relevante nº 12/2013, que postergou “sine die” a realização do leilão, para dar oportunidade a outros grupos interessados de se adaptarem às regras estabelecidas.

Em relação a outros trechos com potencial para o transporte de passageiros, ressalta-se a contratação, por parte do governo federal, de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental (EVTEA) para a implantação de um trem de média velocidade entre Brasília (DF), Anápolis e Goiânia (GO). Além disso, já há estudos em execução para trechos ligando Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP) e Curitiba (PR) a São Paulo (SP).

Até o momento, há vários estudos e projetos contratados para a consecução do objetivo, mas ainda não são palpáveis para a sociedade, haja vista o cronograma das atividades inseridas na contratação ainda estarem em andamento.

Objetivo 0492 - Estruturar o Planejamento e Gestão da Infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal

A EPL é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa, vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei 12.743, de 2012, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) e passou a ser Empresa de Planejamento e Logística (EPL), ampliando as suas competências.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do CONIT, reformulado pelo Decreto nº 7.789, de 15 de agosto de 2012, para incorporar, em sua composição, representantes da iniciativa privada. Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no país, a EPL vai atuar como sócia na concessão do TAV, com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no

setor. Sob demanda, e mediante contratação, a EPL planejará e estruturará projetos logísticos e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes. A empresa assumirá também a função de empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

Existem dois estudos em execução, os quais são liderados pela EPL: Pesquisa de Origem/Destino e Contratação de Empresa de Desenvolvimento de Soluções Inovadoras de Engenharia. Além disso, está em andamento a contratação da DERSA para elaboração dos projetos do Ferroanel de São Paulo. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL passam a subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério dos Transportes, no âmbito da política traçada para o setor. Mas ainda não são palpáveis os resultados desses dois estudos, pois estão em fase de execução, não foram apresentados ainda os resultados obtidos.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20UA					
Descrição	Estudos, Projetos e Planejamento da Infraestrutura de Transportes (PAC)					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.300.000	66.300.000	37.857.335	37.857.335	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudos Realizados	Unidade	6	2	66.300.000	37.857.335

Identificação da Ação						
Código	1D47					
Descrição	Estudos e Projetos da Infraestrutura de Transportes					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	1.855.720	-	5.162.526	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa Realizada	Unidade	1	1	1.915.201	1.855.720

Identificação da Ação	
Código	1D59
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Engenharia de Transportes (PAC)
Unidade Responsável	MT

Unidade Orçamentária		EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
					1.855.720	1.855.720	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Pesquisa Realizada	Unidade	1	1	1.915.201	1.855.720	

Identificação da Ação							
Código		20UC					
Descrição		Estudos, Projetos e Planejamento da Infraestrutura de Transportes					
Unidade Responsável		MT					
Unidade Orçamentária		EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.706.576	3.706.576	44.400	44.400	-	-	20.800	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Pesquisa Realizada	Unidade	3	0	1.915.201	44.000	

Identificação da Ação							
Código		8785					
Descrição		Gestão e Coordenação do PAC					
Unidade Responsável		MT					
Unidade Orçamentária		EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
53.596.000	37.596.000	6.370.439	6.370.439		11.343.091	17.017.119	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Pesquisa Realizada	Unidade	1	1	37.596.000	17.017.119	

Identificação da Ação							
Código		8785					
Descrição		Gestão e Coordenação do PAC					
Unidade Responsável		MT					
Unidade Orçamentária		EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
53.596.000	37.596.000	6.370.439	6.370.439		11.343.091	17.017.119	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Pesquisa Realizada	Unidade	1	1	37.596.000	17.017.119	

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Militares e Empregados					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.040	29.040	1.681	1.681	-	-	
1.681						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidores Beneficiados	Unidade	13	1	29.040	1.681

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
280.896	1.164.403	590.544	590.544	-	-	
590.544						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidores Beneficiados	Unidade	77	114	1.164.403	590.544

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência-Médica					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
158.040	158.040	111.690	111.690	-	-	
111.690						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoas Beneficiadas	unidade	94	129	158.040	111.690

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

50.904.000	50.904.000	12.764.602	12.764.602	-	5.333.267	14.101.639
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1		-	-	-	50.904.000	14.101.639

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Unidade Responsável	MT					
Unidade Orçamentária	EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.189.668	24.528.020	24.522.067	24.522.067	-	343.150	21.986.114
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1		-	151	149	24.528.020	21.986.114

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
Código	1D47				
Título	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Pograma	2126 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Transportes				
Unidade Orçamentária	39253				
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () BSM				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.162.526	1.212.745				

Identificação da Ação					
Código	1D59				
Título	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para a Engenharia de Transportes (PAC)				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Pograma	2126 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Transportes				
Unidade Orçamentária	39253				
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () BSM				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.855.720	1.855.720				

2.3. Informações sobre outros resultados da gestão

Os dados sobre planejamento, programação orçamentária e financeira, programas temáticos, indicadores e demais elementos e resultados da gestão foram informados exhaustivamente nos subitens que integram este Item 2. – Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 3.1 Estrutura da Governança; 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 3.4 Sistema de Correição; 3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1043/2007 da CGU; e 3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 175/2013, está indicado abaixo o item que não consta do presente capítulo, assim como a correspondente justificativa.

ITEM 3.3 Remuneração Paga a Administradores
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores
Justificativa: Não há, na EPL, pagamento de remuneração variável.

3.1 Estrutura de Governança

A EPL possui uma estrutura de governança corporativa que inclui (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria Executiva, composta pela Presidência, pela Diretoria de Planejamento e pela Diretoria de Gestão; (iii) Conselho Fiscal; e (iv) Auditoria Interna que possuem caráter técnico e consultivo.

O Estatuto Social da EPL, respaldado por sua Assembleia Geral, descreve que a administração da Empresa é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Abaixo seguem as competências, forma de atuação e atribuições de cada instância.

Do Conselho de Administração

I – fixar a orientação geral dos negócios da EPL e aprovar, para cada exercício social, os planos gerais da sociedade;

II – praticar os atos inerentes às suas atribuições;

III – deliberar e submeter à Assembleia Geral:

(a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração da EPL;

(b) a proposta de destinação de lucros ou resultados; e

(c) a proposta de aumento de capital, o preço e as condições de emissão, subscrição e integralização de ações.



IV – aprovar as normas gerais de licitação e contratação para aquisição de bens e realização de obras e serviços;

V – aprovar o regulamento de licitação e contratação de obras, bens, serviços, compras e alienações de interesse da EPL, disciplinando, inclusive, a baixa dos inservíveis;

VI – aprovar o regulamento para a contratação de pessoal permanente da EPL por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, aplicando-se o regime jurídico da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e respectiva legislação complementar;

VII - eleger e destituir, a qualquer tempo, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da EPL;

VIII – autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios ou representações;

IX – apreciar e submeter à Assembleia Geral a alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação dos serviços ferroviários, bem assim a constituição de ônus reais sobre eles;

X – autorizar a contratação de auditores independentes;

XI – implementar a avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, segundo critérios previstos no respectivo Regimento Interno;

XII – decidir sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva;

XIII – aprovar norma disciplinando a concessão de férias aos membros da Diretoria Executiva, observada a legislação vigente, facultada a conversão em espécie, desde que observado o montante global da remuneração aprovado pela Assembleia Geral, sendo vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo;

XIV – conceder licença ao Diretor-Presidente;

XV – deliberar sobre os valores acima dos quais os atos, contratos, convênios e operações a serem firmados pela EPL, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas no inciso VI, do art. 31 do Estatuto Social, deverão ser submetidos à prévia autorização do Conselho de Administração;

XVI – deliberar sobre o orçamento anual, o programa de investimentos da EPL e o plano plurianual;

XVII – acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades da EPL na execução do plano plurianual e dos contratos e convênios por ela firmados;

XVIII – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e papéis da EPL, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados ou em vias de celebração, aditivos contratuais e de quaisquer outros atos praticados pelos dirigentes, bem como sobre as providências adotadas pela administração relativas às diligências do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;

XIX – fiscalizar o cumprimento dos planos, programas e diretrizes definidas para a EPL;

XX – deliberar sobre a proposta apresentada pela Diretoria Executiva de quadros quantitativos de pessoal, planos de criação de cargos, carreiras, remuneração, benefícios e vantagens e submetê-la ao Ministério dos Transportes;

XXI – autorizar a celebração de acordos de acionistas ou renúncia a direito neles previstos ou ainda a assunção de quaisquer compromissos de natureza societária, mediante prévia anuência do Ministro da Fazenda;

XXII – promover, ao menos uma vez ao ano, sessão executiva, sem a presença do Diretor-Presidente da EPL, para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT);

XXIII – deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, a respeito do patrocínio de entidade de previdência privada complementar, aos empregados do quadro da EPL, nos termos do art. 16, da Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2011;

XXIV – aprovar o regulamento próprio de procedimento simplificado de que trata o art. 6.º da Lei 12.404, de 2011, proposto pela Diretora Executiva; e

XXV – decidir sobre os casos omissos do Estatuto Social.

Da Diretoria Executiva

I – propor ao Conselho de Administração quadro do quantitativo de pessoal, planos de criação de cargos, carreiras, remuneração, benefícios e vantagens, bem como o conjunto de normas específicas para contratação de pessoal permanente da EPL por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, aplicando-se o regime jurídico da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e respectiva legislação complementar;

II – exercer os poderes e atribuições que a lei, o Estatuto Social e Regimento Interno lhe conferem para a administração geral e gestão das atividades da EPL;

III – propor ao Conselho de Administração as políticas, diretrizes, planos, programas e orçamentos, bem como suas alterações;

IV – elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras, a proposta de distribuição de dividendos, inclusive os intermediários e a aplicação de recursos excedentes, a serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com vistas à deliberação pela Assembleia Geral;

V – submeter ao Conselho de Administração os assuntos de sua competência, bem como as consultas sobre matérias de sua alçada que julgar conveniente formular;

VI – dentro da sua alçada de valores:

a) aprovar as indenizações para liquidação de desapropriações necessárias à execução de serviços e obras que atendam aos objetivos da EPL, devendo apresentar ao Conselho de Administração, trimestralmente, relatório circunstanciado sobre as indenizações ocorridas no período;



b) autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a EPL;

c) autorizar a contratação de empréstimos e a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

d) autorizar a contratação de seguros, obras, serviços, projetos, pesquisas e profissionais autônomos no interesse da EPL; e

e) autorizar a aquisição de bens imóveis, bem assim a alienação e oneração de bens do ativo permanente, não vinculados à prestação de serviços ferroviários.

VII – submeter ao Conselho de Administração proposta de alteração do regimento interno, bem como de abertura, transferência ou encerramento de escritórios ou representações observada a Lei nº 12.404, de 2011;

VIII – propor ao Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral, nos casos previstos em lei e no Estatuto Social;

IX – elaborar proposta de regulamento próprio disciplinando o procedimento simplificado de que trata o art.6º da Lei nº 12.404, de 2011, que, após aprovado pelo Conselho de Administração, será publicado no Diário Oficial da União;

X – encaminhar ao Ministério dos Transportes as demonstrações financeiras e contábeis e as contas anuais da EPL, após aprovação do Conselho de Administração;

XI – encaminhar pedido de anuência ao Ministério da Fazenda no caso estabelecido no inciso XX do art. 3º e no inciso XXI do art. 19 Estatuto Social;

XII – deliberar sobre assunto que lhe submeta o Diretor-Presidente ou qualquer Diretor, bem como quaisquer outras atribuições não reservadas ao Conselho de Administração;

XIII – elaborar norma disciplinando a concessão de férias aos membros da Diretoria Executiva, a ser submetida ao Conselho de Administração, observada a legislação vigente, facultada a conversão em espécie, desde que observado o montante global da remuneração aprovado pela Assembleia Geral, sendo vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo; e

XIV - decidir sobre os casos omissos deste Regimento Interno.

Da Auditoria Interna

I - Assessorar tecnicamente a alta direção da empresa no que se refere à atividade da administração pública, propondo ações corretivas quando as evidências de auditoria assim o exigirem;

II - Acompanhar o cumprimento das metas do planejamento plurianual no âmbito da empresa, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento a conformidade de sua execução;

III - Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

IV - Avaliar e propor medidas saneadoras, voltadas para a eliminação e/ou mitigação dos riscos internos e externos identificados nas ações de auditoria e em análises prospectivas complementares;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria de natureza especial, não previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria, assim como elaborar estudos e relatórios específicos, por demanda dos Conselhos, de Administração, Fiscal e de membros da Diretoria Executiva;

VI - Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;

VIII - Examinar e emitir parecer conclusivo sobre a Prestação de Contas anual da EPL e sobre Tomada de Contas Especial no que se refere ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo;

Do Conselho Fiscal

I – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II – opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da EPL, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EPL;

VII – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar, após deliberação do Conselho de Administração;

VIII – exercer suas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

IX – pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

X – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações;

XI – elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XII – fornecer aos acionistas informações sobre matérias de sua competência, sempre que solicitadas; e

XIII - os membros do conselho fiscal, ou ao menos um deles, deverão comparecer às reuniões da Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Em relação à adoção de procedimentos internos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, cabe mencionar que a EPL adota o Código de Ética da Presidência da República - Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Além disso, foram elaborados ao longo do ano de 2013 diversos regulamentos internos com o intuito de estabelecer regras e diretrizes de funcionamento a fim de orientar os servidores no desempenho de suas atribuições e assegurar a unidade de ação da Empresa, quais sejam: (i) Atos Normativos; (ii) Férias; (iii) Utilização de Veículos Oficiais; (iv) Utilização de Telefonia.

No decorrer desse ano, foram finalizados os seguintes regulamentos internos: (i) Jornada de Trabalho; e (ii) Controle de Frequência. Encontra-se também em fase elaboração normativo interno definindo todas as fases do procedimento a ser observado pela empresa nos casos de apuração disciplinar de seus empregados.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das		X			

responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X	

Análise Crítica:

1. Ambiente de Controle

A EPL foi criada em 15 de agosto de 2012 (Medida Provisória nº 576/12). Desde o primeiro momento, a alta administração da EPL buscou apoiar iniciativas que permitissem o controle adequado e eficiente de suas atividades. Desta forma, foi iniciado o desenho de seus macroprocessos finalísticos e de suporte considerados críticos. Houve a identificação de cada uma de suas etapas, pré-requisitos e resultados almejados. Esta atividade continuou ao longo de 2013, tendo sua conclusão prevista para 2014. Neste relatório, os documentos que estabelecem procedimentos e instruções operacionais, principalmente aqueles relacionados à realização de contratações e gestão do patrimônio da empresa, estavam em finalização.

Não obstante, foram adotadas medidas como a instituição de um informativo circular direcionado a todas as áreas da empresa, com instruções consideradas relevantes para o exercício das atividades. Assim, ao longo de 2013, foram elaborados 85 informativos versando sobre assuntos como atos administrativos, reparos ou manutenções de rede elétrica ou de TI, gestão de pessoas (férias, desligamentos, folhas de ponto, capacitações etc.), sistemas financeiros (SIAPE), logística e suprimentos da empresa.

Finalmente, cabe destacar que o reduzido quadro de pessoal tem impedido que a empresa exerça uma adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. A Empresa tem buscado alternativas que possibilitem solucionar este problema.

2. Avaliação de Risco

Entre os macroprocessos de suporte da empresa, cabe destacar o processo “Gerenciar Riscos”. Ele objetiva qualificar os riscos operacionais da EPL por meio da identificação, avaliação, mapeamento das ações mitigatórias e monitoramento dos mesmos. Como resultado da aplicação deste processo, a possibilidade de materialização de riscos nos demais processos da empresa deverá ser sensivelmente reduzida.

Ao final de 2013, o processo “Gerenciar Riscos” já contava com o planejamento das atividades que o comporiam e com a identificação da ferramenta (*software*) de gestão de riscos operacionais a ser utilizada, estando em desenvolvimento a materialização das atividades.

Tão logo aconteça a customização da ferramenta, a conclusão dos procedimentos de implantação do processo “Gerenciar Riscos” e a capacitação dos responsáveis pelos demais processos a EPL estará apta a promover o constante gerenciamento dos riscos inerentes às suas atividades.

No que diz respeito aos riscos específicos dos projetos em curso, estes estão sendo identificados e trabalhados pelo Escritório de Projetos da Empresa, por meio de metodologia já internalizada.

3. Procedimentos de Controle

No que se refere ao estabelecimento de ações para diminuir riscos e alcançar objetivos, já foram tecidas considerações no tópico anterior, que tratou da Avaliação de Risco.

Em que pese o fato da EPL, no desenvolvimento de suas atividades ao longo de 2013, buscar a estrita observância aos normativos legais pertinentes, há que se considerar que não houve tempo hábil para a conclusão, difusão e utilização de todos os processos de suporte relacionados ao universo destas atividades.

Merece destaque os processos relacionados às atividades de realizar contratações e gerenciar e fiscalizar contratos, cujo mapeamento e elaboração ocorreram durante o ano em tela. O Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, bem como o Procedimento Operacional Padrão (POP) para fiscalização de contratos, normativos internos, por exemplo só foram aprovados e disponibilizados para todos os funcionários da empresa em 24 de dezembro de 2013.

4. Informação e Comunicação

A área de gestão documental somente teve suas atribuições claramente definidas com a publicação do Regimento Interno da EPL, em 19 de dezembro de 2013. Dentre as missões da área merecem destaque: i - planejar, implementar e executar a gestão de documentos na EPL; ii - gerenciar o protocolo, o arquivo, a biblioteca e a tramitação da documentação geral da EPL; iii - propor a política de segurança da informação e os planos específicos para sua implementação.

Nesse contexto, progressivamente, as atividades de identificação, documentação, armazenamento e disseminação das informações relevantes deverão ocorrer de forma tempestiva e adequada ao longo de 2014.

Por fim, cabe reiterar que objetivando aperfeiçoar a comunicação na empresa, em todos os seus níveis, houve a instituição de um informativo circular direcionado a todas as áreas da empresa, com instruções consideradas relevantes

para o exercício das suas atividades específicas (em 2013, foram elaborados 85 informativos). O aprimoramento deste mecanismo constitui objetivo a ser perseguido ao longo de 2014.

5. Monitoramento

O sistema de controle interno deve ser entendido como o conjunto de normas e procedimentos adotados pelos empregados e a direção da empresa no sentido de mitigação de fatos que possam vir a caracterizar falhas ou impropriedades em suas atuações.

Neste sentido, merece registro a insipiência da empresa, tendo em vista a sua criação recente em dezembro de 2012 e juntando-se a isso a conjugação da cultura dos diversos empregados contratados com suas respectivas histórias em ambiente de trabalhos anteriores. A empresa ainda se encontra no processo de criação, uniformização e implementação de processos e procedimentos de controles internos.

Os trabalhos levados a termo pela auditoria interna da empresa identificam a necessidade de se instituir procedimentos e normas visando à efetivação de um sistema uniforme, de conhecimento geral, bem como à mitigação de eventos ou situações que possam vir a diminuir o desempenho do quadro de pessoal ou acanhar os indicadores de performance da empresa.

Metodologia Utilizada para Aplicação do Questionário

As respostas ao Quadro A.3.2 (Avaliação do Sistema e Controles Internos da UJ) foram obtidas por meio da realização de reunião conjunta com representantes das áreas meio e finalísticas da EPL, contando com a participação de assessores da Diretoria-Executiva, bem como do auditor da EPL. As respostas apresentadas refletem o consenso unânime entre os participantes, após a discussão de cada item apresentado no questionário.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.**
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.**
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.**
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.**
- (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.**

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A EPL foi criada pela Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012, vinculado ao Ministério dos Transportes e 100% dependente dos recursos da União administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal segue orientações emanadas do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Ofício nº 646/DEST/MP, de 18 de julho de 2012 e Nota Técnica nº 216/CGOR/DEST/SE-MP, de 13 de maio de 2013, uma vez que o período de abrangência é de abr2013 a mar2014), em observância ao art. 6º, inciso IV, Anexo L, do Decreto nº. 7.675, de 20 de janeiro de 2012, bem como da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo, realizada em 17 de abril de 2013.



A EPL, de acordo com a legislação vigente, é dirigida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, além de um Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos anualmente pela Assembleia Geral, com possibilidade de reeleição.

Com relação à composição da remuneração, estão descritos abaixo os elementos da remuneração dos Diretores e Conselheiros da EPL:

I. Diretores

- a. Rendimento
 - Honorário dirigente (rubrica SIAPE nº 00293);
 - 13º salário (rubrica SIAPE nº 00094);
 - Férias – adicional 1/3 (rubrica SIAPE nº 00220);
 - Auxílio-alimentação (rubrica SIAPE nº 82851).
- b. Desconto
 - Cota-parte auxílio alimentação (rubrica SIAPE nº 73415);
 - Contribuição sindical (rubrica SIAPE nº 79010 – mês de março de cada exercício);
 - Imposto de renda;
 - Previdência Social.

II. Conselheiros

- a. Rendimento
 - Participação em Conselho de Administração e Fiscal (rubrica SIAPE nº 00169).
- b. Desconto
 - Imposto de renda.

No que se refere à metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração, foi determinado o intervalo de abril a março em que foi aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período desde o último reajuste.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

QUADRO A.3.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total

Bernardo José F. G. de Oliveira **	08/08/2012	03/12/2013	2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	0,00	30.464,26
Dino Antunes Dias Batista	08/08/2012		2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	5.027,28	35.491,54
Luiz Antonio Rodrigues Elias	08/08/2012		2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	5.027,28	35.491,54
Miguel Mario Bianco Masella	08/08/2012	01/08/2013	2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.240,58
Nélida Ester Zacarias Madela	08/08/2012	01/05/2013	2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.822,82
Ivo da Motta Azevedo Correa	06/06/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	3.731,48	20.567,00
Américo Lei de Almeida	13/08/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	3.546,37	14.770,05
João Paulo Resende	29/11/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92
Maurício Muniz Barreto de Carvalho *	08/08/2012	02/09/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paulo Sérgio Oliveira Passos **	03/12/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92

*Declínio do recebimento da remuneração referente à participação como membro do CONSAD-EPL, em virtude de exercer o mandato de Conselheiro de Administração nas Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e Norte Energia S.A.

** Teto constitucional

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Adelaide Cristina de Oliveira	08/08/2012	05/11/2013	2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	0,00	0,00	27.658,34
Débora Peters	08/08/2012	01/07/2013	2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	2.805,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.434,66
Fabiano	08/08	15/04	2.672	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.672,30

Maia Pereira	/2012	/2014	,30												
Francisco Antonio Martins	08/08/2012	14/05/2013	2.672,30	2.672,30	2.672,30	2.805,92	2.805,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.628,74
Alex Fabiane Teixeira	27/06/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	3.731,48	17.761,08
Cleidemario Luiz de Souza (*)	08/08/2012	01/04/2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.611,84
Leonardo Carreiro Albuquerque	08/05/2012		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.805,92	2.939,54	14.163,22
Edme Tavares de Albuquerque Filho **	19/12/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Suplente

** Exercício financeiro apenas em 2014, em virtude do fechamento do sistema SIAPE e a data de posse do Conselheiro.

Fonte: Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012; Lei nº 7.675, de 2012; Orientações DEST, Ata de reunião CONSAD e Termo de Posse, CF/88 e SIAPE.

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

QUADRO A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros: 03	R\$ 1.050.028,91	R\$ 347.598,63	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	R\$ 1.034.584,91	R\$ 341.163,63	-
a) salário ou pró-labore	R\$ 15.444,00	R\$ 6.435,00	-
b) benefícios diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
c) remuneração por participação em comitês	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
d) outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
e) bônus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
f) participação nos resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

g) remuneração por participação em reuniões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
h) comissões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
i) outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
III – Total da Remuneração (I + II)	R\$ 1.050.028,91	R\$ 401.044,63	-
IV – Benefícios pós-emprego	R\$ 26.188,67	R\$ 0,00	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
VI – Remuneração baseada em ações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

Fonte: Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012; Ata do CONSAD e termos de posse; Orientações DEST, CF/88 e SIAPE

Obs. 2012 - início EPL 8/8/2012

2013 - no período de 25/10 a 3/12/2013 a EPL possuiu 4 Diretores

3.4 Sistema de Correição

Desde a criação da EPL (agosto de 2012) até o final do exercício de 2013, data de elaboração deste Relatório de Gestão, não houve a ocorrência de fraudes e perdas, motivo pelo qual não aconteceram sindicâncias internas.

Não obstante, e em que pese o pouco tempo de criação da empresa, e tendo em vista o estabelecido na Portaria do Ministério dos Transportes nº 42, de 6 de março de 2008, encontra-se em fase elaboração normativo interno definindo todas as fases do procedimento a ser observado pela empresa nos casos de apuração disciplinar de seus empregados.

Esta empresa avalia a possibilidade de constituição de uma equipe específica e especializada para a condução dos processos disciplinares, e adicionalmente estabelece competências para inclusão das informações relativas aos Processos Disciplinares no Sistema CGU/PAD, conforme Portaria nº 1.043/2007.

3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

A EPL não possuía, no ano de 2013, indicadores estruturados que permitissem monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança adotado, bem como a efetividade dos controles internos. A maior parte das atividades da Empresa, entretanto, é constantemente acompanhada e há uma percepção, pela alta administração, de que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da EPL.

Importante ressaltar que não é perceptível, no ambiente interno da Empresa, a ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, motivo pelo qual não houve sindicâncias internas em 2013.

Não obstante a EPL busca avançar na estruturação de indicadores que possibilitem o monitoramento da efetividade de seus controles internos com o objetivo de garantir melhoria na

gestão da informação, maior coordenação e alinhamento das ações desempenhadas pelas demais áreas da Empresa, além de mensurar os riscos, no intuito de mitigá-los.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 4.1 Execução das despesas; 4.4 Transferências de Recursos; e 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 175, de 2013, estão indicados abaixo os itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 4.1. Execução das despesas
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa
QUADRO A.4.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa
Justificativa: Não se aplica à realidade da estrutura da Empresa, pois só há uma unidade gestora.

ITEM 4.1 – Execução das despesas
4.1.3 Realização da Despesa
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Justificativa: Não se aplicam, pois a EPL não recebeu recursos de outros órgãos.
ITEM 4.4 Transferências de Recursos
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
4.4.5 Análise Crítica
Justificativa: A Empresa não celebrou convênio ou contrato de repasse no exercício.

4.1. Execução das Despesas

4.1.1 Programação

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária:		Código UO: 39253				UGO: 395001	
Empresa de Planejamento e Logística (EPL)							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO		6.626.668				7.992.276
	PLOA	19.740.668	6.626.668			20.896.152	7.992.276
	LOA	19.740.668	6.626.668			57.405.152	7.992.276
CREDITOS	Suplementares	5.338.352				883.507	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinário	Abertos					

	s	Reabertos					
		Abertos					
Créditos Cancelados		Reabertos					
Outras Operações							
Total			25.079.020	6.626.668			58.288.659 7.992.276
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO			5.700.000		70.205.000	
	PLOA		32.100.000	5.700.000	80.000.000	70.205.000	
	LOA		137.591.000	5.466.802	80.000.000	70.205.000	
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total			161.591.000	5.466.802	0	70.205.000	

Fonte: SIAFI/SIOP

QUADRO A.4.1.1.2 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO			14.618.944		75.905.000	
	PLOA		40.636.820	14.618.944	112.100.000	75.905.000	
	LOA		77.145.820	14.618.944	217.591.000	75.905.000	
CRÉDITOS	Suplementares		6.221.859		-56.000.000		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total			83.367.679	14.618.944	161.591.000	75.905.000	

4.1.1.1 Análise Crítica

A proposta orçamentária 2013 da EPL foi de R\$ 152 milhões, dos quais R\$ 80 milhões foram destinados à Participação da União no Capital da Concessionária do TAV e os R\$ 72 milhões restantes às demais ações para manutenção da EPL e para condução das políticas afetas à sua missão, a saber: pessoal, benefícios aos empregados, estudos e projetos e administração da Empresa. Durante a tramitação do PLOA 2013, foram incorporados R\$ 82 milhões à Proposta da

EPL por iniciativa do Poder Executivo e R\$ 60 milhões por força de emenda parlamentar apresentada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. O valor total aprovado na LOA 2013 foi de R\$ 294 milhões.

Somam-se a esse valor R\$ 97,1 milhões de crédito extraordinário aprovados pelo Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 598, de 2012, e reaberta, em 2013, no seu saldo. Essa MP visava ao adiantamento de dotação orçamentária para a continuidade da execução orçamentária dos projetos prioritários do Governo até a aprovação da Lei Orçamentária Anual em 2013. O valor total aprovado para a EPL, considerando a MP, é de R\$ 391 milhões.

Paralelamente, a Gerência de Finanças da EPL realizou um mapeamento dos projetos dos diversos núcleos da Empresa com o objetivo de levantar as necessidades orçamentárias e financeiras para 2013 e exercícios seguintes. Constatou-se, então, a necessidade de R\$ 305 milhões para o ano de 2013. Do total de R\$ 391 milhões aprovados para 2013, R\$ 80 milhões são para inversão financeira, R\$ 19 milhões para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 97,1 milhões são oriundos dos Créditos Extraordinários e estão bloqueados para execução e R\$ 60 milhões são provenientes de emenda parlamentar que não corresponde às competências da EPL e, por isso, estão esterilizados. O saldo para execução dos demais projetos e manutenção da Empresa é de R\$ 135 milhões e, como a demanda mapeada é de R\$ 305 milhões, tem-se a necessidade de aporte adicional de R\$ 170 milhões.

Ciente disso, a EPL solicitou junto ao MT aditamento no valor de R\$ 170 milhões, obedecendo às diretrizes e prazos definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão central de planejamento e orçamento. Os recursos compensatórios para tal solicitação, exigência regulamentada pelo MPOG, seriam provenientes dos R\$ 80 milhões do aporte de capital (visto que a execução dessa despesa só se efetivará em 2014) e R\$ 90 milhões seriam oferecidos pelo próprio MT.

No entanto, o MT só sinalizou com R\$ 30 milhões, frustrando as expectativas de compensação em R\$ 60 milhões, o que possibilitou a realização do crédito adicional de apenas R\$ 110 milhões. Em virtude da redução do valor do crédito adicional solicitado, a EPL optou por fazer uma nova análise da execução de seus projetos em meados de agosto, para, então, reavaliar a necessidade de recomposição do aporte orçamentário (R\$ 170 milhões) ou a manutenção do crédito adicional em R\$ 110 milhões.

No tocante às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, vale salientar que o valor aprovado para 2013 é de R\$ 19 milhões. Ao considerar a execução média mensal de R\$ 1,3 milhão, projeta-se uma despesa acumulada anual de R\$ 18 milhões para 2013.

Com relação às ações de benefícios aos colaboradores e seus dependentes - auxílio-transporte, auxílio-creche e assistência-médica - a execução orçamentária está modesta. O auxílio-transporte só se mostra interessante para os níveis salariais mais baixos, contemplando poucos colaboradores na estrutura atual da EPL. Quanto ao auxílio-creche, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST/MP) ainda não definiu o valor a ser pago aos beneficiários. Tão logo haja definição, a EPL efetuará o pagamento. Já a execução de Assistência Médica saltou de R\$ 5 mil mensais em média até abril para R\$ 12 mil em maio, visto que muitos colaboradores entraram com pedido de ingresso e ressarcimento. Projetando para o exercício, tem-se uma execução estimada em R\$ 120 mil, em face do valor aprovado de R\$ 158 mil.

Para auxílio-alimentação, verificou-se a necessidade de solicitação de crédito adicional no valor de R\$ 400 mil. Considerando o valor médio mensal executado até abril de R\$ 40 mil, e tendo em conta o quadro de pessoal aprovado para a EPL de 151 colaboradores, o que corresponde a uma despesa de R\$ 680 mil para o ano, em face do valor aprovado de R\$ 280 mil na LOA 2013, foi necessário que recorrêssemos ao MT para o pagamento desse benefício em 2013.

Por fim, a Gerência de Finanças solicitou novamente às demais áreas da EPL a identificação e/ou ratificação dos projetos que impactariam no exercício de 2014 com vistas ao processo de elaboração da proposta orçamentária. Em tempo, o valor da proposta orçamentária foi de R\$ 392,2 milhões.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	395001/3925 3	240005/0000 1	39253- 26121212620U C0001			30.890,92
Recebidos						

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	395001/3925 3	200109/0000 1	39253- 261222126878 50001			1.685.640,96
Recebidos						

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	395001/3925 3	113601/1130 2	39253- 261222126200 00001			44.400,00
Recebidos						

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	395001/3925 3	154040/1525 7	39253- 26121212620U A0001	182.286,80		
Recebidos						

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Empresa de Planejamento e Logística (EPL)		Código UO: 39253		UGO: 395001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.465.336	2.119	13.465.336	2.119	
a) Convite	5.427		5.427		
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	13.459.909	2.119	13.459.909	2.119	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	7.052.369	554.890	7.052.369	554.890	
h) Dispensa	5.647.704	549.934	5.647.704	549.934	
i) Inexigibilidade	1.404.665		1.404.665		
3. Regime de Execução Especial	0	4.956	0	4.956	
j) Suprimento de Fundos		4.956		4.956	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	22.796.573	20.800	22.796.573	20.800	
k) Pagamento em Folha	21.839.171	0	21.839.171	0	
l) Diárias	957.402	20.800	957.402	20.800	
5. Outros	2.097.302	808.133	2.097.302	808.133	
6. Total (1+2+3+4+5)	45.411.580	1.390.898	45.411.580	1.390.898	

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Empresa de Planejamento e Logística (EPL)		Código UO: 39253		UGO: 395001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.465.336	2.119	13.465.336	2.119	
a) Convite	5.427		5.427		
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	13.459.909	2.119	13.459.909	2.119	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	7.052.369	554.890	7.052.369	554.890	
h) Dispensa	5.647.704	549.934	5.647.704	549.934	
i) Inexigibilidade	1.404.665		1.404.665		
3. Regime de Execução Especial	0	4.956	0	4.956	
j) Suprimento de Fundos		4.956		4.956	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	22.796.573	20.800	22.796.573	20.800	

k) Pagamento em Folha	21.839.171	0	21.839.171	0
l) Diárias	957.402	20.800	957.402	20.800
5. Outros	2.097.302	808.133	2.097.302	808.133
6. Total (1+2+3+4+5)	45.411.580	1.390.898	45.411.580	1.390.898

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas	17.714.830		17.714.830		12.485		15.334.066	
Obrigações Patronais	5.943.794		5.943.794		330.665		5.383.502	
Indenizações e Restituições	236.567		236.567		17.930		236.567	
Demais elementos do grupo	626.876		626.876				885.036	
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	10.267.410		10.267.410		3.537.234		8.236.764	
Passagens e Despesas c/ Locomoção	1.963.709		1.963.709		69.326		1.442.385	
Diárias	957.000		957.000				957.000	
Demais elementos do grupo	2.956.821		2.956.821				2.091.351	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	26.110.217		26.110.217		6.259.206		10.584.864	
Contribuições	9.357.202		9.357.202					
Obras e Instalações	5.903.519		5.903.519					
Demais elementos do grupo	662.813		662.813		13.753.575		258.115	

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas	17.714.830		17.714.830		12.485		15.334.066	
Obrigações Patronais	5.943.794		5.943.794		330.665		5.383.502	
Indenizações e Restituições	236.567		236.567		17.930		236.567	
Demais elementos do grupo	626.876		626.876				885.36	
2 Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	10.267.410		10.267.410		3.537.234		8.236.764	
Passagens e Despesas c/ Locomoção	1.963.709		1.963.709		69.326		1.442.385	
Diárias	957.000		957.000				957.000	
Demais elementos do grupo	2.956.821		2.956.821				2.091.351	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 Investimentos								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	26.110.217		26.110.217		6.259.206		10.584.864	
Contribuições	9.357.202		9.357.202					
Obras e Instalações	5.903.519		5.903.519					
Demais elementos do grupo	662.813		662.813		13.753.575		258.115	

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Relativamente aos atos orçamentários, a Lei Orçamentária Anual reservou, inicialmente, à EPL R\$ 294,7 milhões para o exercício financeiro de 2013 (LOA 2013). Ao longo do ano, as dotações foram revistas para se adequarem às necessidades reais da Empresa em fase de formação, o que motivou a abertura de dois créditos adicionais. O primeiro deles suplementou em R\$ 110 milhões os recursos destinados a Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes e o segundo promoveu ajustes menos expressivos em despesas com pessoal e benefícios.

A principal fonte compensatória para os aditamentos expostos foi o cancelamento de dotação de R\$ 80 milhões em inversão financeira (GND 5), destinada à integralização de capital em Sociedade de Propósito Específico (SPE). Os recursos seriam originalmente utilizados para

participação da União em SPE a ser instituída para exploração do TAV entre Campinas e Rio de Janeiro. Entretanto, uma medida estratégica do Governo para suspender o projeto de implantação TAV gerou a fonte para crédito adicional. Ao final do exercício financeiro, disponibilidades da EPL foram ofertadas em cancelamento para suplementar outros empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), levando a que o valor autorizado no ano restasse em R\$ 245,0 milhões.

Relativamente aos fatos orçamentários, foram empenhados R\$ 82,7 milhões dos recursos disponíveis, representando uma eficiência de 33,8%. Uma das principais razões para o baixo nível de empenho foi o próprio perfil das dotações consignadas. A EPL foi beneficiária de emenda de R\$ 60 milhões ao PLOA 2013, voltada à construção de trecho ferroviário entre Lucas do Rio Verde (MT) e Cruzeiro do Sul (AC). Contudo, a construção de ferrovias não dedicadas ao transporte de alta velocidade foge à seara de competência da Empresa, impedindo a execução em face da autorização legislativo-orçamentária.

Dos recursos empenhados, R\$ 25,0 milhões foram para pagamento de despesas com Pessoal e Encargos (Grupo de Natureza de Despesa 1), R\$ 15,7 milhões para outras despesas correntes (GND3) e R\$ 42,0 milhões para custear investimentos (GND 4). Entre estes, constam tanto o provimento de condições para funcionamento da Empresa, que à época estava em fase de estruturação, quanto o financiamento de estudos sobre logística nacional e outros preparatórios para intervenções públicas, com ou sem parceria privada. Os estudos, por sua natureza, foram incorporados ao Ativo Intangível da Empresa.

Outra peculiaridade relevante diz respeito à modalidade de aplicação dos recursos empregados pela EPL. Majoritariamente, a execução foi direta (modalidade 90), incluídas as operações diretas entre entidades públicas do mesmo ente político, e cobertas pela mesma esfera orçamentária (modalidade 91). Esta modalidade se aplica, por exemplo, ao pagamento de impostos federais ou de serviços públicos prestados por empresas de titularidade da União, em regime de monopólio, como a Imprensa Nacional ou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ocorreu exceção com a transferência de recursos ao exterior (modalidade 80), no valor de R\$ 9.36 milhões, para abrigar Termo de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Em adição, cumpre destacar o atendimento ao que regulamenta o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e de serviços e para a emissão de passagens e o pagamento de diárias.

Em 31 de julho de 2013, o MPOG exarou a Portaria nº 268, por meio da qual estabeleceu teto por órgão orçamentário para o agregado de despesas em subelementos que aquele órgão central classificou como de apoio administrativo, locação de bens móveis e imóveis, material de consumo, serviços de energia elétrica, suporte à TC&I, pagamento de pessoal temporário, vigilância e diárias e passagens. O expediente aludido foi reformado pelas Portarias MP nº 296/2013 e nº 353/2013, conferindo o limite final de R\$ 10,9 milhões para o custeio pela EPL das despesas regradas pelo Decreto. A Empresa, então, condicionou à restrição as suas escolhas de gastos nos últimos cinco meses, empenhando R\$ 10,6 milhões nos subelementos afetos e ofertando parte do valor não utilizado para o órgão central solucionar problemas prementes de outras unidades.

No que concerne aos pagamentos, foram efetivamente liquidados e pagos R\$ 45,4 milhões, aos quais se somaram R\$ 18,4 milhões de Restos a Pagar Inscritos relativos à LOA 2012, e pagos

em 2013, perfazendo o montante de R\$ 63,8 milhões. Na sequência, apresenta-se quadro-síntese da execução orçamentária e financeira no exercício de 2013.

No que concerne ao decreto de programação orçamentária e financeira, a EPL não deixou de realizar as atividades inerentes às suas competências por conta desse ajuste orçamentário e financeiro, pois o impacto foi desprezível para a gestão da Empresa, haja vista os recursos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ter sido excluído de tal programação.

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Conteúdo não exigido conforme orientação da Decisão Normativa TCU nº 127, de 2013.

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Conteúdo não exigido conforme orientação da Decisão Normativa TCU nº 127, de 2013.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa de Planejamento e Logística S.A./EPL									
CNPJ: 15.763.423/0001-30					UG/GESTÃO: 395001/39253				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulad o até o Exercício	Início	Fim	
3	674166	240005/00001	35.000,00		30.890,92		27/3/13	27/4/13	Concluído
3	675294	154040/15257	356.000,00		182.286,80		27/5/13	26/5/14	Adimplente
3	675447	113601/11302	967.840,00		44.400,00		29/5/13	28/1/15	Adimplente
3	676261	200109/00001	4.952.888,88		1.685.640,96		30/8/13	29/6/14	Adimplente
5	677800	03723329000179	17.211.202,08		0,00		26/12/13	25/12/16	Adimplente
5	1/2012	MBC	-		-		04/3/13	04/3/14	Vigente
5	1/2013	ABIEC	-		-		29/4/13	28/4/18	Vigente
5	2/2013	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	-		-		04/4/13	03/4/18	Vigente
5	4/2013	MCTI	-		-		25/4/13	25/4/18	Vigente
5	5/2013	ECT	-		-		20/5/13	19/5/14	Vigente
5	7/2013	MC	-		-				
5	8/2013	SEP/PR	-		-		22/8/13	22/8/18	Vigente
5	6/2013	TELBRÁS	-		-		29/8/13	29/8/18	Vigente
5	5/2013	ICNBIO	-		-		13/9/13	12/9/16	Vigente

5	a numerar	ANTT	-	-	04/12/13	03/12/16	Vigente
5	a numerar	ANTT	-	-	27/6/13	26/6/18	Vigente
5	07/2013	MC	-	-	20/6/13	20/6/18	Vigente

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso
- 5 - Acordo de Cooperação Técnica

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Empresa de Planejamento e Logística S.A.					
CNPJ:	15.763.423/0001-30					
UG/GESTÃO:	395001/39253					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	4			1.943.218,68		
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: SIAFI

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Empresa de Planejamento e Logística S.A.				
CNPJ: 15.763.423/0001-30		UG/GESTÃO: 395001/39253		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	30.890,92	
	Contas NÃO	Quantidade		

	Prestadas	Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: SIAFI					

4.5 Suprimento de Fundos

Conteúdo não exigido conforme orientação da Decisão Normativa TCU nº 127, de 2013.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade; e 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 175, de 2013, estão indicados abaixo os itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 5.1	Estrutura de pessoal da unidade
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada
5.1.5	Cadastramento no Sisac
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
Justificativa: Não há servidores nestas condições na Empresa, uma vez que o regime adotado é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	

ITEM 5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
Justificativa:	
5.2.1	Não se aplica. Não há terceirização de serviços da atividade fim na EPL.
5.2.2	Não se aplica. Não houve solicitação para realização de concurso público para substituição de terceirizados.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	31	22	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	6	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	190	125	71	19
4. Total de Servidores (1+2+3)	190	162	96	19

Fonte: Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012; Portaria DEST/MP nº 16, de 23 de julho de 2012; e Portaria DEST/MP nº 30, de 10 de setembro de 2013.

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	02
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	02

Fonte: Decreto-Lei nº 5.452/43; Lei nº 8.213/91 - Auxílio Doença e Licença Maternidade

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	31	22	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	6	3	0
1.2.4. Sem Vínculo	*190	119	65	19
1.2.5. Aposentados		6	6	
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	*190	162	96	19

Fonte: Lei nº 12.743, de 2012 (Parágrafo único do art. 14); e Portaria DEST/MP nº 30, de 30 de setembro de 2013.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ou equivalente	32	51	30	28	21
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	32	51	30	28	21

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			2		22	100	26	8	4
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)			2		22	100	26	8	4

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior – equivalente										
Exercícios	2013			13.237.332,02	525.973,60	118.075,44				
	2012			1.885.244,31	47.610,00	3.683,91				
	2011									
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									

Fonte: Decreto-Lei nº 5.452, de 1943; Ofícios DEST/MP nº 674 e nº 1062, de 2012; e SIAPE

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Unidade Jurisdicionada adota procedimento padrão para o controle de identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, em que, no ato da contratação, o empregado preenche formulário de declaração de acumulação de cargos e assina declaração de que não recebe seguro-desemprego.

Somente depois destes procedimentos, a contratação será mediante a apresentação. Outra forma de se identificar a acumulação remunerada é por meio do sistema SIAPE, o qual, dependendo do vínculo, acusa a existência de vínculo ativo.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existem casos de acumulação indevida nesta Unidade Jurisdicionada.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Tendo em vista que a EPL, no exercício de 2013, encontrava-se em fase de estruturação, ainda não foram desenvolvidos indicadores para a Gerência de Pessoas. No entanto, há previsão de desenvolvê-los em 2014.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Empresa de Planejamento e Logística S.A													
UG/Gestão: 395001/39253						CNPJ: 15.763.423/0001-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	15/2012	06.350.074/0001-34	26/12/2012	25/12/2014		2		3			P
2012	V	O	16/2013	08.875.253/0001-10	20/12/2012	19/12/2014		1		4		3	P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gerência de Suprimentos/EPL

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Empresa de Planejamento e Logística S.A													
UG/Gestão: 395001/39253						CNPJ: 15.763.423/0001-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	1	O	16/2012	08.875.253/0001-10	20/12/2012	19/12/2014		1		4		3	P
2012	2	O	19/2012	02.843.359/0001-56	21/12/2012	20/12/2014		3		8		2	P
2013	4	O	09/2013	02.843.359/0001-56	04/06/2013	03/06/2014		5		11			A
2013	5	O	28/2013	04.416.687/0001-00	14/11/2013	13/11/2014				5		2	A
Observações:													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Gerência de Suprimentos/EPL

5.2.5 Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4

No que se refere à execução dos contratos de prestação de serviço contínuo vigentes na EPL, não foi verificada nenhuma dificuldade ao longo do cumprimento do mesmo.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim		11	18	16	86.880,67

1.2	Área Meio				
2.	Nível Médio				
2.1	Área Fim		1	1	1.819,33
2.2	Área Meio				
3.	Total (1+2)		11	19	88.700,00

Fonte: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; e Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre CIEE, estagiário e EPL.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros e 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A Empresa não possui frota de veículos de sua propriedade.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

No que se refere à gestão da frota de veículos locados de terceiros, os seguintes itens são destacados:

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte.

A EPL não possui, no seu processo de contratação de veículos, estudo de viabilidade econômica que compare as opções de locação e aquisição. No entanto, entendemos que a terceirização é vantajosa, visto que reduz os custos de manter uma frota, além de economizar recursos no que se refere a:

I. emplacamento e licenciamento;

II. depreciação (por meio da terceirização, sua empresa terá sempre veículos novos e em perfeitas condições de uso, sem sofrer o deságio de mercado);

III. manutenção, sejam as preventivas ou as corretivas, em casos de batidas, panes, etc.;

IV. seguro;

V. substituição imediata do veículo para manutenção corretiva e preventiva ou nos casos de avarias ou colisões, roubos ou furtos;

VI. local de guarda dos veículos;

VII. flexibilidade (você aumenta ou diminui a quantidade de veículos de acordo com sua necessidade momentânea); e

VIII. manter a empresa tecnologicamente atualizada, uma vez que a frota alugada é substituída com dois anos ou com 40.000km.

Inclusive, para opção pela terceirização, a EPL embasou-se em um estudo do Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores, Equipamentos e Bens Móveis do Estado do Paraná (SINDILOC), no qual ele conclui que, em todas as situações analisadas (aquisição, *leasing*, financiamento

e locação), a alternativa da locação mostrou-se a mais vantajosa por apresentar o menor valor presente em comparação direta com as demais opções.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.

A empresa contrata é intitulada Planalto Service Ltda, com CNPJ nº 02.843.359/0001-56.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

A forma de aquisição foi mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2012, no Contrato nº 19/2012. A primeira vigência refere-se ao período de 21/12/2012 a 20/12/2013, com valor de R\$ 852.432,85; e a segunda vigência, com aditivo, refere-se ao período de 21/12/2013 a 20/12/2014, com valor de R\$ 213.108,21. O valor total executado nas duas vigências foi de R\$ 1.065.374,24.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da EPL, no âmbito interno, provém de Regulamento Interno (RI) 01-2013, expedido pela Gerência de Suprimentos (GESUP), aprovado em 23 de setembro de 2013. O normativo tem por objetivo definir os procedimentos e responsabilidades a serem observados na utilização de veículos oficiais em serviços de interesse da EPL.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

Apesar de não constituir serviço de caráter finalístico, a utilização de veículos oficiais reveste-se da mais alta relevância para garantir a participação efetiva dos agentes públicos em compromissos de interesse da Empresa. Usualmente, as reuniões e foros de decisão são locados em sítios de difícil acesso ou permanência, desestimulando a recomendável interação entre os servidores que militam no setor de logística nacional, e com políticas públicas correlatas. Por outra sorte, os deslocamentos a serviço ocorrem por interesse público, não sendo razoável presumir-se que cada agente disponha de veículo próprio e seja compelido a ofertar a sua fruição em benefício da Empresa.

A eventualidade de um acidente, por exemplo, tipificaria sinistro trabalhista, com solução de difícil arranjo, pois sequer contaria a EPL com instrumento securatário contra o sinistro reportado, para cobertura de indenizações decorrentes. Esse não é o caso de contratos especificamente celebrados para a prestação dos serviços de transporte intramunicipal (ou intradistrital, no caso concreto). Ademais, cabe registrar que recentemente a Empresa editou norma específica – RI-01/2013-GESUP – disciplinando o uso das viaturas, restringindo, pois, a possibilidade de eventuais impropriedades no atendimento particular, e caracterizando o emprego em favor das ações-fim da organização.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

A quantidade de veículos em uso na EPL está disposta conforme descrição a seguir:

I. 1 veículo tipo A (Representação);

II. 3 veículos tipo B (Institucional);

III. 3 veículos tipo C (Comum).

Assim sendo, no total, a EPL loca 7 veículos.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra.

A média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos é a seguinte:

I. 1.898,25 km para o veículo tipo A (Representação);

II. 7.132 km para os veículos tipo B (Institucional); e

III. 3.682,41 km para os veículos tipo C (Comum).

h) Idade média anual, por grupo de veículos.

A idade média da frota é de 2 anos.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado.

As despesas com abastecimento da frota, no ano de 2013, foram de R\$ 41.815,74 e o consumo de combustível foi de 14.037 litros.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

O acompanhamento é realizado por meio de requisições de controle diário para cada veículo da Empresa.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Localização Geográfica		Quantidade De Imóveis Locados De Terceiros Pela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
	Distrito Federal	1	1
	município “n”		
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		

	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Gerência de Suprimentos/EPL

6.3.1 Análise Crítica

De acordo com o estabelecido pelo § 2º do art. 2º do Decreto nº 30, de 7 de fevereiro de 1991, a compra ou locação de imóvel deverá ser precedida de consulta formal à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e só poderá realizar-se após o pronunciamento daquele órgão, atestando a inexistência ou indisponibilidade de imóvel adequado.

Nesse sentido, em 1º de agosto de 2012, por meio da Carta nº 008/2012/ETAV, a Empresa consultou a referida SPU sobre a existência e disponibilidade de imóvel adequado para locação.

Em resposta à manifestação, a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), por meio do Ofício nº 1501/2012/SPU/DF, datado de 17 de agosto de 2012, informou não haver disponibilidade de imóvel para locação no Distrito Federal.

Tendo em vista a inexistência de locação pública, a EPL optou pela locação de um imóvel particular.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O objetivo é evidenciar a estrutura de governança de tecnologia da informação, principalmente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos às atividades de TI da EPL.

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais,

	regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.

(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Questão 2	
Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a alta gestão da EPL promoverá, no ano de 2014, a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional, instrumento que permitirá monitorar e aperfeiçoar os quesitos de governança corporativa, estendidos, portanto, à TI, no que tange à criação de itens de controle e transparência referentes à transversalidade que os sistemas de informação exercem sobre as demais áreas.	
Questão 4	
Em relação ao PDTI e PETI (Planejamento Estratégico de TI), a EPL participou, em 2013, de iniciativa do Ministério dos Transportes juntamente com órgãos coligados, na elaboração de um PETI Transportes. A dinâmica foi sediada no próprio Ministério e apresentou, como resultado final, um documento que visa atender às demandas estratégicas de TI em âmbito dos Transportes. Desta forma, as instituições representadas se comprometeram a desenvolver seus PETI alinhados com o citado documento e ao Planejamento Estratégico Institucional da EPL.	
Questão 6	
Os processos relacionados à gestão de segurança da informação encontram-se em fase inicial, portanto nenhuma das opções a serem assinaladas descrevem a situação da EPL.	
Questão 7	
Até o momento, a EPL não realizou contratação para desenvolvimento de sistemas. O planejamento para contratação de empresa de desenvolvimento de <i>software</i> encontra-se em fase de elaboração.	
Questão 8	
O art. 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009, dispõe “[...] sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a Carta de Serviços ao Cidadão e dá outras providências”.	
<p style="text-align: center;">Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência.</p> <p style="text-align: center;">§ 1o A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público [...].</p>	
Desta forma, a EPL está legalmente isenta da publicação da Carta de Serviços.	

7.1.1 Análise Crítica

A EPL, instituída pela Lei n.º 12.404, de 2011, modificada pela Lei n.º 12.743, de 2012, quando foi criada, ficou alocada numa sede provisória.

Naquele momento inicial, a estrutura de informática foi estabelecida mediante empréstimo/doação de equipamentos. Foi feito uso de infraestrutura de rede local existente para prover o acesso à *internet*, telefonia VOIP e *e-mail*. No início de novembro de 2012, houve a necessidade de provisionar a sede definitiva.

Sendo assim, iniciou-se um período de contratações, desde a infraestrutura (grupo gerador de energia, *no break*, sistema de refrigeração dedicado e monitoria do *data center*, *softwares e hardwares (desktops, notebooks*, sistema de armazenamento, *access point* para acesso à rede sem fio, aluguel de impressoras, aparelhos e serviços telefônicos. Em termos de *softwares*, foram adquiridas licenças de sistemas de gestão e acompanhamento de projetos, suítes de ferramentas de escritório e *e-mail* corporativo.

Ademais, cabe informar, que recentemente, por meio da Resolução do Conselho de Administração (CONSAD) nº 2, de 2013, foi aprovado o Regimento Interno da EPL e que cabe a Gerência de Tecnologia da Informação as seguintes atribuições:

- I. definir normas, padrões e procedimentos para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, sítios e administração de base de dados;
- II. promover a avaliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação da EPL;
- III. gerir processo para o desenvolvimento de softwares;
- IV. promover a segurança dos recursos computacionais da EPL;
- V. gerir infraestrutura de TI e suporte aos usuários;
- VI. propor normas e procedimentos para o uso seguro e eficiente dos ativos de rede da EPL;
- VII. monitorar e tratar os incidentes de rede da EPL;
- VIII. criar mecanismos para promover a gestão de continuidade dos negócios da EPL;
- IX. elaborar e coordenar a execução do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação-PDTI; e
- X. implantar governança de TI alinhada aos objetivos estratégicos da EPL.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Neste capítulo são apresentadas as seguintes informações: 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis; 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água; e 8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
	<p>1. A unidade de licitação vem adotando critérios de sustentabilidade, bem como orientando as demais unidades a adotá-los.</p> <p>Como exemplo, citamos a adoção de critérios ambientais no Pregão nº 24/2013 para locação de veículos, em que foi prevista cláusula de OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS: “[...] executar a adequada manutenção, instalar sistemas de catalisador para evitar a emissão de gases poluentes, privar na utilização de combustíveis que causem menor impacto ambiental, manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão dos serviços, prioritariamente aqueles classificados como "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) considerando-se sua categoria, visando à utilização mais eficiente de combustível e a redução de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa, dentre outros”.</p> <p>2. Está em elaboração edital de manutenção predial, em que também foi prevista a exigência de condutas ambientais por parte da contratada no manuseio de resíduos sólidos, bem como no descarte de lâmpadas e demais materiais degradantes.</p> <p>3. Nas aquisições de papel, foi exigida a compra de 35% de papéis reciclados em relação ao papel alcalino, sendo adotado, gradualmente, a sua substituição no âmbito desta Empresa.</p> <p>4. Observa-se, ainda, que algumas rotinas foram implementadas no que tange à contratação do <i>outsourcing</i> de impressão, na medida em que possibilita a impressão em frente e verso, bem como a utilização da fonte <i>econfont</i>.</p> <p>5. Sempre que possível os técnicos são orientados a observar as normas ambientais do CONAMA, bem como demais disciplinas estabelecidas na IN nº 01/2010/MPOG.</p>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX)				X	

<p>realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	<p>A sistemática das exigências de certificação para critérios ambientais, quando pertinente, vem sendo adotada, mas não como condição habilitatória e sim como exigência a ser cumprida pela futura contratada, como por exemplo, a exigência de que os veículos utilizados a serviço possuam classificação como "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV).</p>				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
<p>A EPL utiliza-se das instalações prévias do condômino Parque Cidade Corporate. Sendo assim, os bens/produtos citados já estavam instalados no local, não sendo possível avaliar, efetivamente, o impacto sobre o consumo.</p>					
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
<p>Papel A4 reciclado, 75 g/m2, medindo 210mm x 297mm.</p>					
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>			X		
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 			X		
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>			X		
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	X				
<p>No termo de referência para contratação de serviços de manutenção predial, foi prevista cláusula de responsabilidade ambiental no que se refere ao descarte de resíduos sólidos, bem como para o adequado descarte de lâmpadas que contenha mercúrio e para limpeza das caixas de gordura.</p> <p>“5.1. Os resíduos produzidos durante a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva serão gerenciados de acordo com a resolução nº 307, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de 5 de julho de 2002. A licitante vencedora responderá como</p>					

	<p>GERADOR caracterizado na referida resolução e, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local (Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM) ou pela fiscalização da Unidade de Logística da EPL, deverá prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos serviços, o transporte e a destinação final.</p> <p>O lodo removido na limpeza deverá ser transportado, tratado e disposto em local adequado, por transportadores e receptores credenciados pelo órgão ambiental local, ou credenciados pelo órgão ambiental da região onde operam, de acordo com os critérios ambientais do Termo de Referência”.</p>				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Gerência de Suprimentos/EPL

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Tendo em vista que a EPL, no exercício de 2013, encontrava-se em fase de estruturação, ainda não há política de uso racional de papel, energia elétrica e água na Empresa.

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
Não há	-		-			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel A3	44	Não há registros	A empresa não existia	807,40	Não há registros	A empresa não existia
Papel A4 BRANCO	424			4.206,08		
Papel A4 RECYCLADO	300			2.976,00		
Água	356 METROS CUBICOS			5.205,72		
Energia Elétrica	252.243 KW/H			84.299,99		
			Total	97.495,19		

Fonte: Gerência de Suprimentos/EPL

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

Tendo em vista que a EPL, no exercício de 2013, encontrava-se em fase de estruturação, ainda não há política formal de uso racional de papel, energia elétrica e água. Entretanto, a Empresa adota algumas medidas de sustentabilidade.

Para redução de consumo próprio de papel, os funcionários são orientados a imprimir apenas documentos estritamente necessários, utilizando sempre a opção de impressão em frente e verso da folha. Nas aquisições de papel, foi exigida a compra de 35% de papéis reciclados em relação ao papel alcalino, sendo adotado, gradualmente, a sua substituição no âmbito da Empresa.

Além disso, o Regulamento Interno RI-001-01-GAB-ATOS ADMINISTRATIVOS, que tem por finalidade definir os atos administrativos da EPL, preconiza a utilização da fonte *Ecofont* em todos os atos elaborados pela Empresa.

Sempre que possível, os técnicos são orientados a observar as normas ambientais do CONAMA, bem como demais disciplinas estabelecidas na IN nº 01/2010/MPOG.

Quanto ao uso racional de energia elétrica e água, os funcionários são orientados a desligar seus computadores após o expediente, bem como a desligar as lâmpadas ao se ausentar do local. No ambiente interno da empresa, são utilizadas, lâmpadas fluorescentes tubulares com luminárias espelhadas, as quais possuem longa duração, alta eficiência e baixo consumo de energia, bem como são utilizadas torneiras automáticas em todos os banheiros da Empresa.

Importante ressaltar também que o edifício em que a EPL está locada possui sistema de automatização predial, o que possibilita o desligamento programado do ar condicionado e da iluminação de acordo com horário de funcionamento da Empresa.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU; 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI; 9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93; e 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.

Seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 175/2013, estão indicados abaixo os itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.
Justificativa: Não há deliberações pendentes.	

ITEM 9.2	Tratamento de Recomendações do OCI
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
Justificativa: não se aplicam, uma vez que não há recomendações do OCI pendentes.	

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística – EPL					119672
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	018.153/2010-0	3476/2012	9.1. a 9.3.	DE	Ofício 0411/2013-TCU/SecobHidro
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística – EPL					119672
Descrição da Deliberação					
Determinação à Empresa de Planejamento e Logística para que se manifeste sobre os itens: 9.1. ; 9.1.1.; 9.1.2.; 9.1.3.; 9.1.4.; 9.2. e 9.3.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento					119672
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Carta nº 444/2013-EPL, de 30 de julho de 2013, a EPL recomendou que se promova audiência dos gestores junto à VALEC tendo em vista o planejamento não integrado dos projetos da FIOLE e do Complexo Porto Sul para tratar sobre a falta de elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da ferrovia; das incertezas atinentes à integração física e operacional da Fiol com a FNS e com o complexo portuário, o que pode impedir o cumprimento do objetivo essencial da unificação do sistema nacional de transportes; tomadas de decisão descoordenadas em relação ao complexo portuário; efetivos impactos do descompasso entre as fases de implantação e de operação da ferrovia em relação ao complexo portuário nas receitas cessantes e nos custos do capital imobilizado; que se promova audiência dos gestores responsáveis junto ao Ministério dos Transportes para que se manifestem sobre a implantação descoordenada da Fiol e do Complexo Porto Sul; que se promova audiência dos gestores junto à ANTT para que se manifestem quanto à omissão relativa ao cumprimento das cláusulas do contrato de Concessão para a construção e exploração dos serviços de transporte da FIOLE.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não aplicável					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística – EPL					119672
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.582/2013-7	-	-	-	Ofício 0299/2013-TCU/SefidTransportes
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística – EPL					119672
Descrição da Deliberação					
Determinação à Empresa de Planejamento e Logística para que se manifeste, caso deseje, sobre o acompanhamento do 1º estágio da desestatização do trecho ferroviário da EF-151, entre Açailândia/MA e Bacarena/PA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					119672
Síntese da Providência Adotada					
A EPL não se manifestou acerca dos apontamentos feitos pela Unidade Técnica deste E. TCU, sendo que os esclarecimentos					

solicitados serão prestados pelos órgãos e entidades governamentais competentes.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não aplicável

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Denominação Completa			Código SIORG
Ministério dos Transportes			119672
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201315359	1.1.1.2. CONSTATAÇÃO 002	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Empresa de Planejamento e Logística – EPL			119672
Descrição da Recomendação			
Descumprimento do prazo previsto para envio dos Relatórios de Auditoria elaborados à CGU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			119672
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhamento dos relatórios a Controladoria-Geral da União conforme Carta nº 001/AUDINT/EPL, de 13.01.2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atualização do cronograma de entrega dos relatórios da Auditoria Interna			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna da EPL (AUDINT), atualmente, executa suas competências com uma estrutura única, composta de um Auditor Interno e dois profissionais; tendo sido encaminhada à Direção da Empresa e remetida ao DEST proposta de estruturação da AUDINT com duas subunidades e até doze colaboradores.

Conforme rege o art. 39 do Estatuto Social da EPL, a AUDINT é hierarquicamente subordinada ao CONSAD e administrativamente à Presidência.

No desempenho de suas atividades específicas, a Auditoria atende e se remete à Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal da EPL e aos órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Isto é decorrência da sujeição da AUDINT à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002.

A metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 06 de abril de 2001.

No exercício de 2013, as auditorias ordinárias foram planejadas em programas de auditoria específicos, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade e fragilidade de controles. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes às vulnerabilidades encontradas.

Na área finalística da Empresa, foi realizada auditoria, relativamente aos Acordos de Cooperação Técnica firmados com:

I. Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) para conhecimento, dados e apoio técnico necessário à realização de pesquisa de dimensionamento e caracterização da matriz origem/destino do transporte aéreo no Brasil a ser realizada por empresa contratada pela EPL;

II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a disponibilização de informações, conjugação de esforços, competências e conhecimentos para o desenvolvimento de matriz origem/destino de cargas e passageiros para o território brasileiro;

III. Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) para apoio técnico operacional as pesquisas de origem/destino de cargas/passageiros e contagem volumétrica classificatória a ser realizada por empresa contratada pela EPL; e

IV. Fundação Universidade de Brasília (FUB) para a modelagem de bases de dados do TAV em sistemas e informações geográficas e de sensoriamento remoto.

Na área meio, foram realizadas ações na área orçamentária, financeira e contábil; tecnologia da informação; licitações e contratos; patrimônio e logística e gestão de pessoas.

Complementando as auditorias ordinárias, por força de sua competência regimental, a AUDINT realizou, também, uma auditoria extraordinária que não estava contemplada no PAINT/2013, mas que, dada a disponibilidade dos auditores, foi decidida pela sua realização e identificada como Relatório de Auditoria nº 01/2013-RE-Audit/EPL.

9.3.1 Principais constatações

Abaixo, estão relacionadas as principais constatações verificadas pelas auditorias ordinárias.

9.3.1.1 Gestão de Pessoas

Deficiência de controle no pagamento de vales transporte; insuficiência de documentação comprobatória de admissão de empregado; inconsistências na conformidade das pastas funcionais, inexistência de lotacionograma funcional e quadro de pessoal com dimensionamento e alocação sem um estudo pré-elaborado para que possa dar suporte à atual inserção dos profissionais nas unidades internas da EPL.

9.3.1.2 Patrimônio e Logística

Sistema informatizado que vise à tramitação e fluxo de processos e documentos (protocolo) não implementado; carência de ferramenta adequada que objetive o controle eficiente e eficaz dos bens patrimoniais e de procedimentos que atendam ao princípio da economicidade na aquisição de passagens aéreas.

9.3.1.3 Procedimentos Licitatórios

Da amostragem não probabilística restou identificado em alguns processos a ausência de motivação e justificativa da aquisição ou contratação; designação do fiscal do contrato e a orientação quanto suas respectivas responsabilidades; as formalidades processuais e a ordem cronológica das fases do procedimento licitatório; a identificação das regras para estabelecimento de preço médio do mercado, com a juntada aos autos de orçamentos aptos a refletirem a situação do objeto na projeção de preços, quando de uma prorrogação ou aditamento; nos casos de contratação de empresas prestadoras de serviços contínuos, a programação antecipada, em prazo mínimo de 6 meses, da prorrogação do contrato (acaso seja possível) ou a abertura de uma nova licitação (havendo a impossibilidade de prorrogação).

9.3.1.4 Tecnologia da Informação

Necessidade de revisão do PDTI em bases melhores e implementação de rotinas de seguranças.

9.3.1.5 Orçamento, Finanças e Contabilidade

O trabalho específico na área orçamentária e financeira foi realizado com certa limitação no que tange à área de contabilidade devido à ausência de profissional com formação em Ciências Contábeis lotado na AUDINT.

9.3.1.6 Áreas Finalísticas

A Execução de trabalhos de auditoria no âmbito da área meio indiretamente alcançou as áreas finalísticas, identificando a insuficiência de treinamento do corpo funcional, o dimensionamento do espaço físico e os normativos internos.

Ao analisarmos a representatividade do número de recomendações por programa de auditoria, verifica-se que os programas que demandaram um número maior de recomendações foram os Programas de Auditorias do Núcleo de Gestão, representando 55% do total de recomendações. Tal percentual indica que essa área apresenta mais fragilidades nos seus sistemas de controles internos.

As respostas das recomendações exaradas pela equipe de auditores internos ao longo do exercício foram analisadas e as fragilidades apontadas em cada uma foram distribuídas de acordo com as seguintes categorias: Núcleo de Gestão, Gestão de Pessoas, Licitações e Contratos, Financeiro e Orçamentário, Tecnologia da Informação e Gestão de Resultados.

Estatisticamente, foi possível constatar que aproximadamente 83% das fragilidades referem-se a problemas de gestão operacional, sendo os procedimentos de controle e acompanhamento, a principal imprecisão identificada. Já a estrutura organizacional existente no exercício foi muito citada na categoria de recomendações relacionadas aos aspectos de gestão de pessoas, representando aproximadamente 17% das fragilidades encontradas na categoria justificadamente por conta da estruturação institucional existente.

Do conjunto de recomendações, as unidades atenderam 39,81%; 19,42% foram atendidas parcialmente; 37,86% encontram-se em processo de atendimento e 2,91% não foram atendidas.

As respostas às recomendações de auditoria são encaminhadas à AUDINT via memorando com as informações e documentos que subsidiam as respostas e/ou justificativas aos pontos levantados em relatório. Existe a precaução de avaliar não apenas as respostas, mas os documentos que subsidiam cada procedimento, sendo as recomendações exaradas nos relatório de auditoria catalogadas e verificadas em seus status, de forma periódica.

Não obstante o controle gerencial, a equipe da auditoria interna analisa as recomendações pendentes de implementação, em seus planejamentos de trabalhos, de modo a verificar as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

Dessa maneira, é destacada a sistemática de monitoramento dos resultados quanto aos achados de auditoria, registrando a não utilização de sistemas informatizados devido à incipiência da Empresa.

Após a conclusão de cada trabalho de auditoria, este é encaminhado à Diretoria Executiva da Empresa, levado ao conhecimento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em cada uma de suas reuniões.

É realizado um acompanhamento referente às providências adotadas pelas diversas unidades da Empresa pela Assessoria de Gestão de Resultados, unidade do Gabinete do Diretor Presidente, a quem compete auxiliar o Gabinete na busca pelos melhores resultados na gestão da EPL. Conforme já observado, as constatações registradas nos relatórios de auditoria são ou estão sendo implementadas na medida da possibilidade diante da incipiência da Empresa.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	162	19	143
	Entregaram a DBR	162	19	143
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Posição 31/12/2013 - ANEXO I – Instrução Normativa TCU nº 65, de 20, de abril de 2011 – Autorização para consulta DBR

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Gerência de Pessoas é a área responsável por receber a Declaração de Bens e Rendias (DBR). A metodologia adotada para este controle é aplicada no ato da contratação do servidor, pela entrega de formulário no qual se autoriza o acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física e às respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Após o preenchimento, o formulário é arquivado nos assentamentos funcionais do servidor.

Não há nenhum tipo de análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, pois é necessária prévia autorização para consulta dos dados. Por não haver um sistema informatizado, o atual controle das entregas da DBR é realizado manualmente pela entrega do formulário para preenchimento no ato da contratação.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 10.1 Descrição Dos Canais de Acesso ao Cidadão ao Órgão ou Entidade para Fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões; 10.2 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade; 10.3 Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feitas Três últimos anos.

10.1. Descrição dos Canais de Acesso ao Cidadão ao Órgão ou Entidade para Fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias e Sugestões

Para acompanhar as ações vinculadas ao cumprimento da Lei nº 12.527 (LAI), de 18 de novembro de 2011, foi utilizado o método de avaliação baseado em indicadores medidos mensalmente. Os indicadores são: número de atendimentos (Demandas), tempo de resposta e canais de solicitação. Os canais de solicitação abertos são: Cidadão *e-SIC* (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), *e-mail*, carta ou atendimento presencial. Dos canais disponíveis, todas as 64 demandas registradas foram respondidas no *e-SIC*.

10.2. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade

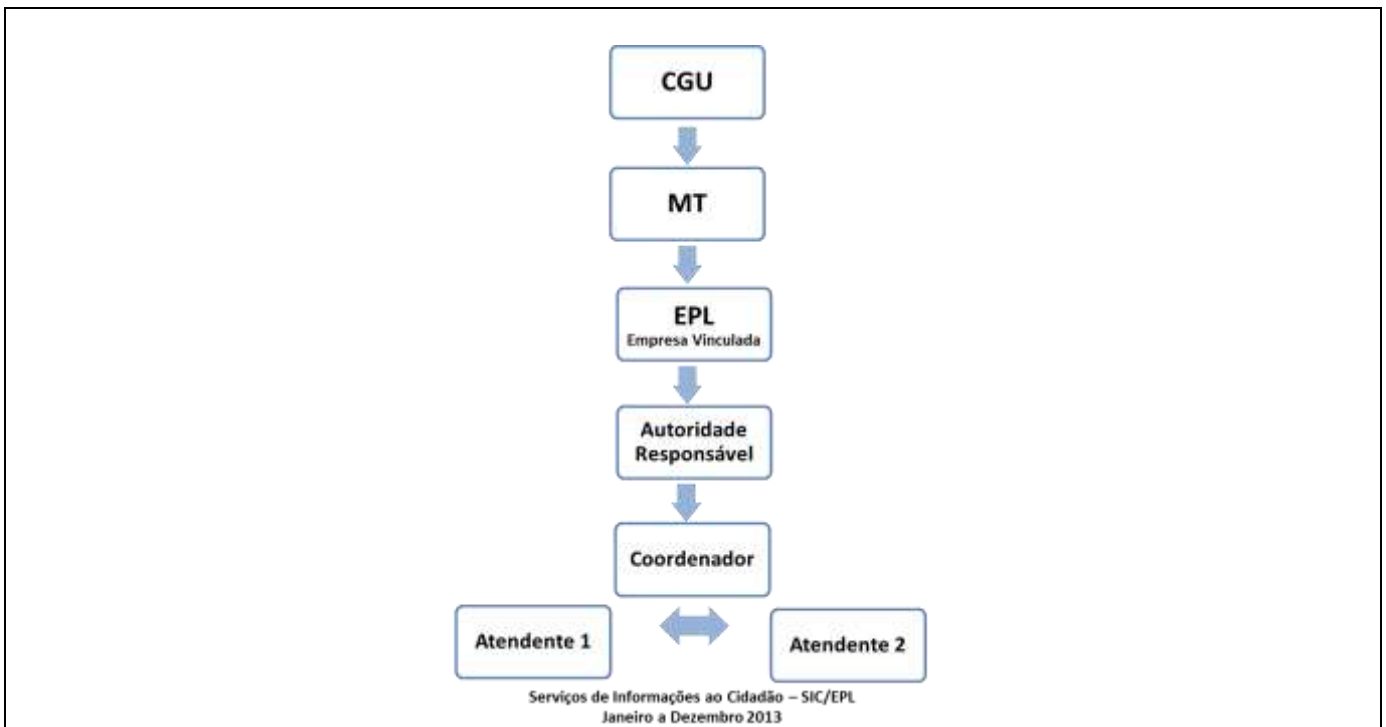
QUADRO A.10.2 - DEMONSTRATIVO DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS - USUÁRIOS

A resposta atende às minhas expectativas:	
Concordo Totalmente	2
Concordo	0
Discordo	3
Discordo Totalmente	3
A resposta foi de fácil compreensão:	
Concordo Totalmente	6
Concordo	1
Discordo	1
Discordo Totalmente	0
O órgão foi prestativo e cordial na resposta:	
Concordo Totalmente	6
Concordo	2

Discordo	0
Discordo Totalmente	0
Porcentagem Total:	
Concordo Totalmente	58%
Concordo	12,5%
Discordo	16,6%
Discordo Totalmente	12,5%
Demandas sem avaliação	
Total	43
Demandas que não competem à EPL	
Total	11

10.3 Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feitas Três Últimos Anos

FIGURA 8 - ORGANOGRAMA SIC



Para acompanhar as ações vinculadas ao cumprimento da LAI, foi utilizado o método de avaliação baseado em indicadores medidos mensalmente. Os indicadores são: número de atendimentos, tempo de resposta e canais de solicitação. Este relatório corresponde ao somatório dos dados aferidos nos onze meses (22 de janeiro a 10 de dezembro de 2013).

Foram realizados 64 atendimentos, devidamente registrados no *e-SIC*. Destes, 18 eram dúvidas, solicitações duplicadas não pertinentes à EPL, ou pedidos de informação que não se concretizaram por falta de dados do solicitante. Os outros canais de solicitação (carta, *e-mail*, presencial) não foram utilizados por nenhum cidadão até o momento. As áreas que mais receberam demandas foram as de Recursos Humanos e Licitações. Algumas demandas relacionadas a processo seletivo e previsão do concurso de admissão na empresa se repetiram.

FIGURA 9 - TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS



10.3.1 Demandas

Das 64 demandas, 46 foram concretizadas, ou seja, geraram um número de Protocolo e foi criado um Processo para atendimento por meio do *e-SIC*. Cada uma das solicitações foi encaminhada à área específica da EPL. O tempo médio de respostas do início da demanda ao final tem sido de 4 a 12 dias.

O prazo legal estabelecido pela LAI é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. Cinco demandas foram registradas por meio do SIC-EPL (7% dos pedidos). O SIC-EPL responde diretamente ao solicitante quando a informação já se encontra disponível (Transparência Ativa), por exemplo: informações existentes no próprio portal da EPL; respostas já enviadas em solicitações anteriores; ou, ainda, demandas que não competem diretamente à EPL. Foi impetrado apenas um recurso em primeira instância, que acabou sendo indeferido.

FIGURA 10 - DEMANDAS POR ÁREA ESPECÍFICA



É importante observar que, em uma só demanda, os solicitantes costumam fazer mais de uma pergunta — sobre o mesmo tema ou relacionado a tema totalmente diferente. Para melhor entendimento veja gráfico abaixo.

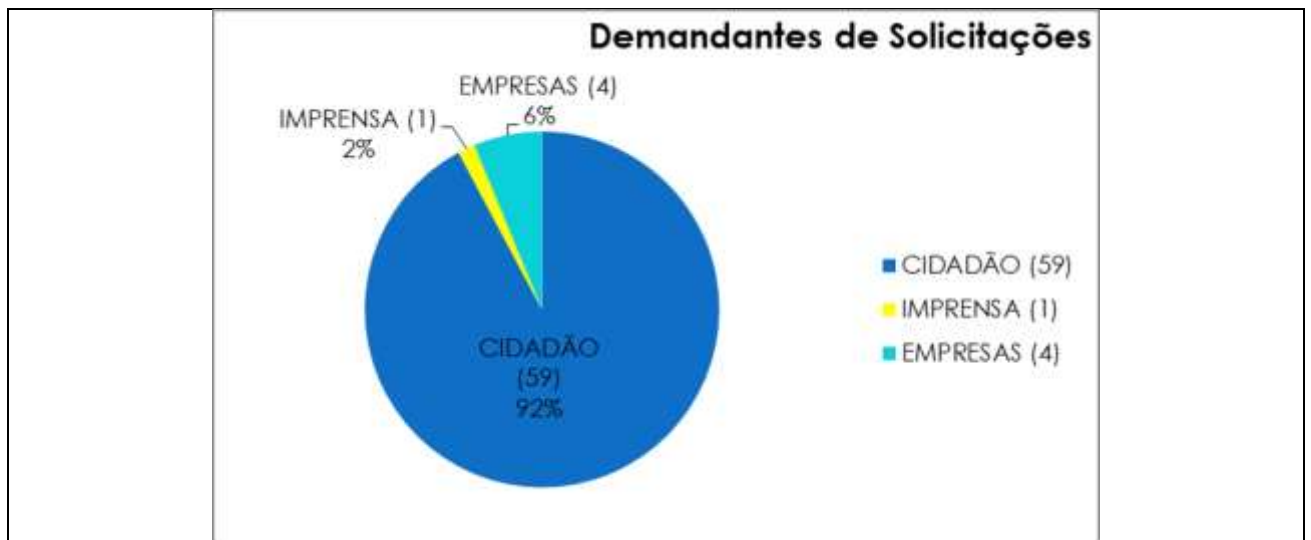
FIGURA 11 - PERGUNTAS POR ÁREA ESPECÍFICA



10.3.2 Os Demandantes

A maioria das demandas está ligada ao interesse pessoal dos solicitantes (como concursos e contratação na EPL). Foram registradas apenas quatro solicitações de pessoas jurídicas: três de empresas na área de logística e uma para a imprensa.

FIGURA 12 - DEMANDANTES DE SOLICITAÇÕES



10.3.3 Canais de Solicitação

A maioria das solicitações se dá por meio eletrônico, essencialmente por meio do *e-SIC*. Os atendimentos presenciais, telefone ou carta não foram utilizados. Nesses primeiros onze meses de implantação da Lei de Acesso à Informação na EPL, o Serviço de Informações ao Cidadão cumpriu sua missão de forma satisfatória.

10.3.4 Considerações Finais

Nestes primeiros meses de funcionamento, o SIC-EPL recebeu um total de 64 solicitações de informação por meio dos canais de atendimento disponíveis. Todas estas solicitações foram devidamente registradas e encaminhadas às áreas responsáveis por tratar cada uma destas informações. O tempo médio de resposta tende a tornar-se ainda menor, visto que o montante de demandas permitirá a criação de um banco de dados favorável ao fornecimento ágil de informações. A totalidade dos pedidos concretizados foi feita por meio do *e-SIC*. Os outros canais de atendimento abertos não chegaram a ser utilizados.

Assim sendo, consideramos que os primeiros meses de implantação da Lei de Acesso à Informação o Serviço de Informações ao cidadão da EPL cumpriu sua missão como setor especificamente criado para atender às solicitações de demanda de informações relacionadas à EPL.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo, são apresentadas as seguintes informações: 11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; e 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais.

Por fim, seguindo as orientações da alínea b, parágrafo 2º, artigo 2 da Portaria TCU nº 175/2013, estão indicados abaixo os itens que não constam do presente capítulo, assim como as correspondentes justificativas.

ITEM 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora
Justificativa: Não se aplica, pois a EPL não possui participação em outra Empresa.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Por força do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal, a EPL se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações tributárias. A Lei Fundamental assentou, ademais, que lhe são defesos privilégios fiscais não extensíveis às empresas do setor privado (art. 173, § 2º, da CF). Como decorrência, a EPL submete-se à legislação tributária federal para fins de cálculo de depreciação, amortização e exaustão.

Nesse sentido, adotaram-se as taxas padronizadas pela Receita Federal do Brasil para realizar a depreciação dos bens do Ativo Permanente, seguindo o método linear. No tocante à avaliação do Ativo, notadamente as contas de estoque, imobilizado, investimentos, intangível e diferido, não houve avaliação dos bens a preço de mercado, tendo em vista tratar-se de entidade recém-constituída. Parte do mobiliário e demais bens de uso foi adquirida e incorporada (tombada) ao longo do exercício, ao final do qual foi constituído o valor registrado em estoque, com aquisição de material de consumo para o almoxarifado. Logo, não acudiu eficiência para a Empresa a providência de reavaliar bens recém-adquiridos, em face da pequena variação que decorreria dessa reavaliação em relação aos valores escriturados.

Acerca das Notas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e 16.10, esta Empresa não sofreu qualquer impacto da sua edição, pois os critérios nelas contidos foram incorporados às práticas iniciais adotadas, tendo em vista a incipiência de atividade operacional da EPL.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Conteúdo não exigido conforme orientação da Decisão Normativa TCU nº 127, de 2013.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Embora a Empresa seja obrigada a seguir rigorosamente a sistemática contábil aplicada às sociedades anônimas, por força do regime jurídico a que se submete, também se lhe impende realizar os lançamentos contábeis característicos do Setor Público e elaborar os demonstrativos financeiros que lhe são característicos. Trata-se de submissão a duplo regime contábil, concorrendo a Lei nº 6.404/1976 com a Lei nº 4.320/1964 e a NBC 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008. A condição de empresa dependente e o corolário da adoção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na modalidade total, levaram à elaboração dos demonstrativos financeiros.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Empresa pública de direito privado, a EPL elabora Demonstrações Financeiras segundo o que reza a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As Demonstrações e as Notas Explicativas referentes ao exercício de 2013 constam no Anexo 1 a este Relatório de Gestão.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

QUADRO A.11.5.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	100	100	
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)				
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	00	00	
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			

		% Governo			
<i>Free Float</i>	Pessoas Físicas				
	Pessoas Jurídicas				
	Capital Estrangeiro				
		<i>% free float</i>			
	Subtotal Preferenciais (%)				
		Total	100%	100%	100%

11.6 Relatório de Auditoria Independente

Segundo consta do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, estas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Planejamento e Logística S.A., em 31 de dezembro de 2013, assim como o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A íntegra do Parecer emitido pela empresa Maciel Auditores S.S. – EPP, com anotação de responsabilidade dos contabilistas que o lavraram, consta no Anexo 2 deste Relatório de Gestão.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Neste capítulo, são apresentadas informações gerais que a EPL considera relevante e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

12.1.1 Participação da EPL no Programa de Investimentos em Logística (PIL)

O PIL do Governo Federal foi lançado no segundo semestre de 2012 com previsão de investimentos e medidas institucionais em todas as modalidades de transporte. Em síntese, foram previstos investimentos da ordem de R\$ 210 bilhões mediante: a concessão de 7.000 km de rodovias e 10.000 km de ferrovias; a concessão de 2 aeroportos de âmbito nacional (Galeão e Confins) e de 270 aeroportos regionais; e a realização de novos arrendamentos nos principais portos do país.

A EPL apoiou institucionalmente o Governo Federal na divulgação e acompanhamento do programa. Foi criado um sítio eletrônico (www.logisticabrasil.gov.br) com informações atualizadas sobre a evolução e o cronograma de cada uma das concessões e foi instituída a Secretaria Executiva de Atendimento ao Investidor (investidor@epl.gov.br), destinada a prestar esclarecimentos a potenciais investidores interessados no PIL.

No campo técnico, por meio da incorporação de especialistas em seu quadro de pessoal, a EPL participou ativamente do Programa, merecendo destaque a realização das seguintes atividades:

I. Definição e construção de soluções de engenharia para as concessões rodoviárias e ferroviárias;

II. Contribuição e avaliação da modelagem econômico-financeira e jurídica dos editais de concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;

III. Elaboração, em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de propostas para localização de armazéns públicos incluídas no Plano Safra da Agricultura;

IV. Desenvolvimento, em conjunto com a ANTT, de Termos de Referência visando à contratação de estudos para definição da localização geográfica e modelo de exploração comercial dos pátios de cargas ferroviárias, bem como para proposição do Regulamento do Operador Ferroviário e para criação de plataforma tecnológica de sinalização e comunicação que assegure a interoperabilidade na malha ferroviária brasileira; e

V. Participação da EPL na elaboração do Programa Nacional de Investimentos em Acessos Portuários.

Além disso, no exercício da competência prevista no art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.404, de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 2012, a EPL assumiu a responsabilidade pelo licenciamento ambiental dos nove lotes de rodovias a serem concessionados.

A estratégia de avocar tal responsabilidade teve como objetivo conferir qualidade aos estudos ambientais e, dessa forma, agilizar a obtenção das licenças, diminuindo as incertezas relacionadas a este processo, que envolve diferentes atores. A agilização dessas licenças permite ao Governo exigir dos concessionários atendimento aos compromissos de melhoria e aumento de capacidade das rodovias na urgência necessária aos anseios da sociedade em geral.

No ano de 2013, foram contratados e iniciados os estudos para o licenciamento ambiental de quatro lotes de rodovias: BR-116 – Divisa Alegre/MG – Além Paraíba/MG (RDC nº 01/2013); BR-040 – Brasília/DF – Juiz de Fora/MG (RDC nº 02/2013); BR-050/GO – Cristalina/GO – Cumari/GO (RDC nº 05/2013); BR-101/BA – Feira de Santana/BA – Eunápolis/BA (RDC nº 07/2013).

Ainda em 2013, foram publicados os editais para a contratação e execução, ao longo de 2014, do licenciamento ambiental de outros quatro lotes de rodovias: BR-153/MG e BR-262/MG – Monte Alegre de Minas/MG – Nova Serrana/MG (RDC nº 09/2013, concluído em 14 de janeiro de 2014); BR-153/GO, BR-153/TO – Porangatu/GO – Paraíso do Tocantins/TO (RDC nº 08/2013); BR-262/MG - João Monlevade/MG – Martins Soares/MG (RDC nº 06/2013); e BR-163/MS - Mundo Novo/MS – Sonora/MS (RDC nº 10/2013). Com relação ao último lote, correspondente à BR-163/MT – Itiquira/MT – Sinop/MT foram realizados os levantamentos prévios e as tratativas junto ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento.

12.1.2 Elaboração do Estudo de Oportunidades de Investimentos em Infraestrutura de Transportes

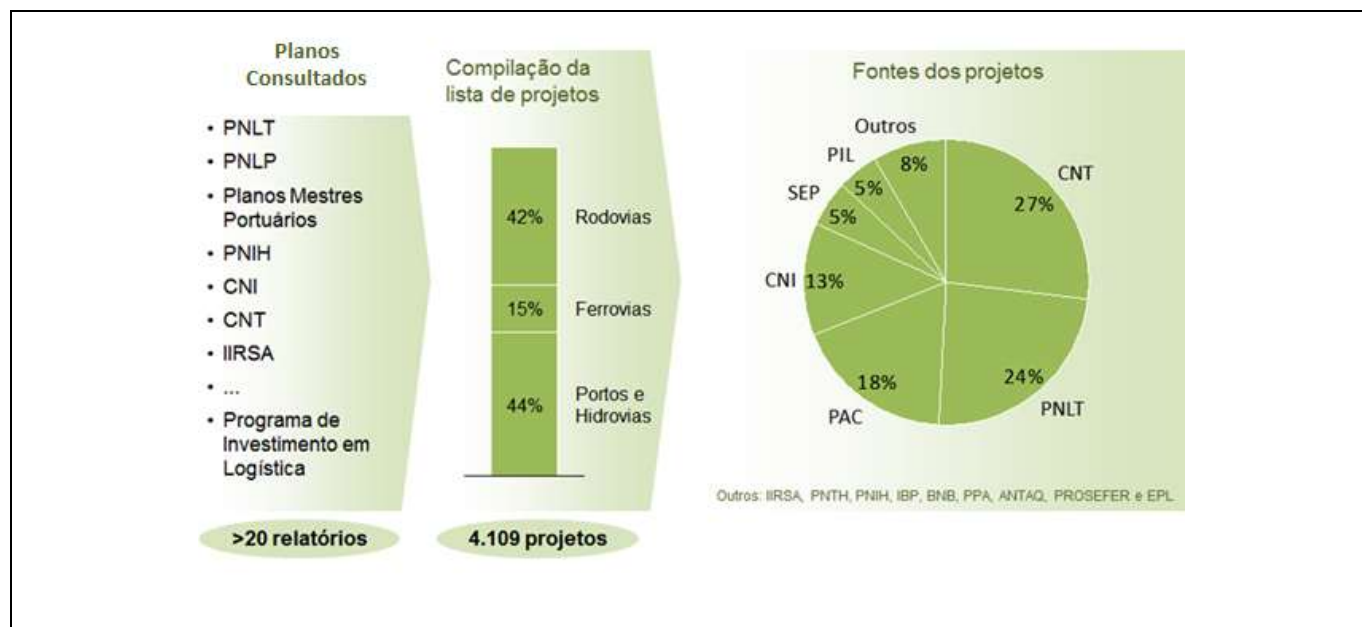
O “Estudo de Oportunidades de Investimentos em Infraestrutura de Transportes”, coordenado pela EPL, foi desenvolvido com o objetivo de fornecer um diagnóstico inicial sobre os projetos e o volume de investimentos necessários para viabilizar uma infraestrutura de transportes competitiva e adequada às necessidades de movimentação de cargas no Brasil, de modo a permitir a sistematização do processo de tomada de decisão governamental para definição dos futuros investimentos em infraestrutura de transportes.

A primeira etapa do estudo consistiu no levantamento da demanda por infraestrutura de transportes, como também no levantamento do universo de potenciais projetos que busquem soluções para os gargalos atuais e futuros de transportes.

A demanda por transportes foi avaliada a partir da análise detalhada de dez cadeias produtivas, selecionadas por critérios de peso transportado e valor bruto de produção. O levantamento dos projetos consolidou as recomendações dos principais estudos relacionados à infraestrutura de transporte,

publicados nos últimos anos por entidades representativas do governo e do setor privado. Os levantamentos foram complementados por entrevistas de campo.

FIGURA 13 - PROJETOS LEVANTADOS A PARTIR DOS ESTUDOS E PLANOS DISPONÍVEIS



Primeiramente, foram selecionados 4.109 projetos distribuídos em rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Deste universo, 2.208 projetos foram excluídos, visto que não desencadeavam obras de infraestrutura, estavam repetidos, sem informações suficientes ou relacionados ao transporte de passageiros.

Dos 1.901 projetos restantes, que significavam investimentos de aproximadamente R\$ 660 bilhões, 698 já estavam inclusos no PAC e no PIL (cerca de R\$ 290 bilhões). Restaram, portanto, um total de 1.203 projetos, correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 370 bilhões.

Nas etapas subsequentes do estudo, foram identificadas quais deveriam ser as prioridades para a aplicação dos R\$ 370 bilhões.

Para isto, em síntese, foram identificados e analisados os principais corredores logísticos do País, a fim de estabelecer a prioridade de implantação relativa entre estes (*ranking* de corredores logísticos) e, paralelamente, procedeu-se à análise dos 1.203 projetos para identificar a importância de cada um na busca pela solução dos gargalos dos corredores.

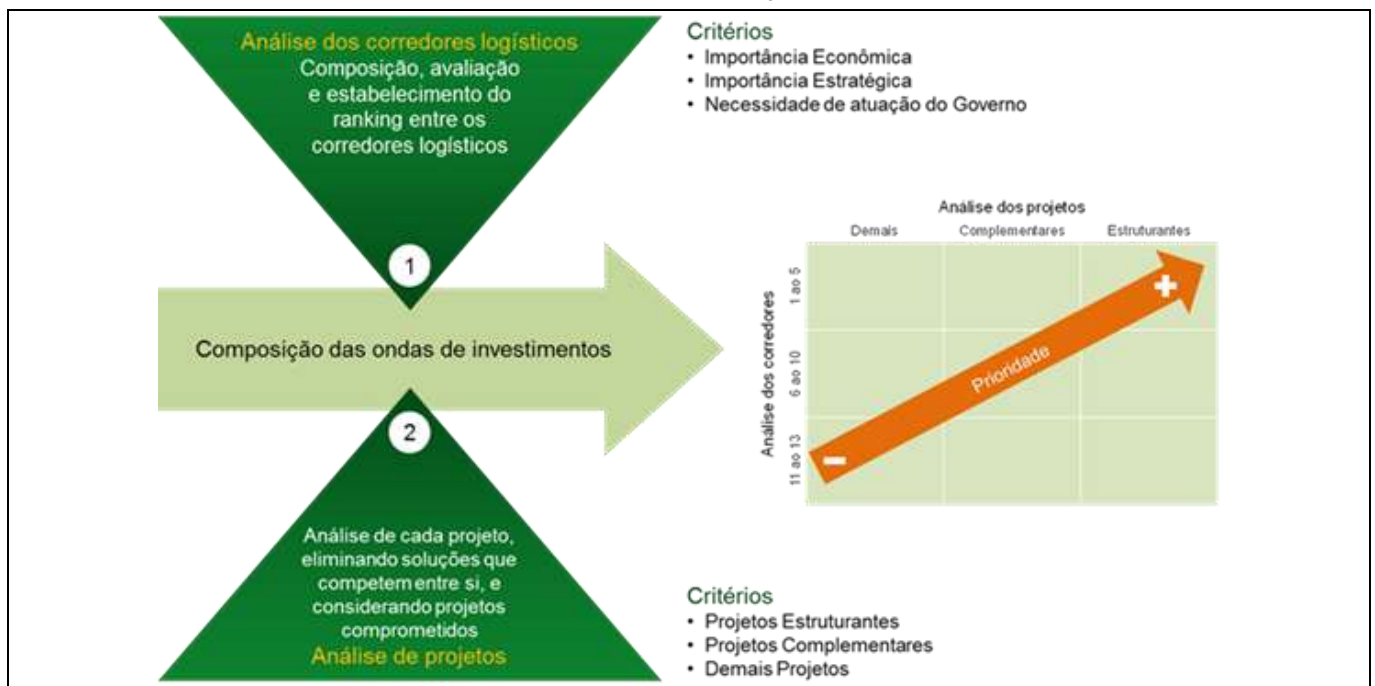
No que diz respeito à análise da sua relevância, os projetos foram categorizados em três grupos:

I. Projetos Estruturantes, compostos por obras nas principais vias de ligação do País e/ou que complementam as intervenções do PAC e PIL;

II. Projetos Complementares, compostos por obras que proporcionarão maior capilaridade aos projetos estruturantes e que serão relevantes no médio ou longo prazo; e

III. Demais Projetos, compostos por obras em vias com baixo carregamento, sem demanda clara ou ainda que dependam de alinhamentos com países vizinhos para sua concretização.

FIGURA 14 - - METODOLOGIA DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS SUGERIDOS



Os resultados combinados das duas análises definiram uma matriz de priorização de blocos de projetos/investimentos. A matriz apresenta, em seu eixo vertical, os corredores logísticos condensados por localidade geográfica e ordenados por prioridade e, em seu eixo horizontal, as categorias dos projetos. Os resultados obtidos estão sintetizados a seguir.

FIGURA 15 - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO

Ordem proposta da prioridade

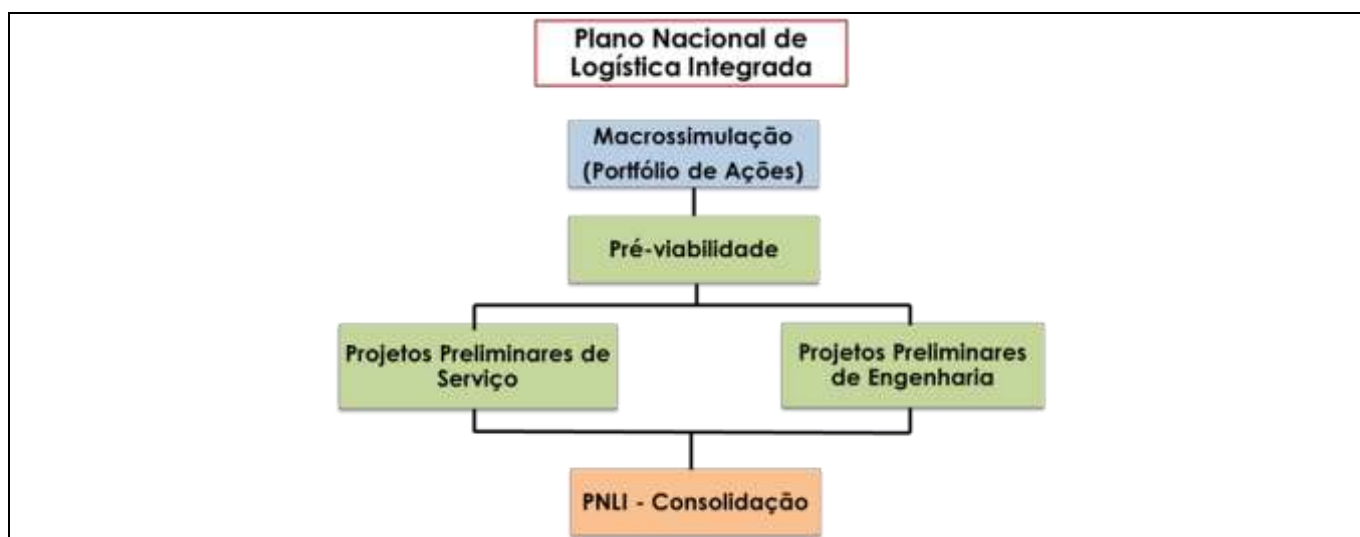
Análise dos corredores	Análise dos projetos		
	Estruturantes	Complementares	Demais ¹
1 ao 5 • Sudeste Industrial • Paulista • Centro-Norte • Centro-Sudeste • Paraná e Sta. Catarina	R\$ 67 bi 1 202 Projetos	R\$ 75 bi 4 242 Projetos	R\$ 66 bi 7 192 Projetos
6 ao 10 • Integração Nacional • MAPITOBA • Nordeste • Amazônica • Rio Grande do Sul	R\$ 54 bi 2 165 Projetos	R\$ 38 bi 5 210 Projetos	R\$ 44 bi 8 135 Projetos
11 ao 13 • Minério e Aço Sudeste • Mercosul e Bioceânico • Minério exp. – Carajás	R\$ 0.1 bi 3 1 Projeto	R\$ 0.2 bi 6 4 Projetos	R\$ 26 bi 9 52 Projetos
	R\$ 121 bi	R\$ 114 bi	R\$ 136 bi

12.2.3 Etapas para a Elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

O PNLI tem como objetivo identificar, para um horizonte de vinte anos, os investimentos necessários para prover o País de uma logística eficiente. A primeira versão do PNLI será apresentada em 2014, para o período 2015 – 2035.

A construção do PNLI envolve as etapas de Macrossimulação, da qual emergirá um portfólio de ações, e de elaboração de Projetos Preliminares de Serviço e de Engenharia para cada ação do portfólio.

FIGURA 16 - ELEMENTOS DO PNLI



A etapa de Macrossimulação engloba as atividades de planejamento do sistema de transportes, quais sejam: coleta de dados em campo, por meio de pesquisas origem/destino e contagem de veículos; coleta de dados socioeconômicos; elaboração das matrizes de movimentação de cargas e pessoas; e processo de simulação de cenários com uso de modelos de transportes.

Os resultados do processo de simulação permitem analisar e avaliar, a curto e longo prazo, os efeitos do crescimento da economia e das mudanças na dinâmica da produção sobre os fluxos de cargas e pessoas, sobre a infraestrutura de transportes e os serviços prestados, bem como os impactos sobre os custos logísticos, sobre as alterações na matriz de transporte, sobre as emissões atmosféricas de poluentes, entre outros.

O Portfólio de Ações, originado das macrossimulações, consiste no conjunto de intervenções em infraestrutura e serviços, cronologicamente identificados, que melhor atendem ao cenário e restrições estabelecidos para as simulações. Para cada um dos investimentos constantes no Portfólio de Ações, a EPL irá elaborar Projetos Preliminares de Serviço (PPS) e Projetos Preliminares de Engenharia (PPE).

Por fim, a consolidação destas ações irá produzir o PNLI a ser apresentado ao Ministério dos Transportes e ao CONIT.

Ao longo de 2013, cada uma das atividades do PNLI foram subdivididas em diferentes projetos, como pode ser observado no primeiro capítulo deste relatório. As principais atividades executadas foram as seguintes:

- I. Pesquisas origem/destino do transporte rodoviário de cargas e de veículos de passeio e

pesquisas de contagem volumétrica classificatória de veículos nas rodovias brasileiras (Pregão nº 06/2013);

II. Fornecimento de sistema de informação geográfica, contendo licenças, treinamento e serviço de gestão da base de dados geográfica (Pregão nº 18/2013);

III. Pesquisa origem/destino do transporte aéreo de passageiros, nacional e internacional (Pregão nº 19/2013);

IV. Definição de metodologia para a preparação de Projetos Preliminares de Serviços;

V. Início de estudos necessários à definição de metodologia para a classificação dos níveis de serviço dos projetos;

VI. Desenvolvimento de um modelo de custos de infraestrutura para subsidiar a elaboração de Projetos Preliminares de Engenharia; e

VII. Classificação dos modais por meio da combinação de atributos de infraestrutura e de serviços e por meio de parâmetros de desempenho para as simulações da rede logística, bem como informações para decisões sobre a criação, ampliação e remodelação de suas infraestruturas.

13. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Tendo em vista que a EPL é uma empresa recente e ainda se encontra em fase de estruturação, até o final de 2012, foram priorizadas atividades administrativas e de planejamento organizacional. Nesse sentido, as seguintes ações foram executadas: seleção de equipe de empregados, escolha da localização e sede da empresa, aquisição de equipamentos essenciais ao desempenho de atividades (móveis, computadores, linhas telefônicas, acesso à *internet*, material de escritório, locação de veículos, locação do imóvel para a sede da empresa, etc.); bem como definição de uma estrutura funcional preliminar e planejamento da execução e priorização de atividades relacionadas aos seus objetivos institucionais e legais.

Neste período, mesmo com a inexistência de uma estrutura adequada de equipamentos, pessoas e recursos, houve intenso empenho em executar as atividades finalísticas de responsabilidade da Empresa, considerando o que cronograma de eventos pré-estabelecido pelo Governo (e.g. PIL, TAV etc.), deveria ser cumprido, independentemente da etapa em que o processo de estruturação se encontrava.

Assim, no ano de 2013, primeiro exercício anual completo da EPL, começam a ser materializadas as atividades planejadas em 2012.

Do ponto de vista dos objetivos institucionais e legais, a EPL participou ativamente do PIL, por meio de:

I. Definição e proposição de soluções de engenharia para as concessões rodoviárias e ferroviárias. Contribuição à modelagem econômico-financeira e jurídica dos editais de concessões de rodovias, portos, ferrovias e aeroportos;

II. Desenvolvimento, em conjunto com a ANTT, de Termos de Referência para contratação de: (i) estudos para definição da localização geográfica; (ii) modelo de exploração comercial dos pátios de

cargas ferroviárias; (iii) estudos para a proposição do Regulamento do Operador Ferroviário, e plataforma tecnológica comum de sinalização e comunicação ferroviárias;

III. Apoio à elaboração do Programa Nacional de Investimentos em Acessos Portuários.

Na mesma vertente, foram contratados e iniciados os estudos para o licenciamento ambiental de 4 lotes de rodovias:

- I. BR-116 – Divisa Alegre/MG – Além Paraíba/MG (RDC nº 01/2013);
- II. BR-040 – Brasília/DF – Juiz de Fora/MG (RDC nº 02/2013);
- III. BR-050/GO – Cristalina/GO – Cumari/GO (RDC nº 05/2013);
- IV. BR-101/BA – Feira de Santana/BA – Eunápolis/BA (RDC nº 07/2013).

Ainda, foram publicados os editais para a contratação e execução do licenciamento ambiental de outros 4 lotes de rodovias:

- I. BR-153/MG e BR-262/MG – Monte Alegre de Minas/MG – Nova Serrana/MG (RDC nº 09/2013, concluído em 14 de janeiro de 2014);
- II. BR-153/GO, BR-153/TO – Porangatu/GO – Paraíso do Tocantins/TO (RDC nº 08/2013);
- III. BR-262/MG - João Monlevade/MG – Martins Soares/MG (RDC nº 06/2013); e
- IV. BR-163/MS - Mundo Novo/MS – Sonora/MS (RDC nº 10/2013).

Ainda em relação a seus objetivos institucionais, foi iniciado trabalho de consolidação e avaliação técnica das propostas de investimentos no setor de transportes. Um dos resultados alcançados foi o relatório de “Oportunidades de Investimentos em Infraestrutura de Transportes”, apresentado ao Ministério dos Transportes em 2013.

Amparado por uma metodologia consistente, o relatório priorizou e sugeriu, a partir de 4.109 propostas de investimentos em transportes de diversos setores, um conjunto de 1.203 projetos considerados viáveis devido à sua importância logística e de execução, priorizados em uma matriz de resultados. Tal trabalho subsidiará as decisões governamentais no setor.

No ano de 2013, a EPL também avançou nos requisitos necessários para a elaboração do PNLI. Para sua elaboração, eram necessários dados empíricos sobre transportes (movimentação de mercadorias e veículos, redes de infraestrutura georreferenciadas, informações sobre cartografia, relevo, meio ambiente, redes de esgotos, adutoras, etc.), bem como recursos de *software* e *hardware* adequados à realização de simulações e construção de cenários de utilização da infraestrutura de transportes.

Assim, foi contratada a pesquisa origem/destino do transporte rodoviário de cargas e de veículos de passeio e contagem volumétrica de veículos nas rodovias brasileiras (Pregão nº 06/2013); e a pesquisa origem/destino do transporte aéreo de passageiros nacional e internacional (Pregão nº 19/2013); bem como foi disponibilizado sistema de informação geográfica, contendo licenças, treinamento e serviço de gestão da base de dados geográfica (Pregão nº 18/2013).

Além disso, a EPL estabeleceu parcerias com:

I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), visando à conjugação de esforços para o desenvolvimento de uma matriz origem/destino de cargas e passageiros para o território brasileiro;

II. Secretaria de Aviação Civil (SAC), buscando apoio técnico necessário à realização de pesquisa de dimensionamento e caracterização da matriz origem/destino do transporte aéreo no Brasil;

III. Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), para garantir a segurança na execução e a eficácia da pesquisa de origem/destino;

IV. Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com objetivo de estabelecer condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco, de forma a permitir a identificação, quantificação e caracterização da movimentação de cargas por meio da Nota Fiscal Eletrônica.

Finalmente, foram desenvolvidas metodologias para a preparação de projetos Preliminares de Serviços e Projetos Preliminares de Engenharia a serem elaborados para os empreendimentos sugeridos no PNLI.

Em relação ao TAV, no trecho Rio de Janeiro/RJ a Campinas/SP, foi publicado o edital para contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, supervisão e apoio técnico às atividades de projeto necessárias para implantação do trem. Tal contratação, entretanto, foi revogada em virtude do adiamento “sine die” do cronograma de licitação do TAV.

Nesse sentido, foram executadas atividades voltadas à melhoria do traçado referencial sob o ponto de vista geológico/geotécnico; à instrumentalização da EPL, por meio da aquisição dos direitos de uso dos *softwares* Trimble Quantm e ArcGIS; à capacitação do quadro técnico; ao desenvolvimento de base de dados em alta resolução; e à preparação de termos de referência para a contratação, ao longo de 2014, de atividades necessárias à realização deste projeto (aerolevantamento, geologia, riscos e gerenciadora do projeto).

Neste ano, também foram realizados esforços na concepção dos projetos do Observatório Nacional de Transporte e Logística, mediante prospecção de soluções tecnológicas, pesquisa e busca de dados espaciais; e do Monitoramento de Eventos Logísticos, por meio da elaboração de um plano de negócios, contendo portfólio de serviços, modelo de operação e modelo de negócios.

Em outra vertente, quanto ao aspecto institucional da Empresa, foram priorizadas duas frentes de trabalho: (i) definição da estrutura organizacional; (ii) planejamento e implantação dos processos de trabalho considerados prioritários.

Em relação ao planejamento e implantação dos seus processos de trabalho, no mês de dezembro de 2013, de um total de 540 ações necessárias, 52% encontravam-se concluídas.

Com base no mapeamento das ações dos principais processos da EPL, foi possível compreender os fluxos de cada uma das atividades e organizar aquelas que possuíam similaridades e estrutura de dependência em diversas áreas da Empresa.

Desta forma, em 19 de dezembro de 2013, foi apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração a Estrutura Organizacional da EPL. Nesta data, a EPL contava com 159 empregados alocados em suas unidades.



Objetivando dar suporte à realização dos objetivos previstos, a EPL executou ações corporativas de capacitação de seus empregados com seguintes cursos:

- I. Workshop – PMBOK;
- II. X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas;
- III. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- IV. Escavação Mecanizada de Túneis;
- V. Curso Novo SIAFI – Subsistema CPR acesso via WEB (Novo CPR);
- VI. Fórum Brasileiro de Contratação Pública;
- VII. Curso de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos;
- VIII. Seminário Especial RDC;
- IX. Seminário – Orçamento de Obras Públicas e Serviços de Engenharia na Administração Pública;
- X. Oficina de Preparação e Julgamento de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia;
- XI. Curso – IFRS e Lei nº 11.638/07 prático (cases e exercícios);
- XII. Curso – Gestão de Materiais e Planejamento da Logística de Suprimentos;
- XIII. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias da Folha de Pagamento; e
- XIV. Regime Diferenciado de Contratação Pública – RDC.

Da mesma forma, merece destaque a assinatura de contrato com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), o qual possibilitou a contratação de 18 estagiários, oferecendo oportunidades para que jovens possam ser qualificados e motivados a trabalharem em políticas de transporte já nas suas primeiras experiências profissionais.

Em 2014, a EPL pretende aprofundar a execução dos projetos iniciados em 2013. Desta forma, em relação à participação da EPL no PIL, espera-se que, em 2014, sejam contratados e se iniciem os processos de licenciamento das ferrovias que compõem o Programa, bem como sejam obtidos os licenciamentos dos trechos rodoviários iniciados ao longo de 2013.

Em relação ao PNLI, a EPL concluirá os levantamentos e pesquisas necessários à realização de simulações e avaliação dos cenários, para que possa ser concebido um portfólio de investimentos em infraestrutura de transportes e serviços a ser apresentado ao Ministério de Transportes e, posteriormente, ao CONIT.

A EPL busca, ainda, avançar no desenvolvimento do Observatório Nacional de Transportes e Logística, concluído o mapeamento dos requisitos necessários à infraestrutura tecnológica para sua implantação.



Com relação à execução do Projeto do TAV, a pretende-se executar revisão do traçado do TAV e iniciar o processo de mapeamento de riscos naturais para subsidiar a elaboração do Projeto Básico; bem como dos sistemas de monitoramento de riscos vinculado ao Plano de Contingências a Desastres Naturais. Ainda em 2014, espera-se realizar os estudos de aerolevantamento, geotecnia, sondagens e investigações geológico-geotécnicas e, por fim, contratar a Gerenciadora do TAV, pela qual serão iniciadas as atividades relativas à elaboração do Projeto Básico de Engenharia.

Finalmente, em exercício ao seu papel institucional de Secretaria Executiva do CONIT, a EPL objetiva secretariar, sistematicamente, as reuniões do Conselho de forma que este possa exercer as suas atribuições legais.

ANEXO 1
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 1.1 Balanço Patrimonial

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL CNPJ 15.763.423/0001-30 BALANÇO PATRIMONIAL EM							
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2013		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2013
			Reapresentado				Reapresentado
ATIVO	39.533.805,35	5.552.779,38	5.552.779,38	PASSIVO	39.533.805,35	5.552.779,38	5.552.740,63
CIRCULANTE	11.110.048,90	5.549.839,38	5.549.839,38	CIRCULANTE	5.650.282,70	749.093,02	1.030.168,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.808.187,34	5.359.661,62	5.359.661,62	CONTAS A PAGAR	5.650.282,70	749.093,02	1.030.168,80
BANCO CONTA MOVIMENTO	3.480.583,16	333.098,13	333.098,13	Pessoal a Pagar	-	2.384,20	2.384,20
Tesouro limite de Saque	3.480.583,16	333.098,13	333.098,13	Consignações a Recolher	300.549,96	-	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.327.604,18	5.026.563,49	5.026.563,49	Encargos Sociais a Recolher	455.908,84	457.361,43	457.361,43
Caixa Econômica Federal	5.327.604,18	5.026.563,49	5.026.563,49	Impostos e Taxa a Recolher	523.010,40	7.263,98	7.263,98
OUTROS CRÉDITOS	2.301.861,56	190.177,76	190.177,76	Fornecedores	2.109.060,48	-	-
Estoque	14.267,51	-	-	Ressarcimento de Pessoal	257.513,06	-	-
Adiantamento a Empregados	155.906,47	8.600,00	8.600,00	Outros Títulos a Pagar	-	199,80	199,80
Imposto a Recuperar	216.712,68	181.577,76	181.577,76	Provisões	1.844.239,96	281.903,61	562.979,39
Outros Valores a Recuperar	2.617,14	-	-	PATRIMONIO LIQUIDO	33.983.522,65	4.803.686,36	4.522.671,83
Descentralização de Créditos/Financeiro	1.912.337,76	-	-	Capital Social Subscrito	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00
NÃO CIRCULANTE	28.423.756,45	2.940,00	2.940,00	Capital a Integralizar	(15.615.933,49)	(45.000.000,00)	(45.000.000,00)
Imobilizado Líquido	13.786.622,99	2.940,00	2.940,00	Capital Integralizado	34.384.066,51	5.000.000,00	5.000.000,00
Bens Móveis	11.575.839,86	2.940,00	2.940,00	Prejuízos Acumulados	(400.543,86)	(196.313,64)	(477.428,17)
Bens Imóveis	2.210.783,13	-	-	TOTAL DO PASSIVO	39.533.805,35	5.552.779,38	5.552.740,63
Intangíveis	14.637.133,46	-	-				
TOTAL ATIVO	39.533.805,35	5.552.779,38	5.552.779,38				

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

A 1.2 Demonstração de Resultado

"EPL Empresa de Planejamento e Logística S.A"
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM:
 Em R\$ 1

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2013 Reapresentado
RECEITAS OPERACIONAIS	38.696.056,01	4.429.611,21	4.429.611,21
Repasses Recebidos	23.769.198,18	3.655.912,90	3.655.912,90
Operações Intrasiáfí	14.926.733,28	773.698,31	773.698,31
Outras Receitas Operacionais	124,55	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	38.301.790,27	4.652.602,04	4.933.677,52
Despesas Administrativas	38.301.790,27	4.652.602,04	4.933.677,52
Pessoal e Encargos	24.168.118,39	3.180.794,65	3.393.873,49
Despesa com Material de Consumo	117.384,19	8.659,26	8.659,26
Serviços de Terceiros	9.312.389,92	1.250.659,28	1.318.655,92
Outros Serviços de 3º	2.281.225,67	194.063,81	194.063,81
Despesas Tributária	127.439,33	17.465,04	17.465,04
Despesa Depreciação/Amortização	2.294.732,77	210,00	210,00
Despesa não Dedutíveis	500,00	750,00	750,00
Receitas e Despesas Financeiras	245.931,94	33.941,17	33.941,17
Receitas Financeiras	368.788,62	33.941,17	33.941,17
Despesas Financeiras	(122.856,68)	-	0,00
RESULTADO OPERACIONAL	640.197,68	(189.049,66)	(470.125,14)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ	640.197,68	(189.049,66)	(470.125,14)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	152.288,83	2.740,77	2.740,77
IMPOSTO DE RENDA	411.024,54	4.562,26	4.562,26
RESULTADO DO EXERCÍCIO	76.884,31	(196.352,69)	(477.428,17)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

A 1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Empresa de Planejamento e Logística S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em R\$ 1,00

Histórico	Capital Social	Lucro do Exercício	Prejuízos Acumulados Reapresentado	Patrimônio Líquido
Capital Subscrito	50.000.000,00			50.000.000,00
Capital a Integralizar	(45.000.000,00)			(45.000.000,00)
Reconhecimento despesas exerc. Anterior			(281.114,53)	(281.114,53)
Prejuízo Líquido do Exercício			(196.313,64)	(196.313,64)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.000.000,00		(477.428,17)	4.522.571,83
Integralização De Capital	29.384.066,51			29.384.066,51
Lucro do Exercício		76.884,31		76.884,31
Absorção do Prejuízo		(76.884,31)	76.884,31	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	34.384.066,51	-	(400.543,86)	33.983.522,65

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

A 1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Empresa de Planejamento e Logística S/A

DEZEMBRO DE 2013

Atividades Operacionais	2013	2012
(+) Valores recebidos	68.809.461,10	9.489.407,74
Repasse MT para Integralização de Capital	-	5.000.000,00
Repasses recebidos	23.769.198,18	3.655.912,90
Repasse por Operação Intrasiafi	14.926.733,28	773.698,31
Outros Valores Recebidos (consignação em fopag - saldo)	360.549,96	25.855,36
Comissão Sobre Operação Empréstimo Consignado	124,55	-
Integralização do Capital - Recursos para Investimentos	29.384.066,51	-
Receita Financeira	368.788,62	33.941,17
(-) Valores pagos a fornecedores	12.994.626,66	1.661.575,35
Fornecedores	9.616.226,81	1.453.182,55
Decentralização de Créditos	1.912.337,76	-
Adiantamento a Empregados	147.306,47	8.600,00
Impostos a Recuperar	37.752,06	181.577,76
Outras Despesas	250.796,01	18.215,04
Pagamento de Obrigações de 2012	1.030.207,55	-
(-) Valores pagos a empregados	21.610.456,53	2.457.756,79
Pessoal e Encargos Sociais da EPL	21.610.456,53	2.457.756,79
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	40.302,97	7.263,98
CSLL	10.822,37	2.723,99
IRPJ	29.480,60	4.539,99
(-) Pagamentos de contingências	-	-
(+) Recebimentos por reembolso de Seguros	-	-
(±) Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	-	-
Total das Atividades Operacionais (A)	34.164.074,94	5.362.811,62
Atividades de Investimentos	2013	2012
(-) Compras de imobilizado	15.380.832,11	3.150,00
(-) Intangível	15.334.717,11	-
(-) Aquisição de ações/quotas	-	-
(+) Receb. por vendas de permanentes ocorridas:	-	-
No exercício	-	-
Em exercícios anteriores	-	-
(+) Receb. de dividendos/Juros s/ capital próprio	-	-
Total das Atividades de Investimentos (B)	30.715.549,22	3.150,00
Atividades de Financiamentos	2013	2012
(±) Integralização de ações próprias	-	-
(-) Pagamentos: dividendos/Juros s/ capital próprio	-	-
(+) Empréstimos a longo prazo tomados	-	-
(+) Receb.: colocação de debêntures e equivalentes	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-
Total das Atividades de Financiamentos (C)	-	-
Total Geral (A+B+C)	3.448.525,72	5.359.661,62
Disponibilidades – no início do período	5.359.661,62	-
Disponibilidades – no final do período	8.808.187,34	5.359.661,62

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

A 1.5 Demonstração do Resultado Abrangente

Empresa de Planejamento e Logística S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

Histórico	Outros Resultados Abrangentes
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-
Reconhecimento despesas exerc. Anterior	(281.114,53)
Prejuízo do Exercício	(196.313,64)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(477.428,17)
Resultado do Exercício	76.884,31
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(400.543,86)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2013

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A – EPL é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações. Criada pela Lei 12.743, de 19 de dezembro de 2012 (que altera as Leis nº 10.233, de cinco de junho de 2001, e nº 12.404, de quatro de maio de 2011), foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), Ata da Assembleia Geral de Constituição Realizada em 08 de agosto de 2012, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 13 de agosto de 2012, tendo alterado a sua denominação social para Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em seis de setembro de 2012, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 16 de outubro de 2012. Sua matriz está localizada em Brasília, Distrito Federal, Brasil e tem por objeto:

a) planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

b) prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

c) coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade; administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL; prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

d) elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, e exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto social.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

2. As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1);

3. A Empresa de Planejamento e Logística S.A – EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na forma total, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo que as demonstrações contábeis de 2013, previstas no referido diploma legal, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A empresa encerrou o exercício de 2013 com um lucro de R\$ 76.884,31 (setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos), sendo suas receitas operacionais decorrentes de subvenções para custeio no valor de R\$ 38.695.931,46 e receita financeira de R\$ 368.788,62, gerada pela aplicação do valor do Capital Social Integralizado. Houve registro de despesas não financeiras apropriadas pelo regime de competência e legislação do imposto de renda, como provisões de férias e os respectivos encargos sociais, no valor de R\$ 1.844.239,96 e despesas com depreciação de bens e amortização de softwares e outros intangíveis no valor de R\$ 1.953.116,04.

De conformidade com a nova lei das S.A, bem como dos Padrões Internacionais de Contabilidade, aos quais o Brasil aderiu, houve reclassificação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2012, face contabilização de despesas com Pessoal (provisão de férias e encargos sociais R\$ 153.862,68, Seguro de Acidente do Trabalho R\$ 59.216,16, Locação de Imóveis R\$ 67.996,64 e Tributos Federais no valor de R\$ 39,05, acumulando prejuízo em 2012 de R\$ 477.428,17.

Houve reapresentação do Resultado do Exercício de 2012, em função de pagamento em 2013 de despesas com pessoal e encargos sociais de competência de 2012, em função da Nova Lei das S.A e os princípios contábeis em vigor. Com essa alteração, houve reflexo com reapresentação também do Balança Patrimonial, Demonstrações do Patrimônio Líquido, e apresentação de Resultado Abrangente.

ATIVO CIRCULANTE – R\$ 11.110.048,20. São apresentados pelos Créditos constituídos por Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, R\$ 3.480.583,16, Aplicação Financeira no valor de R\$ 5.327.604,18 (valor do capital social integralizado, acrescido dos rendimentos auferidos Adiantamentos Concedidos a Empregados (Férias R\$ 97.806,47 e 13º salário R\$ 58.100,00), Impostos e Encargos a Recuperar R\$ 216.712,68, Descentralização de créditos/financeiro no valor de R\$ 1.912.337,76 e outros valores a recuperar R\$ 2.617,14;

Composição do saldo da conta Limite de Saque, com vinculação de pagamento em 31.12.2013:

Saldo da Conta Limite de Saque	
Vinculação	31.12.2013
309 – Pessoal Requisitado	156.194,36
310 – Pagamento de Pessoal	20.333,51
400 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	785.891,20
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46
415 – Custeio/Invest. PAC	2.431.778,03
500 – Custeio e Investimento	4.109,08
510 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	81.733,52
Total	3.480.583,16

APLICAÇÃO FINANCEIRA – R\$ 5.327.604,18

A aplicação financeira corresponde ao valor da integralização do Capital efetuada junto à Caixa Econômica Federal, sendo seu saldo acrescido dos rendimentos auferidos até 31/12/2013.

ATIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 28.423.756,45

Corresponde à aquisição de Imobilizados e Intangíveis, com a seguinte composição:

TÍTULO	VALOR ADQUIRIDO	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO	VALOR RESIDUAL
BENS MOVEIS	12.739.820,78	1.163.980,92	%	11.575.839,86
Mobiliário em Geral	2.031.104,23	151.242,24	10%	1.879.861,99
Máquinas e Equipamentos	4.185,00	383,68	10%	3.801,32
Aparelhos	6.200,00	310,02	10%	5.889,98
Computadores e Periféricos	6.747.659,09	746.665,12	20%	6.000.993,97
Biblioteca	6.708,52	55,9	10%	6.652,62
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00	4.970,00	20%	245.980,00
Software	1.131.016,71	131.951,96	20%	999.064,75
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00	126.393,31	10%	2.368.252,69
Utensílio de Copa e Cozinha	1.953,00	65,12	10%	1.887,88
Outros Bens de Uso Duradouro	65.398,23	1.943,57	10%	63.454,66
BENS IMOVEIS	2.644.161,33	433.378,20		2.210.783,13
Instalações e Bens de Terceiros	2.644.161,33	433.378,20	20%	2.210.783,13
INTANGÍVEIS	5.629.128,90	355.966,92		5.273.161,98
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.629.128,90	355.966,92	20%	5.273.161,98
ESTUDOS E PROJETOS	9.705.588,21	341.616,73		9.363.971,48
Projeto O/D Contrato 50840000340/2013	7.460.775,11	283.990,77	20%	7.176.784,34
Projeto Concepção de Solução Tecnologia	2.244.813,10	57.625,96	20%	2.187.187,14
TOTAL	30.718.699,22	2.294.942,77		28.423.756,45

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 5.550.282,70

Representados por provisão para férias e os encargos sociais no valor de R\$ 1.844.239,96, encargos sociais a recolher R\$ 455.908,84, Impostos a pagar, R\$ 523.010,40, Consignações a Recolher R\$ 360.549,96, Fornecedores R\$ 2.109.060,48 e Ressarcimento com Pessoal Requisitado R\$ 257.513,06.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 33.983.522,65

Representado pelo Capital Social integralizado de R\$ 34.384.066,51, face integralização no ano de 2013 com recursos repassados pelo Tesouro Nacional para investimentos no valor de R\$ 29.384.066,51. Sendo a União detentora de 100% das ações ordinárias, sem valor nominal, e Prejuízo Acumulado de R\$



400.543,86. O lucro do exercício de R\$ 76.884,31 absorveu parte do prejuízo acumulado de 2012, motivo pelo qual não houve destinação para reserva legal e distribuição mínima dos dividendos.

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)



ANEXO 2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Brasília, DF, 14 de fevereiro de 2014.


**Aos
Conselheiros e acionistas da
Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL
Brasília - DF**

Prezados Senhores,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2013, o qual expressa a opinião definitiva sobre as seguintes peças examinadas:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa, e
- Notas Explicativas.

Atenciosamente,


MACIEL AUDITORES S/S EPP
CRC RS – 005460/0-O – “S” – DF
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS – 65.932/0-7 – “S” – DF
Responsável Técnica

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL
Brasília - DF**

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL**, que compreendem o Balanço Patrimonial do exercício findo de 31 de dezembro de 2013 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis da entidade.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A – EPL** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL
Brasília - DF**

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL**, que compreendem o Balanço Patrimonial do exercício findo de 31 de dezembro de 2013 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis da entidade.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A – EPL** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.





Empresa de Planejamento e Logística

Outros assuntos

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2012, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação na opinião, em 17 de abril de 2013.

Brasília, DF, 26 de fevereiro de 2014.

MACIEL AUDITORES S/S - EPP
CRC-RS 5460 "S" - DF
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC-RS - 71.505/O-3 - "S" - DF
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora CRC-RS 65.932/O-7 - "S" - DF
Responsável Técnica